

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

FRANCISCA CRISTINA DO NASCIMENTO

Convivência com o semiárido e outras narrativas sobre a vida na região: uma análise das experiências de famílias agricultoras no sertão central do Ceará no período da seca de 2012 a 2017.

SALVADOR

2023

FRANCISCA CRISTINA DO NASCIMENTO

Convivência com o semiárido e outras narrativas sobre a vida na região: uma análise das experiências de famílias agricultoras no sertão central do Ceará no período da seca de 2012 a 2017.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio Duarte Batista.

Salvador

2023

Ficha Catalográfica

NASCIMENTO, Francisca Cristina do. Convivência com o semiárido e outras narrativas sobre a vida na região: uma análise das experiências de famílias agricultoras no sertão central do Ceará no período da seca de 2012 a 2017. Salvador, FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 110f.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio Duarte Batista.

FRANCISCA CRISTINA DO NASCIMENTO

Convivência com o semiárido e outras narrativas sobre a vida na região: uma análise das experiências de famílias agricultoras no sertão central do Ceará no período da seca de 2012 a 2017.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 19/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurílio Duarte Batista (orientador)

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Edinalva Félix das Neves

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil)

Profa. Dra. Maria Manuela Martins Alves Moreira (suplente)

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil)

RESUMO

A narrativa de um semiárido de fome e escassez alimentou historicamente uma lógica de pensamento sobre a região baseada no paradigma do combate à seca. Sob tal perspectiva, o território foi concebido como um lugar de inviabilidade do desenvolvimento, e sua população, na grande maioria, fadada a situações de pobreza e dependência de ações clientelistas e populistas do Estado Brasileiro. Na virada do século vinte um, outras referências de análise e de intervenção foram sendo discutidas, tendo como um dos pontos de partida a fundação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) em 1999, surgindo assim, a perspectiva da convivência com o semiárido. O objetivo do presente estudo foi compreender a partir da percepção de agricultores e agricultoras do Sertão Central no estado do Ceará, as mudanças sociais ocorridas no semiárido nas últimas décadas, tendo como foco as narrativas destes atores sobre os últimos períodos de seca vivenciados. Para isto, foram entrevistadas três famílias agricultoras dos municípios de Choró, Quixeramobim e Quixadá. Sob a lógica das falas dos entrevistados, a pesquisa aponta que a cisterna é a grande referência de comparação entre o combate à seca e a perspectiva da convivência com o semiárido. Além disso, as políticas públicas implantadas pelos governos Lula e Dilma foram destacadas por todos os entrevistados como centrais para garantir mais resiliência e autonomia no prolongado período de seca ocorrido no período de 2012 a 2017.

Palavras chaves: Cisterna; Convivência com o Semiárido; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The narrative of a semi-arid region of hunger and scarcity has historically fed a logic of thought about the region based on the paradigm of combating drought. From this perspective, the territory was conceived as a place where development was not feasible, and its population, for the most part, was doomed to situations of poverty and dependence on clientelistic and populist actions by the Brazilian State. At the turn of the 21st century, other analysis and intervention references were being discussed, having as one of the starting points the foundation of the Brazilian Semi-Arid Articulation (ASA) in 1999, thus emerging the perspective of 'living with the semi-arid region. The aim of this study was to understand, from the perception of men and women farmers in the Sertão Central in the state of Ceará, the social changes that have occurred in the semi-arid region in recent decades, focusing on the narratives of these actors about the last periods of drought experienced. For this, three farming families from the municipalities of Choró, Quixeramobim and Quixadá were interviewed. Under the logic of the interviewees' speeches, the research points out that the cistern is the great reference between the fight against drought and the perspective of coexistence; with the semi-arid. In addition, the public policies implemented by the Lula and Dilma governments were highlighted by all respondents as central to ensuring more resilience and autonomy in the prolonged period of drought that occurred in the period from 2012 to 2017.

Keywords: Cistern; Living with the Semi-arid; Public policy.

AGRADECIMENTOS

"Eu penei, mas aqui cheguei". Minha travessia para chegar até aqui é marcada por muito afeto, atropelos e superação. Nesta caminhada, pude contar com muita gente que, certamente, não teria condições de listar. No entanto, sei que muitos estão comigo neste momento e tenho muita gratidão!

Agradeço primeiramente a Deus, à Nossa Senhora, aos Encantados e Pretos Velhos que, em todos os momentos, me protegeram e protegem.

Agradeço também à toda minha família, em especial à minha filha Ana Clarice, o amor de toda a vida. Aos meus pais, seu João e Dona Nelsa, minhas referências de vida, meu irmão Jerônimo, Elsa e Zacarias pelo apoio e cumplicidade incondicional. E, em nome da minha sobrinha Maria Cecília, agradeço a todos os demais familiares.

Deixo também meus agradecimentos à família Cetra, família ASA, a todas as entidades da Rede ATER Nordeste de agroecologia, que foram escola de vida na minha trajetória. A todos os meus companheiros do semiárido brasileiro, e agradeço em nome do querido parceiro Naidson Quintella, minha referência de dedicação e doação a uma causa social, do irmão que o semiárido me deu, Alexandre Pires e de forma muito especial agradeço em memória do eterno amigo Jean Carlo Medeiros.

Aos amigos e amigas de Itapipoca, com os quais, hoje, divido o cotidiano de tantos desafios, mas de muita cumplicidade. Somos um 'esquadrão forte'. A toda minha equipe do Gabinete e, em especial, ao meu amigo, hoje prefeito de Itapipoca pelo Partidos dos Trabalhadores (PT), Felipe Pinheiro. Não tenho como não agradecer publicamente meu amigo parceiro, que me deu a mão e disse 'bora que vai dá certo', Gabriel Campelo, o qual tenho gratidão por toda a vida.

Obrigada às famílias de agricultores e agricultoras que se permitiram caminhar comigo nesta construção de narrativas da vida no semiárido.

Ao meu orientador, Maurilio Batista, que ousou em escolher e acreditar em meu projeto de pesquisa, obrigada pela parceria. Em nome dele, agradeço toda a banca de avaliação por terem aceitado o convite.

Ao meu Partido dos Trabalhadores, através do qual pude acessar este mestrado por meio da Fundação Perseu Abramo.

Dedico esta conquista a todos e todas companheiras e companheiros que não se acovardaram diante do fascismo e da intolerância. A todos que juntos defenderam a democracia

para que hoje pudéssemos celebrar a conquista de Lula Presidente e Presidente Dilma inocente. Como sempre gritamos, foi golpe!

Por fim, dedico este trabalho aos povos do semiárido e à teimosia da Articulação do Semiárido (ASA), que nos fez chegar até aqui com a certeza de que é no semiárido que a vida pulsa, é no semiárido que a vida acontece.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Primeira imagem conhecida da seca	34
Figura 2. Cisterna construída na COP-3 em Recife em 1999	49
Figura 3. Capa do Jornal O Globo, seção Razão Social em 2004	50
Figura 4. Quintal agroecológico na Paraíba	60
Figura 5. Ato público da ASA em defesa das políticas de convivência com o semiárido, a campanha ‘Desarticular é retroceder’.	79
Figura 6. Ato público em defesa das políticas de convivência com o semiárido, a campanha ‘Desarticular é retroceder’.	80
Figura 7. Notícias relacionadas a seca de 2012 a 2017	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados populacionais e aspectos climáticos dos municípios com famílias entrevistadas.	18
Tabela 2. Série histórica do IDH por município.	19
Tabela 3. Quadro comparativo da previsão orçamentária das LOAS 2014 e 2018, com a projeção de cortes.	84

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador(a)
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDAM
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
P1+2	Programa Uma Terra, Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PT	Partido dos Trabalhadores
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. SEMIÁRIDO, O TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO.	22
2.1. O SEMIÁRIDO, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.	22
2.2. SERTÃO, NORDESTE E SEMIÁRIDO: A SECA COMO BASE DE SUA IDENTIDADE.	24
2.2.1. SEMIÁRIDO, NARRATIVAS DA REGIÃO A PARTIR DAS SECAS.	28
2.3. O SEMIÁRIDO NA PERSPECTIVA DO COMBATE À SECA.	38
2.4. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA).	45
3. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: OUTRO CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	61
3.1. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM OUTRO OLHAR E AGIR NO TERRITÓRIO	61
3.2. CONHECER PARA CONVIVER!	68
3.3. O PAPEL DOS GOVERNOS POPULARES DE LULA E DILMA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.	71
4. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA REGIÃO: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ, A PARTIR DO PERÍODO DA SECA DE 2012 A 2017.	77
4.1. A SECA DE 2012 A 2017: MAIOR RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO.	77
4.2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA REGIÃO	85
4.3. QUAL SEMIÁRIDO VIVEMOS NA SECA DE 2012 A 2017? O OLHAR E NARRATIVAS DE AGRICULTORES DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ.	89
4.3.1. O SEMIÁRIDO DE MARCINHA, JOÃO E AURELIANO: SUAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA TRAVESSIA DA SECA DE 2012 A 2017	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106

1. INTRODUÇÃO

Em 2012 teve início a primeira grande seca do século XXI que se estendeu até o ano de 2017. Diferente de outras anteriores, nesta não se teve registro de casos de mortes de pessoas decorrentes da falta d'água ou fome, e nem saques à comércios em buscas de alimentos nos centros das cidades. Esta afirmativa é comungada principalmente por organizações e estudiosos que trabalham e tematizam a vida na região, a exemplo, da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e do filósofo Malvezzi (2016). Este último, ao fazer uma avaliação comparativa do impacto social desta com secas anteriores afirma que,

Na seca de 82 a estimativa foi que pelo menos 1 milhão de Nordestinos ainda morreram de inanição, isto é, fome ou sede. Nessa seca que vem de 2012 até 2016, não há registros de mortes por inanição, nem o fenômeno das grandes migrações, nem frentes de emergência e muito menos saques nas cidades do sertão. (MALVEZZI, 2016)¹.

Para Malvezzi (2016) é uma mudança significativa na vida das populações do semiárido, ele destaca ainda, que no contexto da seca de 2012 a 2016², a marca de um milhão de cisternas construídas no semiárido, as diversas tecnologias sociais de captação de água de chuva, a apropriação e disseminação de práticas de convivência com o semiárido foram fatores fundamentais para que as famílias do sertão atravessassem o período de seca com maior resiliência.

Até o final do século XX as secas que ocorreram no semiárido brasileiro foram marcadas, de forma expressiva, por registros de situações de extrema insegurança alimentar geradas pela fome e escassez de água, exemplo disso são os relatos sobre a grande seca de 1877 a 1879, no livro *A Fome*, do médico e escritor Rodolfo Teófilo, que logo no primeiro capítulo denominado Êxodo assim descreve a chegada de retirantes à capital cearense:

Foi na tarde de um destes dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes que, depois das torturas de uma viagem de cem léguas, vinha aumentar a onda dos famintos. (TEÓFILO, 2015, p.15).

Os dados também descritos por Campos (2004) sobre a grande seca de 1979 a 1983, reforçam esta relação intrínseca entre seca, fome e morte. Ao analisar os censos demográficos

¹<https://www.ecodebate.com.br/2016/12/12/de-1-milhao-de-mortos-para-1-milhao-de-cisternas-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/> acesso em 26 de agosto de 2023

² A seca se estendeu até 2017, um ano após o artigo de Roberto Malvezzi.

de 1991 e 2000, Campos, evidencia a perda populacional em 26 municípios que compõem os territórios do sertão central e sertão dos Inhamuns no Estado do Ceará, em sua pesquisa ela afirma que neste quantitativo de municípios “a perda total da população entre 1980 e 1991 foi de 77.925 pessoas”. (CAMPOS, 2004, p.114).

Além disso, as secas também são diretamente associadas à ocorrência do fenômeno de êxodo rural, no qual milhares de pessoas migravam do sertão para outras regiões em busca de sobrevivência, como bem expressou Patativa do Assaré no poema Triste partida (1964). Em seus versos, o poeta retratou a realidade de muitas famílias nordestinas que seguiram para o sudeste em busca de condições para viabilizar a própria vida, ainda que para isso tivessem que se desfazer do pouco que se tinha no sertão. Patativa assim descreveu em poema e música:

Agora pensando
 Ele segue outra tria
 Chamando a fãmia
 Começa a dizer
 Meu Deus, meu Deus
 Eu vendo meu burro
 Meu jegue e o cavalo
 Nós vamos a São Paulo
 Viver ou morrer
 Ai, ai, ai, ai
 Nós vamos a São Paulo
 Que a coisa tá feia
 Por terras alheia
 Nós vamos vagar
 Meu Deus, meu Deus
 Se o nosso destino
 Não for tão mesquinho
 Cá e pro mesmo cantinho
 Nós torna a voltar
 Ai, ai, ai, ai”

Recorte do poema Triste Partida – Patativa do Assaré

No imaginário e narrativas sobre o Nordeste, especialmente sobre a área rural, o sertão, a fome e as secas são muito presentes em imagens construídas sobre a região, assim como imagens de corpos de pessoas desfiguradas pela fome e esqueléticas, do chão rachado e carcaça de vacas no sertão adentro, disseminadas em meios de comunicação e inclusive em livros didáticos nas escolas.

Por muito tempo, as cenas descritas acima, e a lógica de atuação do governo brasileiro tendo por base o paradigma do combate à seca, que considera este fenômeno a causa de todos os problemas sociais e econômicos da região, focando assim sua atuação na promessa de combatê-lo, como afirma Silva (2008), fizeram consolidar narrativas sobre o território semiárido como um lugar da impossibilidade produtiva, do “não desenvolvimento”, do atraso e, conseqüentemente, como território de populações fadadas à pobreza, à fome e à sede.

Na contramão deste cenário que parecia imutável, o contexto vivenciado pelas populações rurais do semiárido brasileiro no período da seca de 2012 a 2017 foi caracterizado pela maior permanência das famílias no campo, a inexistência de mortes relacionadas à escassez hídrica e baixa incidência de pessoas abandonando o sertão, como assim também reforça Malvezzi (2016).

O impacto maior desta seca, foi sobre as cidades que passaram grandes necessidades de abastecimento d'água por falta de adutoras, por exemplo, e a classe média rural impactada com a perda de seus rebanhos por falta de água e pasto, porém, “o povo que sempre foi vítima das tragédias humanitárias das secas está bem melhor que os demais. Aprendeu com a captação da água de chuva, o manejo da caatinga, a criação de animais resistentes à seca, assim por diante”. (MALVEZZI, 2016, p.1).

Este período de seca de 2012 a 2017, corresponde a consolidação de diferentes ações da sociedade civil, em especial da Articulação do Semiárido Brasileiro -ASA, e do poder público, que, ao longo dos últimos 20 anos têm construído um contraponto ao paradigma do combate à seca, apontando a convivência com o semiárido como outra forma de viver e intervir nesta região.

O paradigma da convivência com o semiárido, se constituiu como tal, a partir das diversas experiências e conhecimentos de famílias agricultoras, de populações tradicionais, de organizações da sociedade civil, de pastorais sociais, bem como das narrativas de que o semiárido é uma região viável e potente para seu desenvolvimento sustentável, assumidas pelo debate na academia e em centros de pesquisas e ainda por políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro, especialmente no período de 2002 a meados de 2016.

A pesquisa aqui sistematizada teve como pontos instigadores, primeiro, a busca de entender como a ação da Articulação do Semiárido (ASA) contribuíram para o surgimento de outras narrativas sobre viver no semiárido, tendo como marco temporal o período da seca de 2012 a 2017, a mais prolongada dos últimos trinta anos. E o segundo, é a centralidade no cotidiano e nas falas dos sujeitos que vivem o contexto de semiaridez, agricultores e agricultoras familiares, com vistas a captar deste segmento suas narrativas considerando como as histórias das secas, da fome e da sede impactaram nas suas trajetórias de vida.

Ressalta-se ainda, a importância de se evidenciar, a partir da trajetória de famílias agricultoras, como as políticas públicas destinadas à região, nos dois períodos de governos do Presidente Lula (2002 -2006; 2007-2010) e governos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-16)³ contribuíram para a construção de outros olhares e percepções sobre o viver e permanecer no semiárido brasileiro.

Neste sentido, investigar, aprofundar o conhecimento e visibilizar outras histórias e narrativas de resistências, pertencimento e autonomia, a partir de elementos objetivos, estruturais e ideológicos, compõe a postura teórica metodológica adotada por esta pesquisa, que compreende que as ações desenvolvidas pela ASA, a partir das experiências de agricultores/as, dos diálogos e parcerias entre sociedade civil e governos, promoveram processos de transformações sociais no Semiárido Brasileiro.

Para tanto, a pesquisa teve como objetivo geral, identificar quais as percepções e narrativas de famílias agricultoras do sertão central do Ceará sobre o viver no semiárido no período da seca de 2012 a 2017. Para tanto, dois objetivos específicos foram postos, o primeiro de analisar como a perspectiva da convivência com o semiárido proposta pela ASA, contribuiu para a construção de outras narrativas de vida no semiárido, e o segundo, demonstrar como os diálogos e parcerias entre sociedade civil e governos podem promover processos de transformações sociais estruturantes que, efetivamente, deixam para trás os ditos, efeitos da seca, a fome e a miséria, no semiárido.

Para realização desta pesquisa, que tem como centralidade as narrativas, as memórias sobre histórias de secas nas trajetórias das famílias, definiu-se como território a ser pesquisado o Estado do Ceará. A escolha do mesmo deve ao fato de ser o estado com a segunda maior população rural do semiárido, com 21%, ficando atrás somente do Estado da Bahia que tem

³ O segundo governo da presidenta Dilma foi interrompido oficialmente por um processo de impeachment em 2016, porém reconhecido como um golpe contra um mandato legitimado pelo voto popular.

população rural no semiárido de 30%, além disso, dos 184 municípios cearenses 175 estão reconhecidos pelo ministério da Integração como área semiárida. (ASA, 2020, p. 7).

Além dos dados acima, o Estado do Ceará, tem sua trajetória marcada pela ocorrência de grandes secas, sendo um dos estados do nordeste, onde a fome e a miséria por muito tempo foram associadas à sua imagem, quase como característica genuína deste território. Exemplo disso, são as histórias da seca do quinze de Rachel de Queiroz, dos poemas sobre o Nordeste de Patativa do Assaré, ou ainda mais recente as histórias de fome e desnutrição infantil expressas no Documentário Garapa⁴ (2005), onde municípios cearenses foram cenários de histórias reais de extrema pobreza.

O Ceará foi um dos estados do nordeste, onde primeiro surgiu uma articulação de entidades com a temática da convivência com o semiárido, o Fórum Cearense pela vida no semiárido, em fevereiro de 1999. (SILVA, 2019, p.58). No mesmo ano, em novembro de 1999, foi criada a Articulação do Semiárido Brasileiro com abrangência regional e sede em Recife, Pernambuco.

Na trajetória da implantação de tecnologias sociais de convivência como o semiárido, especialmente as cisternas de placas, o Ceará é o segundo estado com o maior número de famílias beneficiadas com cisternas, segundo dados da ASA (2020) até o ano de 2019, no estado foram construídas 247.828 cisternas de primeira água e 30.637 cisternas de segunda água.⁵

O território escolhido no Estado do Ceará foi o do Sertão Central, região do estado definida como uma área de planejamento de políticas de desenvolvimento do Ceará, e que segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia econômica do Ceará (IPECE), é formada por 13 municípios, ocupa uma área de 16.018 quilômetros quadrado do território estadual e representa 4,24 por cento da população do estado do Ceará.

Os três municípios inseridos na pesquisa, Quixadá, Quixeramobim e Choró tem características climáticas similares, porém de quantitativo populacional bem diferente, como expressa na tabela 1, abaixo:

⁴Garapa é uma mistura de água com açúcar, muitas vezes o único alimento de famílias pobres do Nordeste. Os dramas e flagelos de três dessas famílias brasileiras - uma de Fortaleza, outra de Choró, a terceira do sertão cearense - são mostrados neste que é um dos mais contundentes documentários sobre a fome no país, um soco no estômago, uma denúncia social, mas também um convite à reflexão. (CONSEA, 2009).

⁵ Cisternas de primeira água, são estruturas hídricas com capacidade de captação de água de chuvas de 16 mil litros, destinada ao consumo humano. E as cisternas de segunda água são aquelas com capacidade de captação 52 mil litros de água de chuva, destinada à produção de alimentos. www.asabrasil.org.br

Tabela 1. Dados populacionais e aspectos climáticos dos municípios com famílias entrevistadas

Município	População*	Aspectos climáticos**
Choró	12.853	Tropical Quente Semiárido, Tropical Quente Semiárido Brando.
Quixadá	80.604	Tropical Quente Semiárido
Quixeramobim	71.887	Tropical Quente Semiárido

Fonte: * IBGE 2021; ** IPECEDATA ⁶

Além das características climáticas como expressas na Tabela 1, acima, os municípios carregam em suas trajetórias histórias marcantes sobre as secas, como é o caso do município de Quixeramobim, onde ocorreram, por parte da população rural invasões ao depósito público da COBAL, como evidencia a pesquisadora Nivalda Campos (2004), ao estudar a seca de 1974 a 1983, no sertão central e no sertão dos Inhamuns no estado do Ceará, ela assim destaca,

Quixeramobim – no Sertão Central – fora a primeira cidade a ser invadida tendo o posto da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) saqueado. A população da cidade percebeu a gravidade da situação e passou a trancar portas e janelas. Os flagelados que no dia anterior haviam saqueado o posto da COBAL, retornaram em maior número no dia seguinte ameaçando realizar novos saques caso nenhuma providência fosse tomada. (CAMPOS, 2004 p.57).

São estas histórias de saques à comércios, êxodo rural, fome e miséria que também marcaram as memórias de famílias agricultoras do sertão central, que nesta pesquisa foram ouvidas. Através da técnica de construção da linha do tempo com cada família, tendo como fio condutor das entrevistas as secas no território⁷, foi possível sistematizar e assim, apresentar outras narrativas sobre a vida no semiárido, a partir das histórias dos próprios agricultores e agricultoras.

Assim como na definição do Estado do Ceará para realização da pesquisa, a escolha do Sertão Central, também levou em conta o expressivo número famílias beneficiadas com cisternas de primeira água, chegando até 2016 na marca das 12 mil cisternas de placas construídas no território. (SILVA, 2019, p. 74).

⁶ IPECE - <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml> acesso em 27 de agosto de 2023

⁷ As entrevistas seguiram um roteiro estruturado, que orientou os diálogos com os participantes da pesquisa.

Destaca-se ainda neste território, a existência de dinâmicas e lutas coletivas nesta região, como as redes territoriais de agricultores/as agroecológicos e solidários, rede de feiras agroecológicas, o Fórum Microrregional pela Vida no Semiárido, movimento sindical rural e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Vale ressaltar que o Sertão Central é um território de importante participação da agricultura familiar e da bovinocultura no desenvolvimento econômico local, segundo dados do último Plano de Desenvolvimento Territorial – PTDRS, (2010:10), o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar é de aproximadamente 90% do total, no entanto é também significativo o fato de que estes ocupam uma área apenas de 52%, sendo expressivamente de pequenos estabelecimentos rurais.

Outra dimensão importante a se destacar é o processo de ocupação do território, que tem raízes na presença de povos indígenas e conservação de resquícios históricos da colonização uma forte incidência da pecuária extensiva, como podemos ver na citação abaixo:

Esta região foi habitada inicialmente por índios Jenipapo, Kanyndé, Tapúia e Quixaras, os mesmos foram expulsos e as terras divididas em sesmarias. Posteriormente os municípios se constituíram a partir das fazendas onde eram construídas capelas e igrejas católicas. A colonização da área compreendida atualmente pelo município de Quixadá ocorreu através da ocupação pelo rio Jaguaribe, seguindo seu afluente, o rio Banabuiú e depois o rio Sitiá, cujo objetivo principal era a conquista de terras para a pecuária de corte e leiteira. Vale destacar que na região existem comunidades tradicionais que se reconhecem como quilombolas, preservando sua cultura e lutando por seus direitos, principalmente o da conquista da terra. (SOBRAL, 2014, p.8).

Quixeramobim e Quixadá, são municípios fundados ainda nos séculos dezoito e dezenove, respectivamente, estão entre os mais antigos da região. A trajetória de formação do território é marcada pela incidência de momentos extremos de pobreza e assim baixa expectativa de vida. Na tabela 2, abaixo, destaca-se, uma série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH desses municípios, nestes dados é notório o quanto esta realidade de miséria assolou esta região, nos últimos trinta anos.

Tabela 2. Série histórica do IDH por município.

Município	IDH** 1991	IDH** 2000	IDH** 2010
Choró	0,246	0,380	0,585
Quixadá	0,383	0,524	0,659

Quixeram obim	0,356	0,483	0,642
------------------	-------	-------	-------

FONTE: Censo do IBGE 1991, 2000, 2010; IPECE.

Os dados do IDH revelam três municípios, que independente da extensão territorial e do tamanho da população, adentraram o século XXI com o desafio de superar diversos indicadores sociais para melhorar a qualidade de vida da população. O avançar das décadas dos anos dois mil percebe-se uma crescente na melhoria no IDH de cada município, e no censo de 2010, há um reposicionamento dos três municípios, a exemplo de Choró, que saiu em três décadas do índice de 0,246 em 1991 para 0,585, em 2010.⁸

É neste território do semiárido cearense que residem as três famílias agricultoras participantes da pesquisa. Vale ressaltar que a definição destas, levou em conta o envolvimento nas ações da ASA no território por meio do fórum microrregional pela vida no semiárido⁹, famílias beneficiadas com o programa de cisternas, tanto para o consumo humano, como para produção de alimentos, especialmente acessados por programas da ASA, o P1MC e o P1+2¹⁰.

Além disso, agricultores que desenvolvessem dinâmicas produtivas de base agroecológica em suas unidades familiares, estimulados pelas tecnologias sociais de convivência com o semiárido, tais como quintais produtivos, mandalas, sistema de reuso de águas cinzas, casas de sementes, dentre outras. Produzindo alimentos para o consumo familiar e para comercialização.

A proposta da pesquisa foi analisar e sistematizar as narrativas a partir das histórias de famílias, recontadas através da construção da linha do tempo, tendo como ponto de partida, a chegada ou a constituição do núcleo familiar ao território, à comunidade. Agregado a esta cronologia história de suas presenças no território, as memórias de histórias das secas vividas no sertão central, contadas por pessoas mais velhas e que marcaram suas vidas, assim como as histórias de secas vivências por estas famílias, especialmente a seca de 2012 a 2017.

É importante ressaltar que as três famílias entrevistadas foram de acordo que utilizássemos para explicitar suas falas durante a escrita, os nomes reais. Ressalta-se que as três famílias entrevistadas já tiveram suas experiências também publicadas em boletins impressos e eletrônicos, pela ASA.

⁸ Até a finalização desta pesquisa, o IBGE, não publicou dados do IDH, do censo de 2021, último realizado.

⁹ No Ceará, a Articulação do Semiárido Brasileiro é representada pelo Fórum Cearense pela a Vida no Semiárido. Este fórum estadual organiza-se em 09 fóruns microrregionais, sendo o Sertão Central um destes.

¹⁰ P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas; P1+2 – Programa Uma Terra e Duas águas.

Uma das entrevistadas foi a agricultora Antônia Marta da Silva Lopes, 54 anos, casada e mãe de dois filhos. Como é típico do sertão cearense, muitas vezes a pessoa tem um nome, mas é conhecida por outro, neste caso, Antônia é conhecida por Marcinha, e é este nome que usaremos nas suas citações. Marcinha vive na comunidade do Bom Jardim, distrito de São João dos Queiroz, no município de Quixadá.

Neste município morou também a escritora Rachel de Queiroz, inclusive no distrito de São João dos Queiroz, de onde construiu suas referências para contar em forma de romance a tragédia da fome, da seca e dos retirantes do sertão cearense, levando ao mundo a problemática das secas através da obra “O Quinze” (edição 2016)¹¹.

Marcinha também é uma agricultora feirante, que diferente dos personagens de Rachel de Queiroz, vem mensalmente à Fortaleza, não em busca de comida, mas para ofertar alimentos para a população da capital. Ela e outros agricultores e agricultoras do sertão central comercializam seus produtos na Feira Agroecológica realizada pela entidade de assessoria Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA)¹².

A segunda família entrevistada é a do Sr. Aureliano Martins, 66 anos, agricultor agroecológico, casado com dona Maria Liduina Leal Martins, 59 anos, também agricultora, neste caso o diálogo teve a efetiva participação do casal. A família mora na comunidade de Aroeira, município de Quixeramobim. O município também é referência por ser a terra de Antônio Conselheiro, e ainda, por ter sido ao longo das secas passadas, um cenário de expressivas incidências de saques à merenda escolar, aos estoques da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, bem como da presença marcante de movimentos sociais do campo.

A pesquisadora Nivalda Campos (2004), assim destacou sobre estes momentos de saques vivenciados nos diversos municípios nos períodos extremos de secas, dentre eles Quixeramobim, “de um lado estava a população faminta tratada de forma irresponsável pelo estado tentando através do saque saciar, mesmo que momentaneamente, a sua fome”. (CAMPOS, 2004, p. 63).

Por fim, a terceira família foi do Sr. João Felix e Dona Helena, casados e pais de quatro filhos dos quais dois, um de 25 e outra de 13 anos, moram com eles na comunidade de Riacho do Meio, município de Choró. Com já apresentado na tabela 2 deste texto, o município de Choró nos dados do censo de 1991 apresentava um IDH de 0,246, ranqueado, até a primeira década

¹¹ O Quinze é uma obra literária da escritora Rachel de Queiroz, sua primeira edição foi em 1930.

¹² O CETRA é o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, compõem a rede ASA e atua no campo da agricultura familiar, convivência com o semiárido, economia solidária e agroecologia. Sua atuação institucional é estadual.

dos anos 2000, entre os dez piores IDH¹³ do país, tendo ficado nacionalmente reconhecido através de reportagens em TV e jornais por seus baixos índices de desenvolvimento humano.

É importante destacar que as entrevistas ocorreram em 2021, quando o Brasil e o mundo ainda vivenciavam ondas da Covid-19. Devido ao contexto de pandemia, as entrevistas foram realizadas utilizando as ferramentas virtuais, como a plataforma zoom e WhatsApp, esta última utilizada em último caso, especialmente quando persistia a inviabilidade dos diálogos pela plataforma devido a baixa qualidade dos serviços de internet no interior do estado. Mesmo com as dificuldades postas as entrevistas foram realizadas com sucesso, com a participação e envolvimento de um núcleo familiar, além de terem sido registradas com fotos, arquivadas e sistematizadas.

Os três capítulos que se seguem, trazem desde o princípio, as narrativas advindas a partir, principalmente, dos olhares e falas dos agricultores e agricultoras do semiárido cearense.

2. SEMIÁRIDO, O TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO.

2.1. O SEMIÁRIDO, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.

Uma das maiores expressões destas regiões são as ocorrências de secas, caracterizadas pela deficiência de precipitação pluviométrica, como bem expressa DE SÃO JOSÉ *et al.* (2019) em artigo apresentado no 8º simpósio de gestão ambiental e biodiversidade,

Esse fenômeno se caracteriza pela deficiência de precipitação pluviométrica durante um período prolongado que resulta em escassez de água para algumas atividades, grupo ou setor ambiental (NDMC, 2007). Um dos principais fatores para ocorrência desse fenômeno é a acentuada variabilidade interanual da precipitação pluviométrica, marcada pela intensa redução do volume pluviométrico durante o período chuvoso (Moura et al. 2007). (DE SÃO JOSÉ *et al.*, 2019, p.2).

¹³ No ano de 2001, segundo dados do IBGE, o município de Choró, esteve entre os dez piores Índices de Desenvolvimento Humano- IDH, ranqueado entre os dez piores do Ceará e do Brasil, chegando a índice de 0,381. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/choro/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&ano=2000> acesso em 10 de julho de 2023.

A aridez que tecnicamente se faz referência quando se fala de território semiárido, é uma definição estabelecida em 1977 pelo Plano de combate à Desertificação das Nações Unidas, no qual aponta que “o grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva (precipitação) e da temperatura que influencia a perda de água por meio da evapotranspiração potencial.” (SILVA, 2008, p. 17).

Sob esta definição de aridez é possível identificar áreas com estas características em diversas regiões do mundo como “na América do sul, além da ocorrência no Nordeste do Brasil, no norte do Continente, na Venezuela e Colômbia, e no Cone-Sul, estendendo-se desde a Patagônia, na Argentina, até o norte do Chile, Peru e Equador.” (SILVA, 2008, p. 17).

Outra constatação é verificada ao entrevistar a agricultora familiar Marcinha, que vive no território do Sertão Central do Ceará, localizado no semiárido cearense. Ao ser indagada sobre o que é viver no semiárido, de maneira firme e direta responde: “Eu não sabia o que era o semiárido, moro aqui desde que nasci, mas vim descobrir depois de muitas participações em encontros que moro no semiárido”. (Marcinha, Quixadá/CE, 202)

Esta afirmativa da agricultora pode ser justificada, principalmente, por esta ser uma recente denominação. Segundo o autor Silva (2004), ao dissertar sobre o contexto da divulgação da terminologia *semiárido brasileiro*, afirma que está “surge e se institucionaliza no final do século XX, quando é incorporada na constituição brasileira de 1988. (SILVA, 2008, p. 17).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 159, no qual institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), conjuntamente com a lei nº 7.827 de setembro de 1989 regulamenta a denominação região semiárida, como a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁴, para efeitos de acesso ao FNE (BURITI & BARBOSA, 2018, p. 100).

Em 2005, o Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo então Ministério da Integração, incluiu mais 102 municípios no semiárido considerando três critérios

(I) a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; II) o índice de aridez de até 0,5, calculado pelo o balanço hídrico que relaciona a precipitação e a evapotranspiração potencial no período de 1961 a 1990; III) o risco de seca maior de 60% tomando por base o período de 1960 a 1990. (Buriti & Barbosa, 2018, p. 100).

¹⁴ SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, foi criada em 1959, cuja área de atuação abrangia, inicialmente todos os estados do Nordeste e Zona de Minas Gerais inserida no polígono das secas. (Buriti & Barbosa, 2018, p. 99).

A última atualização da área de abrangência do semiárido brasileiro foi publicada através da Resolução nº 107/2017 pelo Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL), que estabeleceu sob novas critérios para revisão da abrangência territorial, mais 73 municípios passaram a integrar o semiárido brasileiro, passando a região contar com o total de 1.262 municípios, passando a ocupar cerca de 12% do território nacional, onde vivem aproximadamente 27 milhões de brasileiros e brasileiras, o que representa cerca de 12% da população do país. É importante reafirmar que o semiárido abrange também o norte do Estado de Minas Gerais,

A maior parte do Semiárido situa-se no Nordeste do país e também se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), ocupando cerca de 18% do território do estado. No Nordeste, dos seus nove estados, metade tem mais de 85% de sua área caracterizada como semiárida, sendo o Ceará o que possui a maior parte de seu território com esse perfil.

Em número de municípios, os estados com maior quantidade são Bahia (278), Paraíba (194), Piauí (185), Ceará (175), Rio Grande do Norte (147) e Pernambuco (123). O Maranhão passou a fazer parte do Semiárido Legal em 2017. (ASA, 2023)¹⁵

É neste território em que vivem e resistem uma expressiva parte da população brasileira, nas suas mais diversas expressões, campo e cidade, comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas, sem terras, homens e mulheres nas suas diferentes identidades sociais, agricultores e agricultoras familiares, dentre outros, onde encontramos histórias de vidas alegres e tristes de um presente que sempre remonta um passado não tão distante, mas que afirma as histórias de resistências e lutas dos povos que milenarmente habitam este território, nas quais sempre foram protagonistas, ainda que não reconhecidos pelas histórias oficiais.

2.2. SERTÃO, NORDESTE E SEMIÁRIDO: A SECA COMO BASE DE SUA IDENTIDADE.

Uma agricultora familiar cearense ao ser questionada sobre o semiárido ser a região onde vive, logo responde: “aqui sempre foi chamado de sertão, tudo era sertão”, portanto seu morador/a é sertanejo/a.

Esta região é antes de todas as denominações, sertão. É do período colonial a denominação de sertão, sendo também a mais disseminada historicamente. Para o pesquisador Moraes (2012), isso se deu pelo entendimento de que a denominação “não tem relação com o

¹⁵ <https://www.asabrazil.org.br/semiario> acesso em 28 de agosto de 2023.

tipo de paisagem, clima ou relevo”, segundo o autor, o Sertão é historicamente reconhecido como o lugar a ser conquistado, transformado e superado, reforçando sua afirmativa ao apontar que

O sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. (Moraes, 2012, p. 06).

É este mesmo sertão que ao longo do processo de colonização foi sendo invadido por europeus em seus diferentes ciclos produtivos, que também foi território ocupado fortemente por populações indígenas. Se revelando ainda a partir de suas características climáticas e sociais peculiares, este espaço em que ocorre o fenômeno das secas é o mesmo da resistência dos povos indígenas na defesa de seus territórios.

O chamado sertão colonial está diretamente relacionado ao modo de vida dos povos indígenas que ali habitavam, suas relações e vivências eram orientadas pela dinâmica observada da natureza, os longos períodos de estiagens ou de fortes enchentes faziam com que os povos indígenas vivessem num regime nômade, aproveitando os recursos disponíveis na natureza. (SILVA, 2006, p. 33).

Os elementos, resistência dos povos indígenas e as ocorrências de secas na região, segundo Silva (2008), foram provocadores “de desordem do processo de colonização” que acabou por retardar o avanço das invasões. O território de Pernambuco e Ceará, por exemplo, áreas secas do sertão nordestino, até a primeira metade do século XVII constituíam domínio dos povos indígenas” (SILVA, 2008, p. 33).

As condições climáticas, as recorrentes secas impactam tanto na vida dos que já vivem no território, como daqueles que ao avançar no processo de colonização se depararam com situações de morte de pessoas e animais. Contudo, isso não impediu o avanço do processo de ocupação, como ressalta Silva (2006), citando Celso Furtado (1979), o mesmo afirma que a cultura açucareira foi o primeiro movimento intensivo de ocupação do nordeste, sendo assim, a empresa açucareira foi a matriz de uma ordem social no Nordeste. (SILVA, 2006, p.36).

Em seguida ele aponta para mais dois movimentos, “o da exploração da calha do Rio São Francisco, posterior do rio Paraíba como caminhos para as entradas e bandeirantes; e o terceiro movimento que foi o deslocamento de colonizadores com seus escravos e de pequenos lavradores para o sertão” (SILVA, 2008, p. 35).

Neste entendimento, os elementos provocadores da desordem no processo de colonização, como apontou Silva (2008), foram sendo enfrentados de formas diferentes, e assim, a população indígena foi sendo em grande parte expulsas de suas terras tendo que se refugiar em outras áreas, em alguns casos até, exterminada com o avanço da expansão da pecuária extensiva na região. Como afirma Martins (2008), “a fazenda desorganizou a vida das tribos por meio da domesticação pelos padres, da escravidão dos negros da terra, forçados ao regime de pastoreio, e do extermínio ou *limpeza da área*.” (MARTINS, 2008, p. 53). Ademais, “a consolidação da ocupação deu-se somente na última década do século XVIII com o extermínio dos povos indígenas” (SILVA, 2008, p. 35).

É importante destacar, como pontua Silva, que a seca passou a ser entendida como um problema para o governo quando começa a “entrar nos relatórios históricos, enfatizando a calamidade da fome e os prejuízos econômicos aos fazendeiros” (SILVA, 2008, p. 26).

Os relatos oficiais dos enviados dos colonizadores passam a expressar a realidade de catástrofe no território, e diante do contexto da região semiárida, “as secas mataram milhares de pessoas, de inanição, maleita e varíola, dizimou rebanhos e destruíram lavouras.” (MARTINS, 2008, p. 57). Assim, a seca foi se consolidando como característica da região e condição do território, não apenas da perspectiva climática, mas também da história na vida das populações.

Campos (2004), em sua tese, traz outros elementos para o entendimento desta narrativa. No Capítulo I de seu trabalho, a autora destaca o final do século XIX como um marco da perda de poder político-econômico do Nordeste, tendo como marcos o fim do tráfico de escravos e a crise no ciclo da cana-de-açúcar. Segundo a autora, estes momentos acontecem ao mesmo tempo, em que o período que o fenômeno da seca vai atingir mais fortemente seus habitantes.

O Nordeste passa a ser identificado como uma região problema e mesmo sem mudanças na concepção o “governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como um problema que embora regional, exige uma interferência federal.” (COHN, 1976, p. 57).

A seca é, portanto, um fenômeno de estreita relação com o território sertão, a região semiárida, e conseqüentemente o Nordeste. Em verdade, ao longo da história, a ocorrência das secas, passa a orientar oficialmente a delimitação da região, e a partir deste recorte, passa a ter outras denominações, dentre as quais, o polígono das secas e semiárido.

A denominação, polígono da seca, faz referência a figura geométrica utilizada pelos engenheiros do IOCS, à época, para esboçar uma delimitação das terras semiáridas brasileiras, cuja área compreende 670.000 km². (BARBOSA E BURITI, 2018, p.97).

É importante ressaltar que a delimitação oficial de 1936, denominada polígono das secas, foi a base para alterações futuras, que ocorreram principalmente para orientar a destinação de recursos públicos na região, um exemplo é aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), exclusivo para área de atuação da Sudene.

Ao adentrarmos no século XXI, a delimitação do território semiárido, o clima e a seca são dimensões imprescindíveis para a identidade do lugar. Ao falar sobre o assunto, o estudioso Barbosa (2010) destaca que

O clima é uma das características mais importantes da região, principalmente pela ocorrência do fenômeno das “grandes secas” caracterizadas pelo esgotamento da umidade do solo, fenecimento das plantas por falta de água, depleção do suprimento de água subterrânea e redução e eventual cessação do fluxo dos cursos de água. A seca é sinônimo de tragédia que provoca grandes problemas sociais, econômicos e políticos na região. Destroi as atividades agrícolas e pecuárias e agrava a falta de água. (BARBOSA, 2010, p. 10).

A questão climática deve ser considerada para a compreensão do contexto do semiárido, conhecer a região, entendê-la na sua complexidade populacional, climática e de conhecimentos é importante para a construção de ações e para o entendimento das narrativas sobre a região. Os agricultores que vivem no semiárido sabem o quanto é preciso entender seu lugar.

Em outro diálogo, agora com o Sr. João Félix, ouvimos que “O semiárido ele é assim, agora tá tudo verdim, mais tarde a gente vai saber que tá tudo sequim. Eu sempre digo para as pessoas, o tempo da gente não perder nenhum minuto é agora.” (João Felix, 56 anos, Choró/CE).

Os estudos e pesquisas a partir da última década do século XX e em consequente no século XXI, passam a utilizar o contexto semiárido como base para tal. O termo semiárido não é uma negativa ao sertão ou ao nordeste, e sim uma outra perspectiva, que agrega elementos importantes sobre este espaço que é físico, mas também está em constantes mudanças e movimentos. Como afirma Barbosa (2010),

O Semiárido na sua construção simbólica difere-se de Nordeste, espaço midiático associado à falta de água, animais mortos, crianças desnutridas, fome, êxodo, terra rachada, pessoas incapazes, indústria da seca; difere-se também de sertão, construído em oposição ao litoral, e difere-se de Norte em oposição ao Sul. Sendo novo, é pouco carregado de preconceitos e configura uma imagem positiva, não como negação ou oposição, mas como um lugar simbólico. Sem dúvida, a associação de semiárido à ideia de convivência é uma das causas mais consistentes para esta imagem positiva. (BARBOSA, 2010, p.10).

É sobre viver neste território, com suas cíclicas secas e estiagens, com sua população sedenta de políticas públicas, de investimentos nas suas dinâmicas econômicas locais, que ao longo dos tempos narrativas foram sendo explicitadas. Estas histórias foram sendo reconstruídas por seus moradores, quando sujeitos externos a narravam especialmente com o olhar da impossibilidade. Retomar estas narrativas é importante para afirmar este território atualmente.

2.2.1. SEMIÁRIDO, NARRATIVAS DA REGIÃO A PARTIR DAS SECAS.

Viver no Nordeste e na região semiárida brasileira tem sido, ao longo das décadas, sinônimo de vidas marcadas por histórias de fome e miséria, quase sempre apontadas como consequências inevitáveis das secas. O território semiárido tem sua construção marcada por vivências de homens e mulheres que atravessaram períodos diversos relacionados à escassez de água e de alimentos, desde os povos originários, povos quilombolas, as populações rurais e as cidades.

Até o início do século XXI, esta região localizada no nordeste brasileiro e no norte de Minas Gerais, o semiárido, teve suas histórias narradas por diferentes olhares, a partir de contextos governamentais em diferentes momentos da trajetória de organização política no Brasil, por estudiosos, pesquisadores e expressivamente pela literatura e por diversas expressões artísticas e culturais.

As secas são elementos fundantes das narrativas sobre este lugar. O chão rachado, a carcaça de boi na beira das estradas, imagens de homens e mulheres sedentos de água e comida, a figura do retirante nordestino, as frentes de serviços, as cestas básicas, e os saques a depósitos de alimentos, comércios e merenda escolar, estão no imaginário de quem vive fora da região, bem como para quem nela vive, como sendo naturalmente características da região. Ao longo dos tempos, a seca foi a expressão do atraso na região, como se esta fosse a causadora de todas as mazelas sociais vivenciadas nos períodos de ocorrência deste fenômeno natural.

O olhar sobre este território, as narrativas sobre o viver no semiárido, atravessam período de secas, de escassez de alimentos, de terra e ações de políticas públicas, que tem se dado na grande maioria das vezes por entes externos à região, aqueles que narram o que acreditam que a população está vivendo.

Essa lógica fortaleceu ao longo da história a ideia da região incapaz de desenvolver-se economicamente, que as soluções para os problemas que assolam a região teriam que vir de

fora, e que as populações desta região estavam destinadas a viver a fome e a miséria, a morte, como fenômenos naturais consequência das secas e como castigo dos céus. É a lógica dominada pelo paradigma do combate à seca, sob o qual há um distanciamento do homem com a natureza, como explica Silva

Da mesma forma que a sociedade moderna é fundada no distanciamento e estranhamento entre o homem e a natureza, o combate à seca é apenas mais uma expressão desse modelo ou padrão. Indica a crença na capacidade do progresso como solução técnica aos problemas. A sua finalidade implícita é domar a natureza, a seca, os efeitos da seca. Indica um distanciamento entre ser humano e natureza, entre o ser humano e uma terra e climas amaldiçoados. (SILVA, 2006, p.13)

Contar a história a partir dos sujeitos que vivem na região é a base fundante desta pesquisa. É necessário recontar a história a partir de quem a constrói, falar da fome e da escassez de água a partir daqueles e daquelas que sentiram ou sentem no cotidiano o que é viver tais situações.

Ouvir como estes homens e mulheres se veem nas histórias contadas por quem olha de fora, e sobretudo entender como eles e elas percebem os impactos das políticas públicas em suas vidas. E assim, de passo a passo, inverter a lógica, agora de dentro para fora, contando o que é o semiárido, e o que representa – de verdade – viver neste lugar.

Como afirma a escritora Djamilia Ribeiro (2019), o lugar de fala é fundamental para construir ou reconstruir as histórias e narrativas dos sujeitos sociais. Neste sentido faz-se necessário pensar o semiárido a partir dos sujeitos históricos que vivem neste território. Estes sujeitos são diversos, diferentes e com vivências plurais.

O Nordeste tem como marca a existência de suas belezas, dores e sonhos nos cantores e poetas populares. Ao buscar entender as narrativas que ao longo dos tempos firmam as histórias cotidianas relacionadas às secas, ou sobre ser *retirante das secas*, um dos primeiros a se lembrar é de Patativa do Assaré, poeta, cearense, que versou tão bem e ao seu modo, expressando as dores, mas também as alegrias de viver neste lugar. Um destes exemplos é a canção Vaca Estrela e Boi Fubá, lançada na década de oitenta em pleno período de seca, cantada na voz do também cearense Fagner (1980).

“Seu doutor, me dê licença pra minha história contar
Hoje eu tô na terra estranha e é bem triste o meu penar
Mas já fui muito feliz vivendo no meu lugar

Eu tinha cavalo bom, gostava de campear
 E todo dia aboiava na porteira do currá (...)
 Eu sou fio do nordeste, não nego o meu naturá
 Mas uma seca medonha me tangeu de lá pra cá
 Lá eu tinha o meu gadinho, não é bom nem imaginar
 Minha linda vaca Estrela e o meu belo boi Fubá
 Quando era de tardezinha, eu começava a aboiar
 Ei, ah natura
 Ei, ah natura
 Ê natura ê, vaca Estrela
 Ô natura ô, boi Fubá
 Aquela seca medonha fez tudo se trapaiaá
 Não nasceu capim no campo para o gado sustentar
 O sertão esturricou, fez os açude secar
 Morreu minha vaca Estrela, se acabou meu boi Fubá
 Perdi tudo quanto eu tinha, nunca mais pude aboiar
 Ei, ah ah
 Ei, ah ah
 Ê ê ê, vaca Estrela
 Ô ô ô, boi Fubá
 Hoje nas terra do sul, longe do torrão natá
 Quando eu vejo em minha frente uma boiada passar
 As água corre do zóio, começo logo a chorar
 Lembro minha vaca Estrela e o meu lindo boi Fubá
 Com sodade do nordeste, dá vontade de aboiar
 Ei, ah ah
 Ei, ah ah
 Ê ê ê, vaca Estrela
 Ô ô ô, boi Fubá”

(Boi fubá, música de Patativa do Assaré, 1980)

O retirante cantado por Patativa, são migrantes que partiram de sua terra natal de um trabalho, de condições materiais para sobreviver e assim ajudar os demais da família que

ficaram na espera de melhoras de vida. No nordeste, este movimento de partida de familiares para as regiões norte, sul e sudeste, marcou muitas histórias de famílias sertanejas, o parente que mora fora, o retirante é um sujeito muito presente nas famílias nordestinas, na década de oitenta quando esta canção foi lançada o semiárido passava pela grande seca de 1974 a 1983, neste período o êxodo rural foi um movimento intenso.

A este movimento de retirada denomina-se o fenômeno social denominado de êxodo rural, caracterizado pela migração de pessoas do campo para a cidade, um movimento de retirar-se de seu lugar que está diretamente relacionado com a falta de incentivos e garantias de oportunidades por parte do governo. (LIMA et al., 2015).

Ao retirante também se associa sempre a vontade de voltar, a migração do retorno, e chover na região é a esperança para este retorno à terra natal. O também artista popular Luiz Gonzaga foi uma das vozes que levou para além do Nordeste as histórias das secas e a relação das pessoas que vivem na região com este fenômeno, retratando em músicas diversos sentimentos e realidades. Dentre as mais variadas canções que retratam narrativas sobre as secas podem-se destacar a consagrada Asa Branca (1947), que canta a tristeza do ter que partir e abandonar histórias e pessoas,

(...)

Inté' mesmo a asa branca

Bateu asas do sertão

Entonce' eu disse: adeus, Rosinha

Guarda contigo meu coração

(...)

Hoje longe, muitas légua

Numa triste solidão

Espero a chuva cair de novo

Pra mim vortar' pro meu sertão

(...)

(trecho da música ASA Branca, de Luiz Gonzaga)

Assim como a música A volta da Asa Branca (1950), na qual retrata a alegria com a esperança de retornar. Nesta narrativa do cancionista, ao final, quando afirma “espero a chuva cair de novo para eu voltar pro meu sertão”, está aí o sentimento da grande maioria dos que

foram embora pensando em voltar. Foi a partir deste contexto que Luiz Gonzaga também musicou a Volta da Asa Branca, pois neste voar na direção de volta para o sertão, é sinal de bom inverno e boa plantação.

“Já faz três noites que pro norte relampeia
 E a asa branca ouvindo o ronco do trovão
 Já bateu asas e voltou pro meu sertão
 Ai, ai, eu vou-me embora, vou cuidar da prantação'
 (...)
 A seca fez eu desertar da minha terra
 Mas felizmente Deus agora se alembrou
 De mandar chuva pra esse sertão sofredor
 Sertão das muié' séria, dos home' trabalhador
 (...)

Trecho da música A volta da Asa Branca de Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1950).

Asa Branca é uma ave símbolo do nordeste e a apreciação do movimento de voar na direção de saída, é, na sabedoria popular, um sinal de pouco inverno, de poucas chuvas e de seca na região, a canção está relacionada à época de seca, e reforça a sazonalidade da região. Luiz Gonzaga era um profundo observador da natureza e do clima do sertão.

As narrativas além da dimensão poética e a relação com símbolos da natureza, também dão lugar à expressão da religiosidade do povo nordestino. No trecho “*a seca fez eu desertar da minha terra, mas felizmente Deus agora se alembrou de mandar chuva pra esse sertão sofredor*”, ao mesmo tempo em que coloca as chuvas na esperança divina, acaba reforçando a fome e sede como castigo de Deus para com a região. E é este olhar que também foi se reproduzindo ao longo dos tempos.

O escritor cearense Rodolfo Teófilo no seu livro A Fome, foi um dos autores que descreveu histórias de retirantes do sertão do Ceará para a capital Fortaleza na grande seca de 1877. Em sua obra, mesmo retratando a Seca como um fenômeno climático e a fome como insegurança alimentar e necessidade biológica, também se mostrou presente o relato da dimensão da fé, onde, neste caso, apelavam ao santo que se tornou padroeiro do Ceará, transformando-o em um símbolo na esperança do bom inverno. Desta forma, o Dia de São José é momento de olhares para o céu e de esperança para muitos, conforme relata Teófilo (2015),

Apelava para o dia de São José; nesse dia é que se saberia a sorte do Ceará Na noite de 18 de março poucos foram os que dormiram. Ao quebrar das barras já todos estavam nos terreiros, com o olhar fito no levante. O céu estava limpo e ponteadado de estrelas, que esfuzilavam em todos os rumos. (...). Os sertanejos, que olhavam o nascer do sol, baixaram a vista, alguns chorando a sua sentença de morte. (TEOFILO, 2015, p. 17).

Na literatura, a escritora romancista Rachel de Queiroz, é também uma referência ao se falar de narrativas sobre o sertão. Natural do município de Quixadá, no Ceará, localizado no sertão central cearense, aborda em uma de suas obras mais conhecidas, 'O Quinze', o relato da seca a partir da vida de famílias retirantes do sertão.

Ao contar o romance do sertanejo *Vivente e da jovem Conceição*, o que mais se sobressai é o trajeto sofrido da família retirante de Chico Bento e Cordulina, que saem do mesmo sertão de Quixadá, município localizado na região do Sertão Central cearense, e enfrentam sol, fome, sede e violências no caminho seguido a pé, até chegar à capital cearense para assim se juntarem a tantos outros nos conhecidos campos de concentração¹⁶.

O cenário descrito por Queiroz é, para muitos leitores e estudiosos das secas na região, um testemunho de um contexto não fictício onde “sobreviver até a redenção da chuva é uma questão de sorte” (ANTÔNIO TORRES, 2003), ao apresentar a 105ª edição do livro de Rachel de Queiroz, ele destaca a realidade de um contexto que provoca no leitor impacto nos anos 30 do século vinte quando foi lançado. e segundo ele atravessou o tempo, o trecho citado abaixo, extraído do *O Quinze* expressa esta visão de que um contexto não fictício na literatura de Queiroz (2003),

O sol poente, chamejante, rubro, desaparecia rapidamente como um afogado no horizonte próximo. (...) Sombras vencidas pela a miséria e pelo o desespero que arrastavam passos inconscientes, na derradeira embriaguez da fome. Uma forma erguida de mulher se ajoelhou no chão vermelho. Um vulto seco se acorou ao lado, e mergulhou a cabeça vazia entre os joelhos agudos, amparando-as com as mãos. (trecho do livro *O Quinze*, 105ª ed. 2003 p.78).

¹⁶ Na seca seguinte, em 1915, o governo do Ceará criou uma espécie de campos de concentração nas margens das grandes cidades para impedir a migração. A fome e a falta de higiene provocaram um quadro trágico. "Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber comida e assistência médica. Não podiam sair sem autorização dos inspetores do campo. Ali ficavam retidos milhares de retirantes a morrer de fome e doenças", relata a professora Kênia Rios, doutora em História pela Pontifícia Universidade (PUC) de São Paulo. Em, https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39

As histórias das secas no nordeste brasileiro, são assim histórias das vidas das pessoas que aqui vivem, são expressões de tristeza e desolação, não só pela falta do alimento e da água, mas, sobretudo, por ter que deixar o seu lugar, o seu torrão e seguir em direções desconhecidas, como bem narra Raquel de Queiroz em seu romance *O Quinze*.

Tal realidade não é fictícia, na verdade há uma diversidade de relatos, em falas e em literaturas que sintetizam as situações extremas de miséria das populações da região, principalmente daquelas que residem em áreas rurais. O médico e escritor cearense Rodolfo Teófilo em seu livro *A Fome*, traz relatos da seca de 1877, ano em que se deu início a Grande Seca (1877 - 1879), o processo de migração da população do sertão para a capital Fortaleza. Um das cenas por descritas por Teófilo, revelam o lado desumano a que a população, especialmente a rural passou naquele contexto de seca,

(...) a fome com o cortejo de dores não pudera apagar os traços daquela carnação. A musculatura estava reduzida, mesmo assim ninguém duvidava que os braços daquele homem pudessem sustentar um touro pelos cornos. (TEÓFILO, 2015, p. 15).

A ideia da região problema foi também registrada em fotografia, já em 1878, quando se tem o primeiro registro fotográfico da “civilização da seca”, denominação de Sampaio (1999), ganhou destaque no *Jornal o Besouro*, do Rio de Janeiro. A fotografia, de 20 de julho de 1878 no estado do Ceará, retrata duas pessoas desnutridas e maltratadas pela fome, representando assim a primeira imagem da seca que se tem conhecimento, conforme vemos na Figura 1.

Figura 1. Primeira imagem conhecida da seca



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. (karonte.com.br/grande-seca-do-nordeste/)¹⁷ Foto de Joaquim Antônio Correia

Este registro em fotografia, além de outros que se seguem na literatura, a exemplo dos registros do médico Rodolfo Teófilo com o livro *a fome* (1890) e de Raquel de Queiroz em *o Quinze* (1930), vão registrando e evidenciando as situações de flagelo vivenciadas pela população e relacionando como consequências da ocorrência das secas.

Outro autor, já no século XX, que cantou e poetizou a vida e a sina do povo nordestino sem-terra e sem água, numa perspectiva de denúncia, foi João Cabral de Melo Neto. Um dos seus conhecidos poemas é o titulado “Morte e Vida Severina”, escrito entre 1954 e 1955, nesta obra, o artista denunciou, dentre outras questões, a desigualdade social arraigada na vida dos retirantes nordestinos, conforme este trecho que destaca a concentração de terra

—” Essa cova em que estás,
 com palmo medida,
 é a conta menor
 que tiraste em vida.
 (...)
 _ Não é cova grande,
 é cova medida,
 é a terra que querias
 ver dividida.”

(Trecho do Poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto)

Ao longo dos séculos, situações de fome e sede foram consideradas como consequência das secas, o que parecia ser natural como condição de vida do povo do semiárido. Esta naturalização destas questões sociais foi também fortalecida nas expressões musicais e literárias, mais fortemente até o final do século XX, que ao longo dos tempos contribuíram para a construção de um imaginário do ser nordestino.

Esta visão da seca como um problema, também determinou a formulação de ações políticas do estado para a região, até a metade do século XX. Em diferentes governos, contextos e planos governamentais foram apresentadas ‘soluções’ para a ocorrência de secas. Diante deste

¹⁷ /karonte.com.br/grande-seca-do-nordeste/ acesso em 29 de agosto de 2023

contexto, as secas continuam a produzir histórias de abandono de suas moradias e terras em busca de outros destinos, tornando-se assim, narrativas de sofrimento.

No período de 1979 a 1983, aconteceu a última grande seca do século XX. A pesquisadora Nivalda Campos, ao estudar sobre as ações do estado junto às populações afetadas com a seca, mais uma vez destaca situações de fome e humilhações relatadas pelos próprios agricultores.

“Um destes depoimentos foi o do Sr. Antônio Ximenes, na época entrevistado, atuava como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús, e afirmou “o que aconteceu na seca de 1979 a 1983 foi um verdadeiro massacre dos trabalhadores famintos. O povo foi muito maltratado, foi massacrado”. (CAMPOS, 2004, p.66).

Esta afirmativa do presidente do sindicato, referia-se principalmente à vivência de trabalhadores rurais alistados nas Frentes de Serviços¹⁸, uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro para amenizar os efeitos negativos da seca sobre o povo. Os trabalhadores se alistavam junto ao exército para desempenhar serviços como fazer barragens, campinas e estradas, e ao final ganhavam valores pelo serviço.

O agricultor Sr. Aureliano, de Quixeramobim, relembra que na década de 80 e 90, a fome fez agricultores irem até a sede do município e saquear, por exemplo, o galpão da COBAL¹⁹, e quando era necessário também se juntavam para saquear os comércios locais. Ao falar sobre o assunto, o entrevistado relata que até nesta ação – que poderia ser prejuízo para os donos das vendas –, se revestia em vantagem

O pequeno agricultor levava uma mixaria, porque quebrava, levava a força mesmo, e o comércio antes de fazer um laudo bem grande que tinha perdido milhões e milhões e o governo pagava. E quem ganhava, né? O agricultor sempre trabalhou pra enriquecer aquele grandão. (Aureliano Martins, Quixeramobim/CE, 2022).

Conforme já citado neste trabalho, Campos (2004) em sua tese traz outros elementos para o entendimento desta narrativa. No capítulo I, o autor destacou o final do século XIX como um marco da perda de poder político-econômico do Nordeste, como fim do tráfico de escravos e a crise no ciclo da cana-de-açúcar, ao passo que, ao mesmo tempo ressalta tratar-se do período que o fenômeno da seca vai atingir mais fortemente seus habitantes.

¹⁸ As frentes de Trabalho foram conceituadas pela a SUDENE como um “plano de defesa civil destinado a prevenir e limitar os riscos e perdas a que está sujeita a população, os recursos e os bens materiais de toda ordem, assistindo-os no que concerne à prestação de socorro e recuperação das áreas atingidas em caso de calamidade pública. (SUDENE, 1981).

¹⁹ COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos, órgão do Ministério da Agricultura criado em 1962 e extinto em 1990.

Desta forma, o “governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como um problema que, embora regional, exige uma interferência federal” (COHN, 1976, p. 57). A ação de governo promovida desde o período colonial se estende por ciclos futuros. O Estado passa a socorrer as perdas econômicas, enviar apoio aos fazendeiros, e mesmo em momentos em que a ajuda se direcionava para a população, estas acabavam por beneficiar os donos de terra.

Essa perspectiva também é lembrada nos dias de hoje, como nos conta o Sr. Aureliano, um dos entrevistados na pesquisa, ao relembrar a seca no ano de 1982:

“[...] a gente passou por várias coisas na, na região nosso sertão central e uma das coisas que marcou muito a gente é que existia aquele tempo de estiagem que se trabalhava os patrão. (...), era aquela coisa de você ter, ter a obrigação de fazer aquilo. Quer dizer, você produzia, o João enricava pra educar e formar seus filho e o agricultor fazer o quê? A gente que era trabalhado, fazer o que? Nada? Quer dizer”. (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022).

Assim como seu Aureliano, um outro entrevistado, Sr. João Felix, rememora a seca cuja memória guarda aquilo que atravessou.

“A pior seca que nós tivemos foi a seca de 93, a seca de 93 foi carrasca, sabe por quê? A gente não tinha cisterna, porque a gente não tinha nada pra acumular um pingo de água, foi um sofrimento. Aqui foi uma região que a gente sofreu demais (...) foi a pior seca pra mim neste lugar, os mais velhos, eles falam de outras secas, claro, eles viveram mais do que eu aqui, mas eles falam da seca de 82, eles falam de uma seca grande 82.” (João Felix, Choró/CE, 2022).

Os agricultores não são sujeitos de só contar histórias, são autênticos sertanejos que vivem no semiárido cearense e que, juntamente com a Senhora Antônia, conhecida como Marcinha, se dispuseram a reconstruir suas trajetórias de vida, atravessadas por histórias de secas, em um território marcado por expressões de fome, miséria e sofrimento com a ocorrência de fortes estiagens o longo de sua ocupação territorial, o sertão central.

Os três entrevistados têm memórias das últimas secas do século XX, 1979 a 1983, e a seca de 1990 a 1992. E suas memórias dialogam com as narrativas históricas das secas que aconteceram no semiárido. Portanto, há um fio condutor que atravessa as narrativas e o conhecimento dos períodos de secas que se relacionam com as ações do Estado Brasileiro na região e no apoio às famílias.

Para dialogar com o objeto do estudo buscou-se refletir a partir das secas do final do século XX, sobre as quais os entrevistados têm suas memórias mais presentes. Neste sentido, seguiremos por entender a partir das narrativas dos agricultores, os paradigmas do combate à seca e o da convivência como semiárido.

2.3. O SEMIÁRIDO NA PERSPECTIVA DO COMBATE À SECA.

Sob a lógica do combate à seca, a história da região tem marcas expressivas das secas vividas pelas populações no semiárido, não somente pela escassez d'água, mas pela compreensão de que a região era incompatível com o crescimento, uma vez que a seca era considerada o empecilho ao desenvolvimento.

Nesta perspectiva o semiárido é tido numa perspectiva utilitarista de ocupação e de aproveitamento de seus recursos, transformando em riquezas, Silva (2003). Sob esta narrativa, destaca Silva, as ações de governo trilham a mesma lógica e se tem como resultado a manutenção da miséria, bem como de uma estratégia perversa de manutenção e controle de uma região que, a princípio, e com raras exceções, não cabe na lógica do modelo de desenvolvimento que predomina. (SILVA, 2003, p.12).

A lógica então foi desenvolver ações que respondessem de forma eficiente o problema da falta de água no semiárido, e, desde então, o combate à seca tornou-se a estratégia de atuação do Governo Brasileiro na região. Um dos estudiosos contemporâneos que tem publicado sobre este tema é o sociólogo Roberto Marinho Silva, ao estudar o paradigma do combate à seca, afirma que este tem suas bases fundantes no paradigma iluminista do progresso, a partir do qual a ciência e a tecnologia são tidas, “como instrumentos que permitiriam conhecer e controlar os fenômenos naturais, possibilitando a exploração racional dos bens naturais para aumento das riquezas e a conquista do bem-estar”. (SILVA, 2014, p. 206).

Esta matriz também foi criticada pelo geógrafo e militante contra a fome no Nordeste, Josué de Castro, que fez uma crítica à cega confiança na tecnologia, considerando toda a miséria do Nordeste como um problema de falta d'água e depositando toda a confiança nas obras hídricas. Na sua obra ‘Geografia da Fome’, Josué de Castro (1946) também denunciou o modelo de atuação do Estado, onde a indústria da seca se fortalecia e o clientelismo e assistencialismo reproduziam situações de fome e miséria.

Segundo Silva (2014), esta visão passou a permear as ações governamentais na região caracterizada sob três pilares,

a) o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural. (SILVA, 2014, p.369)

Sob esta ótica foi institucionalizado o combate à seca como estratégia de intervenção estatal, através, inclusive, da criação de estruturas públicas para tratar da questão, a exemplo do DNOCS²⁰ (1945) e a SUDENE (1959), ambos em momentos distintos, porém, com os mesmos objetivos de oferecer soluções para resolver o problema das secas no Nordeste. No entanto, ao longo dos períodos das secas, percebe-se que as soluções propostas se mostraram ineficazes para os propósitos publicamente anunciados (SILVA, 2006, p.154).

Para Campos (2004), por exemplo, o plano emergencial de 1979-83, lançado durante a Ditadura Militar pela SUDENE²¹, no governo do então presidente João Figueiredo, além de propor ações de combate à seca para tornar a região em desenvolvimento, também não dialogava com as necessidades reais da população. Para a autora, “as soluções apontadas não partem dos problemas enfrentados pelos indivíduos e comunidades, mas sim de como tornar a região Nordeste apta a participar com melhores índices na composição dos indicadores econômicos do país.” (CAMPOS, 2004, p. 151).

Na construção desta pesquisa, três trajetórias foram sistematizadas, e suas narrativas nos possibilitam melhor compreender de como, na prática, o combate à seca acabou por reproduzir pobreza e miséria no semiárido.

Ao ouvir narrativas das populações que vivem no semiárido e que atravessam secas no sertão, é possível compreender que a tal lógica de combate à seca foi ao longo dos tempos ineficazes. São muitos relatos que confirmam esta visão, como a do Sr. Aureliano, do município de Quixeramobim – Ceará, que traz na memória, por exemplo, o fato de ter que trabalhar em propriedades privadas, em caráter financiado pelo estado, conforme relato a seguir:

“A gente passou por várias coisas na região do nosso sertão central e uma das coisas que marcou muito a gente é que existia aquele tempo de estiagem que se trabalhava para os patrão. Era o sacrifício pelos patrão, era aquela coisa de você ter a obrigação de fazer aquilo. Quer dizer, você produzia, o patrão enricava para educar e formar seus filhos e o agricultor fazer o quê? A gente tinha que continuar o trabalho, fazer o quê? Nada?” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022).

A fala de seu Aureliano reforça como as ações emergenciais alimentam a indústria da seca, assim como Marcinha, que lembra do período de 1986, quando já casada e com o seu primeiro filho. Na época, seu esposo Dedé quase não conseguia se alistar no Gescape, por que eram os próprios donos de terras que alistavam e criavam suas turmas. O trabalho, lembra ela,

²⁰ DENOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - <https://www.gov.br/dnocs/pt-br>

²¹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

era também nas terras daqueles que alistavam, geralmente para fazer serviços de barragens, estradas, e o que mais o patrão mandasse fazer.

E assim, ao longo das histórias das secas, estas foram colocadas a serviço daqueles que detinham a terra, o poder econômico e, “dessa forma, conseguem colocar a seca a seu serviço e fazem dela um grande negócio, popularmente intitulado de indústria da seca”, (Silva, 2003, p. 9), conforme explicita Ribeiro (1985).

Entre o poder federal e a massa flagelada pela seca medeia, porém, a poderosa camada senhorial dos coronéis, que controla toda a vida do sertão, monopolizando não só as terras e o gado, mas as posições de mando e as oportunidades de trabalho que enseja a máquina governamental. (...) Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais destinadas aos flagelados. (RIBEIRO, 1995, p. 348)

Por isso a lógica do combate à seca é reducionista, pois resulta na continuidade da miséria. Funciona como uma estratégia perversa de manutenção e controle de uma região que, a princípio, e com raras exceções, não cabe na lógica do modelo de desenvolvimento predominante no período. (SILVA, 2003, p.372).

A perversidade da lógica do combate à seca é também percebida em narrativas como a da agricultora Marcinha do município de Quixadá no Ceará, ao recordar os sofrimentos que traz na memória de quando ainda criança e adolescente, viu acontecer junto às famílias sertanejas. Pela situação de fome e miséria eram obrigadas a receber cestas básicas que, na maioria das vezes, eram compostas com alimentos sem qualidade para o consumo humano

“Em 1983, 1984 eu ouvi falar da seca, mas era muito nova, da minha memória, que eu mesmo lembro que vivi o pior tempo pra nós foi em 1988 (...). Vinha umas cestas, que Nossa Senhora do Desterro, era um arroz com casca, uma massa véia, que você não aproveitava nada, isso era terrível, esse tempo aí foi marcante.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

Os relatos de seu Aureliano e sua esposa dona Liduina, além de dona Marcinha e do seu João Félix, são exemplos de narrativas que se repetem a cada puxada de conversa com agricultores e agricultoras no semiárido brasileiro, que de seca a seca não viam mudar a situação da vida difícil no sertão.

Seu João Felix e Dona Helena são casados e moram no município de Choró, no sertão central do Ceará. Das memórias das falas dos mais velhos, eles destacam a construção de barragens, trabalho nas estradas e a distribuição de cestas pelo governo.

Sempre ouvi a história do nosso pessoal mais velho do que a gente, é que aquelas secas antiga foi de muito sofrimento, a gente já conheceu já no final, por exemplo, e a gente já sofria. Por exemplo, uma das secas que foi uma seca gorda, que foi a primeira seca que a gente conheceu mais aqui no, no Sertão Central, foi a de cinquenta e oito, quando foi feita a barragem de Quixeramobim. Quer dizer, mas foi uma seca que naquela época considerava uma seca gorda. Não era mais uma seca miserável que nem se chamava não, né? Era uma trabalhada naquela época, trabalhava em estrada, fazendo uma estrada, mas ninguém passava fome. (Helena, Choro/CE, 2022).

As secas também contribuíram para fortalecer as grandes indústrias, especialmente a alimentícia, e através das cestas básicas o governo adquire alimentos, e acaba por influenciar os hábitos alimentares das populações rurais. Assim continua Dona Helena, esposa do Sr. João Felix:

(...) Inclusive, a história do meu pai e da minha mãe, que cinquenta oito foi quando apareceu a história do açúcar aqui na nossa região do Sertão Central. Quer dizer, naquela época todo mundo que tomar café com rapadura, torrava café com rapadura. Quer dizer, a rapadura era o excelente daquela coisa, mas depois, cinquenta e oito pra cá, não. Aí, apareceu o açúcar, mesmo no açúcar, de fazendo a comprando a quartinho de açúcar, meia costa de açúcar. [..] (Helena, Choró/CE, 2022).

Outra mudança alimentar reconhecida por dona Helena e seu João Félix foi o leite industrializado.

“[Seca de setenta. E também era construção de estrada, eu lembro muito, né? Como sempre que a gente começou a conhecer o leite Ninho, que era o que vinha naquela cesta básica, né?” (Dona Helena, Choró/CE, 2022).

Outra face perversa das secas era o fato de não se ter direito a ir para escola, pois, ainda que tivessem onde se alfabetizar, as condições financeiras não permitiam, principalmente para jovens homens, conforme lembra Dona Helena

“Nos final de semana, de quinze em quinze dias, eu lembro, eu era pequena, mas ainda lembro bem que a gente ia mais a nossa mãe, né? Pra receber o pagamento dos nossos irmão, que era os mais velhos, que tava trabalhando, né? (...) o menino trabalhava, menino não estudava, nesse tempo a gente só trabalhava, só trabalhava, né?” (Dona Helena, Choró/CE).

João Felix, em um dos diálogos disse que em períodos de secas havia famílias que sofriam ainda mais do que as outras, principalmente aquelas que não tinham terra e nem instrumentos de trabalho e pesca. Assim nos relata em suas memórias,

“Tem família que passou pior do que a gente, eu cansei de chegar do açude, às vezes quando eu chegava do açude chegava duas ou três família, pra ir pescar, porque não tinha uma tarrafa, não tinha um galão. E eu me obrigava a ir mais à família pra pegar pra eles também, e eu já tinha feito pra mim. Não dava pra eu dividir o meu com eles, que era muito pouco, entendeu? Então, a gente ia, isso marca também a gente, de um sofrimento muito mais maior do que o da gente, né?” (João Félix, Choró/CE, 2022).

Em outra entrevista, Marcinha e Dedé, que moram desde 1982 em Quixadá, Sertão Central do Ceará, contam que, em suas memórias, existiu um tempo em que se caminhava longe para conseguir uma lata d’água, na qual estava na maioria das vezes na responsabilidade das mulheres. Além disso, ela narra as dificuldades para estudar e para o marido acessar o programa governamental da época, chamado ‘frentes de trabalho’, também conhecido pelos agricultores como Gescape.

“Tempo de seca eu lembro assim... o que mais marcou acho que na década de oitenta, minha mãe morava perto de Itapiúna, e lá as águas era muito difícil, ano era 80 e foi um ano muito difícil de água. Minha mãe ia a pé pegar água na cidade de Itapiúna, ela sai de casa 2h da manhã, para conseguir uma lata d’água pra gente beber. Eu ficava em casa pra estudar, mas meu pai colocava logo a gente pra trabalhar nas casas, para ajudar com os pequenos. Para estudar além de trabalhar na casa dos outros, eu cuidava das coisas em minha casa. (...) Eu só estudei até a terceira série. Casei em 85 e 86 tive um menino, e o Dedé, eu lembro, foi a última pessoa a ser alistado, por que quem fazia a lista dos nomes era os próprio donos de terras, até que um dia, ...foi Deus eu acho, que tocou o coração do cara da Ematerce²², viu que não tinha mais ninguém para alistar, e eu lembro, eu ia chegando em casa de uma lavagem de roupa, ele parou o carro e perguntou se ele era alistado eu disse que não e ali mesmo ele pegou o nome do Dedé. Mesmo o ganho sendo pouco, mas era o trabalho que tinha, e era só pros homens. Foram anos difíceis, eu tinha que lavar roupa dos outros, eu lavava de segunda a sexta, sábado lavava da mãe do Dede e domingo lavava a minha, e ela ficava com meu menino pra eu pode trabalhar e ter um ganho para ajudar no sustento, este foi um tempo muito difícil.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022).

As três narrativas, trazem um si marcas de um povo que, por tempos esteve vivendo à própria sorte, onde as ações de combate à seca acabaram por reproduzir situações de extrema pobreza, de analfabetismo, e de dependência econômica e social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em relação aos donos de terras, onde inclusive os açudes foram construídos.

²² EMATERCE, é a Empresa de Assistência Técnica do Ceará. Um órgão público de apoio aos produtores rurais.

A pesquisadora Nivalda Campos (2004), afirma que enquanto não houver um projeto político que se proponha a resgatar da miséria os milhões de nordestinos que habitam tanto os semiáridos como as demais zonas, não se alcançará o propósito de mitigar os efeitos das secas, e alerta ainda,

Caso não seja feito e as questões nordestinas continuem sendo tratadas como problema periódico – recorrendo sempre às tradicionais soluções emergências, precárias e conservadoras –, o Nordeste continuará fadado a apresentar os piores indicadores sociais do país, a expulsar populações e a ser, periodicamente, palco de cenas de fome, sede, invasões de cidades e saques, com saldo de milhares de mortos. (CAMPOS, 2004, p. 156).

As últimas secas do século XX deixaram mais explícitas o modelo adotado pelo estado brasileiro e o olhar sobre o semiárido de forma reducionista ao acreditar que dominar a natureza ou distribuir “migalhas”, bem como instituir formas de trabalho desumanas eram a regra. Com as conhecidas frentes de serviços tão conhecidas no Nordeste, os homens ali alistados trabalhavam para receber poucos trocados e eram conhecidos como *casacos*, fazendo alusão ao bicho do mato que vive a farejar o chão²³.

Além disso, a seca do período entre 1982 -1983 foi considerada por estudiosos e movimentos sociais uma das mais cruéis no contexto do século XX, conhecida como a seca grande, por ter iniciado ainda nos anos setenta. Neste período, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, pelo menos 1 milhão de Nordestinos morreram de inanição, isto é, fome ou sede. (CPT,2016).²⁴

A situação também está registrada no livro “O Genocídio do Nordeste”²⁵ (1988), que se constitui como um dos grandes esforços por trazer à tona as omissões e, por outro lado, as ações catastróficas do Estado e das elites durante a seca que se abateu sobre o Semiárido entre os anos de 1979 e 1983 (ASA, 2019). Com o virar do século, o semiárido vivenciou mais uma grande seca entre os períodos de 1998 a 1999. Essa também marcando, e trazendo consigo outro desafio: a seca com água, ou a chamada seca verde, Campo (2004), assim expressa este termo,

A seca verde ocorre quando as chuvas, escassas e mal distribuídas, são suficientes apenas para fazer brotar o pasto, mantendo a atividade agrícola inviável.

²³ O casaco é um animal pequeno que expele um odor forte e desagradável. Os trabalhadores foram comparados porque ao fim dos trabalhos estavam expelindo suor forte e de odor desagradável

²⁴ <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/3539-de-1-milhao-de-mortos-para-1-milhao-de-cisternas>

²⁵ Em 1988, a Comissão Pastoral da Terra, juntamente com outras entidades, publicou o Livro O Genocídio do Nordeste, denunciando a quantidades de vidas perdidas decorrentes da fome e sede no Nordeste. A edição traz um levantamento de 5 mil nomes de mortes decorrentes da seca de 1970 a 1983.

No entanto, a melhora da paisagem nas áreas secas em muitos momentos tem se mostrado suficiente para os governantes desativarem as Frentes de Emergência deixando o trabalhador sem colheita e sem recursos com os quais sobrevive nos períodos secos. (CAMPOS, 2004, p.59)

Neste contexto, as famílias agricultoras já haviam perdido suas plantações com inundações em diversas cidades e áreas rurais, e, diante de mais uma seca, os desafios postos para o acesso a água e alimentos continuaram a permear o cotidiano das famílias agricultoras na região. A canção Súplica Cearense (1960), interpretada por vários artistas dentre eles Luiz Gonzaga, retrata este período de intensas chuvas com inundações que impedem também o plantio e colheita, é também a seca verde para a população do semiárido.

“Oh! Deus, perdoe este pobre coitado
 Que de joelhos rezou um bocado
 Pedindo pra chuva cair sem parar
 Oh! Deus, será que o senhor se zangou
 E só por isso o sol arretirou
 Fazendo cair toda a chuva que há
 Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho
 Pedi pra chover, mas chover de mansinho
 Pra ver se nascia uma planta no chão
 Oh! Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe
 Eu acho que a culpa foi
 Desse pobre que nem sabe fazer oração
 Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água
 E ter-lhe pedido cheinho de mágoa
 Pro sol inclemente se arretirar
 Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno
 Desculpe eu pedir para acabar com o inferno
 Que sempre queimou o meu Ceará”
 (Música Súplica Cearense, de Gordurinha e Nelinho)

Rememorando os tempos difíceis no sertão nesse período, o Sr. João Félix traz na lembrança as marcas da fome e miséria que seguia insistindo.

“O que me marcou era, enfim, eu chegar de tarde e olhar pra minha família, assim, não ter um quilo de arroz pra botar no fogo, e eu tinha a obrigação de ir ou pro açude ou por mato caçar, eu tinha que fazer isso, porque tinha que arrumar alguma coisa pro outro dia, eu sabia que no outro dia não tinha nada, nada, nada pra botar no fogo.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

As memórias das secas são lembranças de sofrimento, mas também de solidariedade entre os povos do sertão. Conforme o próprio agricultor relata “tem família que passou pior do que a gente, eu cansei de chegar do açude (...), tinha acabado chegando do açude, e quando eu chegava duas ou três famílias, pra ir pescar, porque não tinha uma tarrafa, não tinha um galão.” (João Felix, Choró/CE).

As marcas da fome e miséria no semiárido brasileiro são expressões de fenômenos políticos, da ausência de políticas públicas que efetivamente colaborem na construção de saídas para superação da fome e miséria. O modelo de combate à seca acabou por ir ao encontro com uma realidade dada, as secas são fenômenos naturais, portanto não se é possível combater. Como afirma Campos (2004), “as soluções apontadas não partem dos problemas enfrentados pelos indivíduos e comunidades, mas sim de como tornar a região Nordeste apta a participar com melhores índices na composição dos indicadores econômicos do país.” (CAMPOS, 2004, p. 151).

Neste sentido, é preciso apontar outras formas de incidência no semiárido que envolvam o diálogo com as populações, a superação da naturalização da fome, da sede e da miséria como expressões da seca e, sobretudo, que enxergue a região nas suas potencialidades e possibilidades. De todo modo, essas novas formas estão conectadas na atualidade, com o importante debate da convivência com o semiárido como geradora de transformações sociais, ambientais e políticas na região.

2.4 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA).

A história dos povos do semiárido é marcada por travessias de secas e fome, mas também por histórias de resistências, desde os povos originários, quilombolas, as Ligas Camponesas, a Guerra de Canudos liderada por Antônio Conselheiro, o Cangaço e tantas outras que seguem até os dias de hoje, expressos nos movimentos sociais do campo em lutas por terra, água e vida no semiárido.

Estas resistências e lutas milenares dos povos do semiárido nem sempre são contadas com veracidade de forma oficial. Essas histórias foram e são, em sua maioria, de enfrentamento

à invasões de suas terras, exploração e escravização, que se refletiram em situações de miséria e fome, decorrentes, principalmente, de como o poder político e econômico ao longo da história se posiciona e age frente aos povos nesse território.

No final do século XX, no contexto da reabertura política, o país vivenciou intensos movimentos de mobilização social em torno da efetivação dos direitos sociais, especialmente aqueles garantidos na Constituição Federal de 1988, tais como saúde, educação e assistência social.

No Nordeste, os movimentos do campo mobilizados em defesa da vida de famílias que sofriam com fome e sede em tempos de secas, questionavam a ineficácia do estado em realizar ações que garantisse efetivamente o acesso à água e alimento. Um destes movimentos se constituiu neste contexto, ao final dos anos 90, chamada de Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

A ASA passa a pautar outra perspectiva de olhar e agir na região, o da convivência com o semiárido, como está assim explícito em seus documentos

O surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Um dos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época. (ASA, 1999, s/p).

No ano de 1999 a ASA é criada oficialmente, com o lançamento da Declaração *do Semiárido*, um histórico documento que explicita as bases para o paradigma da convivência com o semiárido, onde ocorre a afirmativa de que a seca é fenômeno natural, não se combate, e sim se convive, conforme o trecho a seguir:

O semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver. (ASA, 1999, s/p).

A Declaração do Semiárido foi lançada pela ASA durante a realização da COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação, realizada em Recife, Pernambuco em novembro de 1999. Alertando para os debates que geralmente acontecem nestes eventos, a rede de organizações realizou uma COP-3 paralela, reunindo em um documento os questionamentos sobre as reais saídas apontadas para

mudanças de vida das famílias que vivem em áreas em processo de desertificação e a seca no Brasil. Desta forma, assim destaca a Declaração do Semiárido:

“A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral. É disso que nós, da Articulação no Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico *Grande Sertão*, do escritor Guimarães Rosa, até o recente *Central do Brasil*, do cineasta Walter Salle” (ASA, 1999, s/p).

Mais do que denunciar, o conjunto de organizações que conformam a ASA quiseram trazer para a centralidade do debate a questão a construção de um outro olhar para o semiárido, que tinha como base o paradigma da convivência com o semiárido em contraponto à lógica do combate à seca.

Em seu documento, a organização reafirma que a convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível (ASA, 1999). Tal afirmativa levou em conta as experiências de homens e mulheres que, ao longo do tempo, têm desenvolvido estratégias para conviver na região. Além disso, dos trabalhos desenvolvidos por organizações da sociedade civil junto às famílias rurais no semiárido.

Pensar uma proposta de Convivência com o Semiárido, além de afirmar que o território tem viabilidade de produzir seu próprio desenvolvimento, é também uma afirmativa de que o lugar até então anunciado como desprovido de conhecimentos e incapaz de solucionar seus próprios problemas, tem na sua população as respostas para tais questões.

Neste sentido, a declaração reafirma os agricultores e agricultoras como detentores de saber e de experiências capazes de incidir sobre uma política pública do semiárido

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos: que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um

ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores; que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido. (Trecho da Declaração do Semiárido, ASA, 1999, s/p).

Foi nesta perspectiva que a ASA propôs em seu documento o *Programa de Convivência com o Semiárido*, reivindicando ao estado brasileiro o financiamento de ações de convivência com os recursos que até então financiavam as ações assistencialistas de combate à seca. Foi nesta perspectiva promissora, que a organização apresentou a demanda de construção de um milhão de cisternas²⁶ em todo o semiárido nacional.

Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva que cai no telhado da casa e escoar para a cisterna através das calhas. Em todas as cisternas são instaladas bombas manuais para retirada da água, placas de identificação, calhas, tampas, coadores, telas de proteção e cadeados. E todas as tecnologias são georreferenciadas, ou seja, são coletadas as coordenadas geográficas de longitude e latitude que permitem a localização da mesma. (ASA, 2020, s/p).

É importante destacar que a cisterna de placas, assim como outras inovações propostas pela ASA, insere-se na conceituação de tecnologia social, aqui compreendida a partir da definição do Instituto de Tecnologia Social – ITS (2004), como “um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (SILVA, 2019, p.28).

Ao propor uma tecnologia simples, de baixo custo e de fácil replicabilidade, a ASA reafirma a proposição de sua declaração do semiárido de que as soluções para superar os desafios do semiárido estão no seu território, representando a força do saber popular na resolução dos seus próprios problemas.

A cisterna, desde a criação da ASA constitui-se como um símbolo da convivência com o semiárido, logo em 1999, no movimento que representou a criação oficial da ASA, em Recife-

²⁶ Cisterna de placas - Uma construção de baixo custo, feita de placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas por pessoas da própria comunidade capacitadas nos cursos de pedreiros/as oferecidos pelo P1MC. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoar a água através de calhas. Trata-se de uma tecnologia simples, adaptada à região semiárida e de fácil replicação. (<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>). Acesso em 06 de junho 2020.

Pe, durante a COP 2, de forma simbólica o conjunto das organizações construiu uma réplica da cisterna de placa, apontando com uma das alternativas para erradicar a sede no semiárido, na figura 2 abaixo, pode-se ver esta imagem.

Figura 2. Cisterna construída na COP-3 em Recife em 1999



Fonte: Acervo – ASA.

A Cisterna de Placas é uma tecnologia social que reafirma o conhecimento dos povos da região e torna-se mais significativa, por ter sido uma iniciativa criada por um agricultor familiar, do Estado de Sergipe, Sr. Manoel, conhecido por Neo. Vale ressaltar que seu Neo, assim como milhares de nordestinos, é um retirante das secas que a partir da sua experiência na construção civil em São Paulo, sonhou com uma tecnologia ao alcance de todos, trazer sua história e fala é importante para se entender bem a grandeza desta tecnologia social,

O agricultor sergipano tinha 17 anos, nos anos 50, quando se meteu num ônibus e foi tentar a vida em São Paulo. Deu sorte, conseguiu logo um emprego na construção civil, mas não se deu muito bem com o patrão. É que Manoel gostava de sonhar, e de vez em quando o pensamento se largava solto e as mãos paravam com o serviço que estavam fazendo. Pois foi num desses momentos, quando construía uma piscina, que ele se deixou imaginar como seria bom se em sua casa, no município baiano de Jeremoaba, tivesse um tanque imenso daqueles cheios de água, líquido que sempre fez muita falta por lá. Sonhou tanto que foi demitido. E, tempos depois, lá estava nosso Manoel Apolônio de volta a Jeremoaba com a ideia do tanque grande na cabeça. Contou para os colegas, todo mundo caçoou. Abaixo, reproduzo o que ele me contou à época:

— Eu desafiei todo mundo: faço a primeira de graça, é só alguém comprar o material. Um amigo do meu pai comprou. Choveu, a cisterna que eu construí segurou a água e o pessoal começou a ficar animado. Passei a cobrar por dia para construir cisterna na casa de todo mundo.

Analfabeto, Manoel se casou, teve duas filhas, e conseguiu educá-las com o dinheiro que ganhava na construção das cisternas. Quando o governo encampou sua ideia, ele fez as contas:

— Construo uma cisterna com R\$ 1 mil, mas as do governo custam R\$ 4 mil. Deve ser material diferente – disse. (ASA, 2023, s/p)

Desta forma, Seu Neo desenvolveu a Cisterna, um reservatório para captar água de chuva do telhado das casas do sertão, e assim guardar a água para os momentos de maiores necessidades. A ideia ganhou o Brasil, tornando-o um símbolo da convivência com o Semiárido.

Figura 3. Capa do Jornal O Globo, seção Razão Social em 2004



Fonte: disponível em ameliagonzalez848.wordpress.com (repórter da época).

Esta iniciativa, segundo Porto (2019), representou o início dos diálogos com o Governo Federal sobre este programa e resultou na construção, ainda em 2002, das primeiras cisternas de placas no semiárido por meio de projeto-piloto em parceria da ASA com o Ministério do Meio Ambiente, no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

A incidência política da articulação do semiárido junto ao governo federal, ressalta a perspectiva da convivência com o semiárido, como um outro paradigma a orientar a forma de ver e agir na região. Silva (2006), em sua fundamentação teórica, traz um conjunto de acervos bibliográficos e documentais, onde dialoga com questões relacionadas ao governo, mas também analisa elementos a partir da sociedade civil, especialmente a ASA, e constrói suas definições sobre a importância da convivência com o semiárido:

A convivência com o Semiárido não significa uma postura socioeconômica conservadora, nem de acomodação, não nega as possibilidades do desenvolvimento e não expressa uma renúncia ao ideal humanitário da satisfação das necessidades e da melhoria das condições de vida. (...) é uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.” (SILVA, 2006, p. 226).

Quintela e Campos (2013), também reafirmam o movimento de convivência com o semiárido, destacando que

Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas a convivência com o Semiárido. (QUINTELA; CAMPOS. 2013 p. 53).

É neste outro olhar para o semiárido, destacado por vários estudiosos, mas também de pessoas que vivenciaram as lutas pela vida na região, que a proposta de convivência proposta pela ASA vai ao longo da primeira década dos anos 2000, irradiando novas imagens e falas sobre este lugar.

Este outro olhar para o semiárido, em grande parte deve-se às milhares de cisternas de placas construídas de forma descentralizadas no semiárido brasileiro, além disso, por carregar em si dimensões fundantes para o debate da convivência, a cultura da estocagem. No semiárido, é comum por parte das famílias, a cultura de guardar água, alimentos e sementes, para consumir futuramente. Esta é uma prática milenar, desde os povos indígenas até os dias atuais, o exemplo é a prática de colher água de chuva pelo telhado das casas, estocar em utensílios domésticos como potes, baldes, dentre outros, e esta prática é o que também inspirou a estocagem nas cisternas.

O pesquisador e cancionista do sertão, Roberto Malvezzi (2000), sintetizou na música *Água de Chuva* a estratégia de estocagem, tornando-se uma canção muito presente nas atividades da Articulação do Semiárido Brasileiro

“Colher a água

Reter a água

Guardar a água

Quando a chuva cai do céu

Guardar em casa

Também no chão

E ter a água

Se vier a precisão.

No pé da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou
É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda
Todo idoso, o menino e a menina
Podem beber que é água pura e cristalina
Você ainda vai lembrar dos passarinhos
E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos
Fazendo isso honrará a S. Francisco,
A Ibiapina, Conselheiro e Pe. Cícero.
Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular
“É bem melhor se prevenir que remediar”
Zele os barreiros, os açudes e as aguadas
Não desperdice sequer uma gota d’água!”
(Música Água de Chuva, Roberto Malvezzi)

Nesta mesma perspectiva Silva (2019), ao analisar o Programa de Cisternas, traz uma dimensão política e histórica para as tecnologias, uma vez que estas desnaturalizam a fome e a sede, reforçando a ideia de que a seca é um fenômeno natural, já a fome e sede são uma questão política. Para o autor,

“As cisternas introduzem novo conjunto de iniciativas, que visam mitigar a escassez hídrica, tendo em vista a relevância em produzir e estocar água, proporcionando segurança alimentar. O debate do acesso à água para pobres no meio rural desnaturaliza a fome, não apenas para academia, como para o habitante do território rural, em várias dimensões, entre elas: a dimensão divina, produtiva, e a convivência nos períodos de estiagem.” (SILVA, 2019, p. 42).

As memórias das famílias agricultoras sobre a tecnologia social Cisterna de Placas é de grande importância. Para o Sr. João Félix, a cisterna representa a ideia da vida no semiárido, sem o sofrimento de outrora, e de autonomia para armazenar a água.

“A gente, fica imaginando, se você não tem nenhuma cisterna, vem uma seca, você não tem nem onde colocar água. Então, você vai ficar dependendo dos outros, ainda carregando uma água num baldinho o que aconteceu com algum, grande parte das famílias que foram famílias novas, que não tiveram acesso a outra cisterna, uma cisterna e aí fica nesse sofrimento, né? Ou faz o esforço pra construir um tanquezinho pra poder botar ou então fica, né? Dependendo do baldinho, do jumentinho, sempre, né? E a gente sabe que a cisterna é, ela uma grande riqueza, né? A riqueza porque a gente sabe, só das famílias passar o verão todinho sem precisar de ir buscar água de beber em tanto nenhum, ali no terreiro de casa, pelo menos a de beber já é muita coisa, já é muita coisa, isso é uma importância muito grande pra todas as famílias, eu sei que não é só pra minha família, é pra todas as famílias.” (João Félix, Choro/CE, 2022).

Outros agricultores, o Seu Aureliano e Dona Liduina, lembram que ainda na década de 80, puderam ter a sua primeira cisterna em uma ação da Cáritas Brasileira, organização social da igreja católica e umas das responsáveis, junto a outras organizações da sociedade civil, por desenvolver no semiárido as experiências de convivência, as quais deram referência para sistematização da proposta lançada pela Articulação do Semiárido Brasileiro em 1999. Assim relembra seu Aureliano, “a nossa cisterna, a primeira cisterna de água. A primeira cisterna foi em oitenta e dois, nós recebemos a cisterna através da Cáritas. Foi antes do P1MC, isso foi antes.”

Dona Liduina relata como era a vida antes e depois das cisternas, ao afirmar que

Antes era muito difícil, né? Você tinha que pegar água na lá no açude. Assim, você tinha que ter um reservatóriozinho né? Pegava na cacimba, no cacimbão, naquele carrinho de mão pesado. Hoje não, hoje a água, você pega uma água saudável, né? Que é a água da biqueira, a gente passa o ano todinho, graças a Deus, a gente ainda tem água do ano passado ainda, reservado, né? É muito, muito importante vê a diferença, é muito, muito diferente, né? A gente passou a ter uma, cisterna, naquela época, a gente pagava era alto uma lata de vinte litros né? (...) só tinha uma água boa, de chuva, quando chovia, achava um, uns oito dias, ainda com aquela aguinha ali, pronto. Hoje você tem água o ano todo, os anos, né? (Dona Liduina, Quixeramobim/CE).

Em 2000, quando a Articulação do Semiárido iniciou o primeiro programa de cisternas, o maior objetivo era “atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber” (ASA, 2023). Desta forma, garantir através da chuva, a água potável perto da casa de famílias do espaço rural e assim “não se fazer mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber”. Conforme aponta em seu site oficial, pautar a

descentralização e democratização da água. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de

água para uso de cada família. A grande conquista destas famílias é que elas passam de dependentes a gestoras de sua própria água. (ASA, 2023, s/p)²⁷

As narrativas dos agricultores e agricultoras ouvidos e ouvidas reafirmam o alcance dos propósitos fundantes do programa, colocando a importância destas medidas para a mitigação do sofrimento e a criação de um futuro diferente para toda uma região.

Além disso, cabe ressaltar que a criação da ASA representou a consolidação de uma forte rede de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que tinham e têm como ponto de maior unidade a pauta da convivência com o semiárido. A partir da meta partilhada e mobilizadora da rede, a ideia era de implantar Um Milhão de Cisternas para atender a um número de pessoas e famílias que oficialmente, segundo dados do IBGE, encontravam-se sem água potável para o consumo humano.

Tendo como premissa o fortalecimento da sociedade civil e a incidência política junto ao estado brasileiro, conforme se percebeu na declaração que fundou a rede, a ASA vai se constituindo em um ator importante para proposição de políticas públicas de convivência com o semiárido.

Conforme relatado anteriormente, o processo de incidência começou ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que se efetivou a parceria para construir um projeto-piloto, chamado P1MCT – Programa de Transição. Mas é com a chegada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido do Trabalhadores – PT, à presidência em 2003, que a proposta da ASA passa a ecoar com mais força e encontrar caminhos para efetivação junto ao maior número de famílias, possibilitou que o P1MC fosse assumido como uma das estratégias políticas de acesso à água, no contexto do Semiárido, como firma Porto (2020, p.43).

É importante ressaltar que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República, é efetivamente a chegada de um retirante nordestino que assim como outros milhares do Nordeste tiveram que sair em busca de outras possibilidades de sobrevivência. Neste sentido, a pauta do combate à fome, da segurança alimentar, do acesso à água do semiárido, à agricultura familiar, dentre outros, foi assumida pelo governo num lugar de importância.

Além disso, o fortalecimento e a participação popular em espaços como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)²⁸, onde a ASA tem assento, e a construção de diálogos com o Poder Executivo Federal a partir do governo Lula, seguido do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, possibilitou, no decorrer da execução dos programas

²⁷ <https://www.asabrasil.org.br/semiarido> acesso em 27 de março de 2023.

²⁸ O CONSEA, extinto no governo FHC, é retomado no LULA e Dilma

de cisternas, a inclusão de outras tecnologias²⁹ de captação de água de chuva para famílias agricultoras, com o objetivo, como reforça a Asa, de,

“Estocar nos tempos de fartura para ter nos tempos escassez. Essa máxima se aplica perfeitamente no Semiárido. Lá, a água da chuva tem sido guardada para matar a sede das pessoas, animais e das plantas. Neste espaço, ter água significa segurança hídrica e também segurança alimentar e nutricional, porque a água da chuva armazenada serve igualmente para produzir alimentos e sementes.” (ASA, 2023, s/p).

Em 2019 a articulação completou 20 anos e em um dos seus documentos³⁰ de resgate de trajetória histórica, afirma que a ASA se constituiu um importante ator político na região,

Incidindo a partir de uma nova narrativa que busca se contrapor à visão recorrente de que o Semiárido é um lugar “sem vida, triste e pobre”. Isto se dá na perspectiva de desconstruir no imaginário coletivo a concepção “do combate à seca” e a crença de que as soluções devam ser trazidas “de fora”. (PORTO & FROEHLICH, 2020, p., p. 37).

O outro olhar proposto e vivenciado pela Articulação do Semiárido se contrapõe a muitas narrativas contadas em livros, em documentos oficiais, em meios de comunicação e em expressões culturais durante as últimas décadas. As ações da ASA pelo semiárido foram estimulando as experiências de agricultores e agricultoras, sistematizadas na maioria das vezes em boletins e articulados numa dinâmica de rede Agricultores Experimentadores³¹. A articulação do semiárido estimula esta dinâmica dos agricultores experimentadores fomentando o processo de sistematização, como destaca,

Este processo de sistematização, que reúne centenas de experiências espalhadas no semiárido, forma uma rede de agricultores experimentadores em práticas de cultivos voltados para os princípios da Agroecologia e da convivência com o Semiárido, bem como de resgate da cultura alimentar da região, por meio do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência no Semiárido (P1MC) - Programa Um Milhão de Cisterna para a água de beber e Programa Uma Terra e duas Águas (P1+2).” (ASA, 2023, s/p)

²⁹ A ASA, além da cisterna de placa, para captação de água de chuva para consumo humano, também desenvolve as cisternas calçadão e de enxurrada de captação de água para a produção de alimentos; as casas de sementes crioulas, quintais produtivos, dentre outras. Ver site: www.asabrasil.org.br

³⁰ Em 2018, em preparação aos 20 anos da ASA, a articulação com o apoio da FAO, teve sua trajetória sistematizada, este trabalho foi realizado de forma participativa, com diversos momentos coletivos e individuais de escuta. Coube aos consultores Sílvio Porto, Graciela Froehlich a sistematização do documento final.

³¹ <https://www.asabrasil.org.br/component/search/?searchword=agricultor%20experimentador&searchphrase=all&Itemid=558>

O programa desenvolvido pela ASA tem como princípio a mobilização e a participação popular, neste sentido, a rede se organiza a partir de fóruns estaduais, que atualmente estão presentes em 10 estados do semiárido.

A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). (ASA, 2023, s/p)

Visibilizar outras narrativas protagonizadas por atores que vivem o espaço social, político, ecológico e econômico do semiárido, foi fundamental para a consolidação do projeto político construído e defendido pela ASA em diferentes espaços, inclusive em âmbitos governamentais.

As experiências desenvolvidas e articuladas pela ASA e suas organizações provam que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural gerador da insegurança alimentar no Semiárido. Elas revelam a possibilidade de estabelecer novas relações entre Estado e sociedade civil, nas quais o Estado assumo o papel de apoiar as iniciativas autônomas e criativas, gestadas no seio da sociedade. Além do mais, só com a participação cidadã de uma Sociedade Civil ativa será possível efetivamente democratizar o Estado, de forma a superar a cultura política dominada pelas práticas de assistencialismo e clientelismo responsáveis pela manutenção da malfadada "indústria da seca. (PORTO & FROEHLICH, 2020, p.43)

No primeiro governo do presidente Lula, ocorre o início da construção de diversos espaços de diálogo sobre as políticas públicas para o semiárido, o que amplia as possibilidades de participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em demandas e proposições, por meio, especialmente, de conferências e conselhos setoriais.

Com uma capacidade de mobilização instituída a partir de uma rede que articula em torno de mais de três mil organizações sociais e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras, associações comunitárias, pastorais sociais e ONG's; a organização se soma a milhares de famílias no semiárido, possibilitando a ASA promover uma forte incidência política junto aos governos, como ressalta Barbosa:

Com uma ação clara e objetiva, a ASA consolida as bases de seu programa de formação e mobilização social com o intuito de acessar financiamento público, partindo da compreensão que a alimentação como direito é um dever do Estado. Por outro lado, atua de forma ativa e qualificada nos espaços de formulação e controle das

políticas públicas, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança e Soberania Alimentar (CONSEA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) para consolidar parcerias e aprimorar as políticas públicas. A partir destes espaços, a ASA pauta não apenas o governo, mas, a própria sociedade. (Barbosa, 2019, 2010)

Segundo dados publicados no site da articulação semiárido, a partir de 2007, a ASA amplia sua ação em três dimensões do acesso à água: 1) água para beber e cozinhar (P1MC), 2) água para produção familiar e 3) água para produção comunitária. Mais recentemente, seguindo o fundamento da estocagem para a convivência, inclui na ação o Programa Cisternas nas escolas e o Programa Sementes do Semiárido³². (ASA, 2023)

Para muitas famílias agricultoras do semiárido, como o casal Sr. Raimundo Rodrigues Pessoa e a Sra. Maria das Dores do município de Itapipoca, Ceará, as cisternas de placas, tanto do P1MC como do P1+2, aliados a outras políticas públicas implantadas no período de 2003 a 2016, foram fundamentais para mudanças de suas vidas e das comunidades onde vivem.

Essas e outras tantas histórias foram contadas e sistematizadas em formato de boletins da ASA, denominado de Candeeiro³³, e trazem ricos relatos de estratégias de convivência, como o que se segue, dos agricultores acima citados

“A cisterna de primeira água garante a todos os moradores dos Caldeirões II água de qualidade pra beber durante todo o ano e com a chegada da segunda água a produção se diversificou e garantiu alimentação de qualidade para as famílias da localidade.” (Sr, RAIMUNDO RODRIGUES, comunidade de Caldeirão II, município de Itapipoca-Ceará, Boletim da ASA -Candeeiro, nº896 – ASA)

Segundo a ASA (2019), no semiárido até fevereiro de 2019, quase um milhão e trezentas mil famílias rurais possuíam uma cisterna para armazenar água para o consumo humano e destas, cerca de duzentas mil possuem uma tecnologia de segunda água, um outro tipo de cisterna com capacidade de estocar 52 mil litros d'água e, assim, garantir a possibilidade de desenvolver a produção de alimentos em seus quintais.

Muitas destas famílias vivenciaram outros períodos de secas em suas trajetórias de vida, com as quais acabam comparando suas vidas e a relação com o contexto difícil. Suas histórias foram na grande maioria contadas por atores externos, utilizadas em imagens para justificar ações assistencialistas, e justificar as ações de combate à seca.

³² https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#categoria_img

³³ Do processo coletivo de recuperação e registro de saberes e práticas locais de convivência com o Semiárido, resultam dois produtos de comunicação: boletim impresso e banner, ambos intitulados O Candeeiro. <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#atividades-p1-2> acesso em 08/06/2020.

No semiárido do século XXI outros atores locais e as suas próprias famílias trazem à tona suas percepções sobre o conviver com o semiárido. Estas são narrativas das famílias agricultoras sobre a vida no semiárido, que evidenciam na prática cotidiana o paradigma da convivência com o semiárido, a partir de seus territórios de vida.

Na trajetória do Sr. João Felix e Dona Helena, a ação da ASA em seu território, através das organizações não governamentais e dos movimentos sociais locais, é expressamente apontada pela família como fundamental para a relação deles com o meio ambiente, e, conseqüentemente, para com as estratégias de convivência com o semiárido.

Quando perguntados sobre o papel da Articulação do Semiárido para as mudanças ocorridas na vida da família e da comunidade, os agricultores conjuntamente respondem

“Rapaz, é muito importante, é mudança total na vida do povo. Eu até digo, aqui no Choró, saiu umas cisternas pela prefeitura, eu acho que eles nunca nem prestaram conta, nunca fizeram uma capacitação, nunca fizeram nada, né?”

E a cisterna pela asa, que todas elas são, né? Que é pelas as ONG, mas é o recurso lá, a gente participa das capacitações, da formação do povo, né? Como reutilizar água, como, né? Trabalhar com as famílias, a parceria com as famílias. Então, isso é uma mudança que a gente não tem, não tem nem como falar, é uma mudança total.”

Para o Sr. João, a ação da ASA por meio das cisternas trouxe mais do que água, pois junto com ela veio a conscientização sobre outros temas, como as relações de gênero no campo. Ao relatar sua história, faz questão de contar esta questão:

“Só que quando eu comecei a trabalhar com a mulher quando era no sábado, nós ia lavar roupa no rio, que ela lavava no açude, num tinha cisterna, num tinha nada, tinha que ir pro açude, né? Onde tinha água, a gente tinha que ir.

E aí, o pessoal começou a chamar, que era barriga branca. Pra onde a muié ia, eu ia, né?”

Só que aí o trabalho do ESPLAR³⁴ em noventa e três, o dois mil e três e aí veio a conscientização, veio o curso de gênero, aí o pessoal foi mudando, né?”

Vamos ver que aí hoje todo mundo tá todo mundo igual, hoje a maior parte das famílias, não olha essa questão é, vamos dizer assim, sexual, né? Que as pessoas tinham muito preconceito com aquela pessoa disso, né?”

Então houve uma mudança, eu acho que eu digo sim que quem trouxe isso foi a cisterna, porque dentro da cisterna ela trazia todos esses cursos, todas essas formações, com as pessoas. Embora que não foi todo mundo, mas aí como a gente consegue a maior parte, o resto é mais fácil da gente.” (João Felix, 56 anos, Choró/CE).

³⁴ ESPLAR é uma das ONG's do Ceará quem compões a rede ASA.

Hoje, milhares de famílias foram beneficiadas com estas tecnologias, e Sr. Aureliano conta com alegria que, além das cisternas, vieram outros pequenos projetos. Além disso, praticamente todas as famílias da comunidade tem a cisterna de primeira água.

“A gente tem, por exemplo, (...) a cisterna, cisterna de beber, cisterna calçadão e outros pequeno projeto que a gente tem, se a gente for falar os pequenos projetos de que a gente tem aqui, a gente vai pra tarde todinha. (...)

Nós toda, quase toda casa residência aqui, tem um sistema de primeira água e quase toda família tem uma cisterna de segunda água. Graças a Deus.

Certo. E foi através de quem que vocês conseguiram pra comunidade as cisternas?

Através das nossas ONG, dos nossos conhecimentos que a gente tem na discussão, que a gente tem com as entidades (...)

O nosso trabalho não é o trabalho mesmo da nossa família, é um trabalho com a comunidade.” (Aureliano e dona Liduina, Quixeramobim/CE, 2022).

São as vivências de agricultores e agricultoras, como do Sr. Aureliano e Dona Liduina, Sr. João Felix e Dona Helena, e da Marcinha e Dedé, que apontam para a consolidação de uma nova paisagem, ecológica, social e econômica. As três famílias são unânimes em afirmar que a primeira seca vivenciada após o acesso às tecnologias sociais, principalmente das cisternas, foi totalmente diferente. Assim sintetiza o Sr. João,

Eu tava dizendo, a gente passou esses seis anos de seca (2010-17), mais de seis anos porque foi de 2010 até quase 2018, a gente teve só seca mesmo todo mundo sabe, mais aí a gente já não sofreu muito porque já tinha as cisternas, e aí mudou muito a vida da gente. (João Felix, Choró/CE, 2022).

São histórias, narrativas de famílias agricultoras espalhadas pelo semiárido, que tem contribuído para que governo e a própria sociedade civil organizadas, os movimentos sociais reorientam seus olhares para esta região. A figura 4, abaixo é um expressão desta nova paisagem do semiárido, disseminada a partir das experiências de famílias agricultoras, nesta figura por exemplo é possível ver o conjunto de estratégias de estocagem, de água nas cisternas de primeira e segunda água, de sementes e quintal agroecológico. Esta é uma imagem que se repete por vários lugares do semiárido brasileiro.

Figura 4. Quintal agroecológico na Paraíba



Fonte: Acervo ASA Paraíba (2023)

O chão rachado, a carcaça de boi nas estradas, o carro-pipa, o trabalho em troca de uma cesta básica, tudo isso vai ficando como uma memória de secas passadas. E a cisterna no ao redor de casa, o quintal produtivo, as cisternas calçadão, e o sorriso no rosto das famílias e crianças tem sido um novo clima de otimismo no Semiárido.

No capítulo que segue, a mobilização do semiárido em defesa de políticas públicas, a travessia das populações rurais na primeira grande seca do século XXI será abordado a partir das narrativas das famílias agricultoras.

3. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: OUTRO CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM OUTRO OLHAR E AGIR NO TERRITÓRIO

A proposta deste estudo é captar, a partir das experiências de agricultores e agricultoras do território do Sertão Central do Ceará, outras narrativas e constatações sobre o viver no semiárido, em um olhar a partir das interações e vivências com a última grande seca e a primeira do século XXI, ocorrida entre 2012 e 2017.

Para isso será localizado o conceito de Convivência com o Semiárido, construído principalmente a partir de órgãos públicos de pesquisa, a exemplo da EMBRAPA, e de organizações da sociedade civil como a Articulação do Semiárido (ASA). Ao longo dos estudos sobre o tema, são estas duas experiências que dão base para o que tem se incorporado tanto nos estudos acadêmicos, como nos programas governamentais e narrativas dos movimentos sociais.

Retomamos ainda, neste capítulo, os diálogos sobre a convivência, buscando aprofundar um pouco mais sobre o contexto da região, bem como suas características naturais e sociais, para assim, compreender o significado do que é o conviver com o semiárido.

Para um dos agricultores participantes desta pesquisa, seu João Félix, ao ser questionado sobre seu lugar de vivência, relata que “o semiárido ele é assim, agora tá tudo verdim, mais tarde a gente vai saber que tá tudo sequim...” (João Felix, Choró/CE).

A percepção do agricultor sobre as características do semiárido, que também é seu território de vida, nos remete a uma questão central sobre a região, marcada pela presença do bioma Caatinga, também conhecido como Mata Branca. O bioma é exclusivo da região nordeste brasileira, e está presente em praticamente toda extensão geográfica do semiárido no País (EMBRAPA, 2022).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em diversas pesquisas e estudos sobre o Bioma, caracteriza a caatinga como

“(…) um bioma exclusivamente brasileiro, com biodiversidade adaptada às altas temperaturas e à falta de água. Localizado na região Nordeste do Brasil, esse bioma ocupa uma área de 826.411km² e apresenta uma flora e fauna rica em endemismo. O nome “Caatinga” é de origem Tupi-Guarani e significa “mata branca”, o que caracteriza bem o aspecto da vegetação na estação seca, quando as folhas caem e apenas os troncos brancos e brilhosos das árvores e arbustos permanecem na paisagem seca (EMBRAPA, 2022, s/p)

E acrescenta, descrevendo outras características da região, em termos de sua condição climática, ao apontar que

“O clima da região de ocorrência da Caatinga, de acordo com a classificação de Koppen, é semiárido e quando comparado a outras formações brasileiras, apresenta muitas características extremas dentre as quais estão: a mais alta radiação solar, baixa nebulosidade, a mais alta temperatura média anual, as mais baixas taxas de umidade relativa, elevados índices de evapotranspiração potencial e, sobretudo, baixos níveis de precipitação pluviométrica” (EMBRAPA, 2022, s/p).

Outro aspecto importante a se considerar na região é a questão da água. No Brasil, pode-se afirmar que há uma significativa reserva de água doce, no entanto a região Nordeste, onde ocorre a expressão climática de semiaridez, sofre com a escassez de água, especialmente pelas irregularidades da ocorrência de chuvas.

“A situação da disponibilidade de água no Brasil, de certa forma, é privilegiada, uma vez que está incluído entre os países de maior reserva de água doce, estimada em 13,8% do deflúvio médio mundial. No entanto, devido às suas dimensões geográficas continentais e diversidade climática, algumas regiões sofrem graves problemas de escassez de água, como grande parte da região Nordeste. Nessa região, está inserido o Semiárido, onde a maioria das comunidades rurais tem limitações de recursos hídricos tanto para o consumo das famílias, dos animais como para produção de alimentos. (...) A principal característica dessa região é o regime pluviométrico, cujas chuvas ocorrem de forma irregular tanto no tempo como no espaço. De acordo com a literatura, apenas três em cada dez anos são considerados normais quanto à distribuição das precipitações.” (EMBRAPA, 2022, s/p).

Diante desta realidade, há uma outra questão apresentada pela EMBRAPA como desafiadora, que se refere a pouca capacidade de armazenamento das águas pluviais no semiárido brasileiro, onde

“No que se refere a precipitação total média anual, o Semiárido brasileiro é considerado como aquele onde ocorre maior volume de precipitação, comparativamente a outras regiões semiáridas do mundo. No entanto, o número limitado de reservatórios para captação e armazenamento de água, no âmbito das comunidades rurais, está entre os principais fatores que contribuem para a baixa disponibilidade desse recurso nessa região.” (EMBRAPA, 2022, s/p).

Estas questões relacionadas ao clima e a água como características singulares do semiárido brasileiro, também são reafirmadas por outros estudiosos do tema, como Baptista e Campos (2013) assim destacam:

“Quando se fala em Semiárido, uma questão emerge de imediato: a água, a chuva e a seca. Normalmente se afirma que não chove o suficiente, que há falta de água e que este é o maior problema do semiárido. Essa é uma verdade relativa, pois

existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma região para outra. Em alguns locais o índice das chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano, enquanto em outros a média passa apenas um pouco de 300 milímetros anuais(...) O nosso é o Semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido à sua evaporação e ao seu escoamento superficial.” (BAPTISTA & CAMPOS, 2013, p. 45).

O pesquisador Silva (2006), também ao se debruçar sobre a caracterização da região, reforça os demais entendimentos, ao descrever que

“As regiões semiáridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. O prolongado período seco anual eleva a temperatura local, caracterizando a aridez sazonal. Conforme essa definição, o grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva (precipitação) e da temperatura que influencia a perda de água por meio da evapotranspiração potencial.” (SILVA, 2006, p.15).

Retornamos assim à narrativa do Sr. João Félix, segundo o qual é preciso aprender a viver com as características naturais do semiárido, e assim saber se planejar para melhor aproveitar o que ele tem a oferecer.

“Eu na minha concepção, convivência com o semiárido é aprender a conviver com o que ele nos oferece, né. O semiárido ele é assim, agora tá tudo verdim, mas tarde a gente vai saber que tá tudo sequim, eu sempre digo para as pessoas, o tempo da gente não perder nenhum minuto é agora.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

De modo semelhante, outro agricultor participante deste processo de escuta da pesquisa, Sr. Aureliano, também reforçou a necessidade de se conhecer as características do lugar, conhecer e preservar a natureza, como passo imprescindível para se viver e conviver na região. Deste modo, ele assim nos fala e nos ensina que “a vivência e a convivência com semiárido é você não matar o que tem na natureza, é você preservar a natureza, preservar tudo aquilo que você tem na natureza” (Sr. Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) construiu suas narrativas e conhecimentos sobre a região a partir das experiências de agricultores e agricultoras que milenarmente vivem e reproduzem de geração em geração suas percepções sobre a natureza, construindo assim estratégias de permanência em seus territórios. Isso, desde os povos indígenas, primeiros habitantes da região, assim como os povos africanos escravizados, e outros que aqui chegaram no nordeste brasileiro, que tiveram que se adaptar às condições climáticas e de solo da região, conforme Campos (2014) pontua:

Os primeiros registros da ocorrência de estiagens na porção semiárida do Brasil datam do século XVI, com a narrativa do Padre Cardin sobre a fuga de indígenas no sentido do litoral em busca de água e de alimentos[...]. O Brasil Colônia é indicado [...] como o período em que os governantes tomam conhecimento sobre as secas. Esse fato não implicou em ações sistemáticas por parte dos reis de Portugal, uma vez que “não tinham como objetivo buscar soluções para problemas das populações do Nordeste (CAMPOS, 2014, p. 69).³⁵

No documento de fundação da ASA, intitulado de Declaração do Semiárido³⁶, a organização chama a atenção para a necessidade de entender a natureza do Bioma Caatinga e assim propor ações de combate à desertificação³⁷, evidenciando suas características e evidenciando a necessidade da sua preservação e reabilitação.

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semiárida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas. Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los. (ASA, 2023, s/p)

Por conta de suas características naturais, a região semiárida vivenciou historicamente diversas problemáticas sociais, que são em sua maioria consequências da forma como se olhou e agiu na região, especialmente no que se refere a seca como castigo, a fome como expressão da escassez de água, e ainda o lugar de pessoas incapazes de promover as saídas para as suas dificuldades, como ressaltam Baptista e Campos (2013),

O Semiárido quase sempre é tratado como inviável. Um lugar que não serve para nada e seu povo é tratado como incapaz. Na realidade, nem o Semiárido é inviável nem seu povo é incapaz. O que ocorre é que durante muito tempo e, em muitos casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região foram àquelas denominadas de “combate à seca”. São políticas que estavam e estão voltadas para grandes obras, normalmente destinadas a assistir aos mais ricos e que vinham unidas a projetos assistencialistas voltados para os mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e ações semelhantes. Essas políticas nunca tiveram, nem têm objetivo de resolver as questões e os problemas. (BAPTISTA & CAMPOS, 2013, p. 49).

³⁵ Extraído do documento de sistematização da experiência da ASA, 2022, em uma parceria com a FAO.

³⁶ Declaração do Semiárido foi o documento apresentado a sociedade e aos governos e órgão internacionais, durante a COP-2 em Recife, em novembro de 1999, que configurou como ato de constituição da rede ASA.

³⁷ A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II – a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.” – Extraído da Declaração do Semiárido/ASA. Mais informações através do site: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf

Sob uma perspectiva simplista, com uma narrativa de que fome e a sede são consequências das secas na região, o território semiárido foi se constituindo como um lugar de negação de direitos, especialmente quando se trata de acesso à água e à alimentação. O autor Josué de Castro, em seu livro *Geografia da Fome*, no capítulo que trata da região Nordeste, vai desmontar a ideia de que em decorrência das secas, o sertanejo nordestino estaria fadado à fome e à miséria.

“Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão” (CASTRO, 1946, p. 247).

“(…) Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região.” (CASTRO, 1946, p. 259).

O pesquisador Josué de Castro é uma das grandes referências sobre a questão da fome, tendo estudado a partir de diversas áreas, como nutrição, medicina e geografia, e discutindo a partir de suas memórias a questão da fome nos manguezais de Recife/PE, estado onde nasceu e cresceu. Sua fala traz para centralidade do debate, as dimensões políticas e econômicas, ao afirmar que

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez — os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas. (CASTRO, 1946, p. 248).

Para ele, os problemas são estruturais devido à forte concentração de terras e de renda por uma minoria, e com a utilização de políticas assistencialistas e momentâneas no território semiárido. Segundo Castro, chovendo ou não, a situação segue sendo um desafio, do qual destaca que

“Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome” (CASTRO, 1946, p. 248).

As ideias e estudos de Castro foram e são fundamentais para a construção de olhares e ações na região, uma vez que a seca e a fome, sob a perspectiva simplista gerou uma visão de território inviável.

Nas falas dos agricultores participantes da pesquisa, é possível identificar como eles se viram tratados como pessoas ‘incapazes’, e utilizados para fazer com que os denominados ‘ricos e poderosos’, que detinham os meios de produção, se tornassem ainda mais ricos, perpetuando as desigualdades sociais no semiárido.

O agricultor Sr. Aureliano, por exemplo, lembra como o seu trabalho era uma forma de aumentar a riqueza dos patrões no período de seca

“(…) A gente passou por várias coisas na, na região nosso sertão central que uma das coisas que marcou muito a gente é que existia aquele tempo de estiagem que se trabalhava pros patrão. Era o sacrifício pros patrão, era aquela coisa de você ter, ter a obrigação de fazer aquilo. Quer dizer, você produzia, o patrão que enricava, (...) via formar seus filho e o agricultor fazer o quê?” (Sr. Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022).

Para a agricultora Marcinha, de Quixadá, as desigualdades sociais, especialmente para as mulheres, sempre foram cruéis nos períodos de seca. Ela lembra da seca dos anos 80, quando ainda adolescente, via a imagem de sofrimento de sua mãe andando quilômetros em busca de água para a família consumir, como ela afirma

“(…) Eu lembro assim, o que mais marcou foi eu acho que na década de 80 a minha a minha mãe morava perto da Itapiuna, lá água era muito difícil, ela ia pegar a água. (...) Ela saía de casa 2 horas da manhã pra ter direito uma lata d’água a trazer para casa para a gente beber.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

A agricultura também acrescenta que precisou trabalhar na casa de terceiros, para poder conseguir estudar. No entanto, ela era uma criança que cuidava de crianças, e trabalhava como adulta, conforme podemos observar

“(…) Eu trabalhava na casa, cuidava de menino, cuidava de tudo nas casa. E para mim estudar eu tinha que moer 2 litros de milho até as 2 horas da tarde, pra sair as 2 e meia. Eu estudava das 3 da tarde até 5 para mim poder ter direito a escola. E nessa arrumação eu fiz até a terceira série.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

Em meados de 1985, ano da seca, quando já adulta e casada, Marcinha lembra das ações assistencialistas do governo através da distribuição de cestas básicas e dos processos de insegurança alimentar vivenciados.

“(…) Lembro sim, o feijão não cozinhava. A farinha era cheia de besouro, a massa de milho cheia de besouro, arroz com casca também não prestava e às vezes a gente só aproveitava o açúcar. Uma sardinha ver que era horrorosa. Eu, pelo menos, eu não comia e às vezes vinha uma lata de óleo, às vezes não. Um pacote de leite era única coisa que a gente aproveitava. O resto não prestava.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

Em outros aspectos, o agricultor João Félix, ao apresentar a comunidade de Riacho do Meio onde mora no município de Choró/CE, traz um dos assuntos mais desafiadores no semiárido: o acesso à terra. O tema também é explicitado por Josué de Castro como central para a superação da fome no Nordeste.

“A meu ver todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundos da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades.” (CASTRO, 1946, p. 249).

Para o agricultor, foi com a garantia do direito à terra que eles puderam se organizar enquanto comunidade, lembrando que começou a morar na região em 1992 ao se casar com dona Helena. Quando lá chegou, a família da esposa já havia conquistado a terra por meio do programa Pró-Terra, do INCRA, no ano de 1976. Porém lembra que, antes das desapropriações, moravam ali de 25 a 30 famílias conhecidas como parceleiros, assim narra

“Nesta área, moravam de 25 a 30 famílias que eram conhecidos com parceleiro, por terem autorização para morarem em uma pequena faixa de terra e trabalhavam como meeiros em outras parcelas, também do patrão.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

Segundo ele, a família de Dona Helena, sua esposa, era uma destas que moravam nas terras do patrão há pelo menos duas gerações, de seu bisavô e avô. O pai de sua esposa herdou a terra já desapropriada, como ressalta o Sr. João Félix, ao apontar que

“Tanto, é tanto que essa comunidade aqui, eu até esqueci de dizer ela, ela passou a ser comunidade de setenta e seis pra cá, setenta e seis foi a desapropriação da Terra e ela passou a ser comunidade com quatorze família. Foi só era só quatorze família, era oito parceleiro e mais seis filho casado que já ficaram junto com os pais aqui. E aí se formou-se a comunidade, com 14 famílias. Hoje só tem setenta e três família. É isso.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

Até o final do século XX, o olhar sobre a região semiárida era fortemente impregnado por esta visão do atraso, onde, “as ações de combate à seca sempre aparecem como ‘atos de bondade’, mas propositalmente são criadas e mantidas para garantir que o Semiárido e seu povo permaneçam sem vez e sem voz, dependentes” (BAPTISTA & CAMPOS, 2013, p. 49).

Na primeira década dos anos 2000, o pesquisador Silva (2003), reflete sobre a emergência de um novo paradigma da convivência com o semiárido baseado nos princípios da sustentabilidade, da qualidade de vida e no reconhecimento das potencialidades da região. Neste sentido ele toma como centralidade a seguinte compreensão:

“O semiárido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas.” (SILVA, 2003, p. 376).

As narrativas até aqui expressas, por parte de agricultores e agricultoras, pesquisadores e organizações da sociedade civil, afirmam ser imprescindível conhecer a região, suas características, suas trajetórias e suas experiências para assim propor uma ação social, política e econômica para a região. Esta perspectiva se coloca como essencial, sobretudo quando se pensa na construção de uma outra relação do homem e da mulher com o meio ambiente, com a natureza, e, conseqüentemente, com o semiárido.

3.2. CONHECER PARA CONVIVER!

O objetivo desta seção é conhecer e evidenciar a perspectiva da convivência com o semiárido construída pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que ao longo dos últimos 23 anos de fundação, tem incidido no debate e colaborado na construção de políticas públicas junto ao Estado brasileiro e toda a sociedade. Deste modo, a participação da organização da sociedade civil é relatada por Silva (2003), onde

“A construção da proposta de convivência com o semi-árido tem sua gênese nas iniciativas de centros de pesquisa, como a Embrapa, e das organizações não-governamentais que vêm desenvolvendo projetos nas áreas de recursos hídricos, produtivas e socioculturais em áreas do semi-árido brasileiro desde o início da década de 1980. A proposta ganhou impulso significativo no final da década de 1990, com a criação da Articulação no Semi-Árido (ASA), reunindo atualmente cerca de 700

organizações não-governamentais, igrejas e movimentos sociais.”³⁸ (SILVA, 2003, p. 376).

Com isso, a ASA tem desde a sua criação exercido um papel importante na melhoria da qualidade de vida das populações do semiárido, conformando-se como uma rede de organizações espalhadas por dez estados, sendo 9 do Nordeste, e o Norte de Minas Gerais.

“A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. (...) Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).” (ASA, 2023, s/p)

É importante ressaltar que, desde a Declaração do Semiárido (1999), a ASA vem apresentando para a sociedade brasileira e propondo ao Governo Federal, uma política de convivência com o semiárido. Essa política tem como base as experiências de convivência desenvolvidas milenarmente pelas populações que habitam a região, e que são apoiadas por organizações da sociedade civil. O autor Lima (2020), desta em seus estudos sobre a convivência, a importância da ASA e de suas proposições

“Em 1999 a ASA lançou a Declaração do Semiárido, afirmando que o conjunto de experiências já realizadas, em pouco mais de uma década, em diferentes territórios da região, demonstravam que era possível conviver com as condições de semiaridez, e diminuir os efeitos das secas sobre a população local”. (LIMA, 2020, p. 165).

Partindo destas experiências das populações do semiárido, que vão desde os povos indígenas, as comunidades tradicionais e de agricultores familiares, a articulação apresenta como premissa para a ação da convivência a adoção da cultura do estoque, como assim sintetiza em seus meios de comunicação³⁹:

“A convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque. Estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. Estoque de alimento para família e para a criação animal. E o estoque de sementes para os próximos plantios, entre outros.” (ASA, 2023, s/p)

³⁸ A ASA atualmente é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, entre outras. Mais informações em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>

³⁹ <https://www.asabrasil.org.br/acoes/plmc#contexto-plmc> (Acesso em 23/07/2023).

Os anos de 1998 e 1999 foram dois anos de seca, e, naquele período, cerca de um milhão de famílias encontravam-se em situações precárias e sem acesso à água para o consumo humano. Com perspectivas de o governo à época continuar a agir “no combate à seca” com ações assistencialistas e clientelistas, a articulação apresenta a proposta da construção de um milhão de cisternas rurais.

“A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.” (ASA, 2023, s/p)

O Programa Um Milhão de Cisternas, intitulado P1MC, nasce como a primeira proposição concreta de convivência com o semiárido, apresentado pela sociedade civil ao governo brasileiro, como uma ação estruturante para o semiárido, baseado na cultura do estoque, através do armazenamento da água de chuva em uma infraestrutura hídrica ao lado das casas dos agricultores, chamada de Cisterna de Placas, ou simplesmente Cisterna.

“Através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias que vivem na zona rural dos municípios do Semiárido passam a ter água potável a alguns passos. Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber.” (ASA, 2023, s/p)⁴⁰

A Cisterna é, neste processo, reconhecida pelos agricultores e agricultoras como um grande divisor de águas entre o sofrimento com as secas e a convivência com o semiárido. Os três agricultores e agricultoras participantes da pesquisa, em seus relatos, suas memórias e reflexões sobre o viver no semiárido, são unânimes em afirmar o quanto a cisterna foi e é fundamental para a convivência em seus territórios. Em destaque abaixo, trechos dos diálogos com o Sr. Aureliano e Sr. João Felix, respectivamente, sobre a importância da cisterna na vida de suas famílias no sertão.

“Antes era muito difícil, né? Você tinha que pegar água lá no açude. Assim, você tinha que ter um reservatóriozinho por perto, né? Na cacimba, no cacimbão, né? (...) Pesado, hoje não, hoje a água, você pega uma água saudável, né? Que é a água da biqueira, a gente passa o ano todinho, graças a Deus, a gente ainda tem água do ano passado ainda, reservado, né? e? É muito, muito importante ter a diferença, é muito, muito diferente, né?” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

⁴⁰ <https://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>

“A gente passou a ter uma, ter na, naquela época, a gente pagava caro, lata de vinte litros né? É um potinho, só tinha uma água boa de, de chuva, quando chovia, achava um, uns oito dia, ainda com aquela aguinha ali, pronto. Hoje você tem água o ano todo, os anos, né. (...) se você não tem nenhuma cisterna se você não tem uma cisterna, vem uma seca, você não tem nem onde colocar água. Então, você vai ficar dependendo dos outros, ainda carregando uma água num baldinho o que aconteceu com algum, grande parte das famílias que foram famílias novas, que não tiveram acesso a outras cisterna, uma cisterna e aí fica nesse sofrimento...” (João Félix, Choró/CE, 2022)

Para os agricultores entrevistados, as famílias que não tem cisternas continuam no sofrimento: “Ou faz esforço pra construir um tanquezinho pra poder botar ou então fica, né? Dependendo do baldinho, do baldinho do jumentinho, sempre, né? E a gente sabe que a cisterna é, ela uma grande riqueza, né?”. E acrescentam ao relatar que “A riqueza porque a gente sabe, só das famílias passar o verão todinho sem precisar de ir buscar água de beber em tanto nenhum, ali no terreiro de casa, pelo menos a de beber já é muita coisa, já é muita coisa, isso é uma importância muito grande pra todas as famílias, eu sei que não é só pra minhas famílias, é pra todas as famílias.”

3.3. O PAPEL DOS GOVERNOS POPULARES DE LULA E DILMA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

Uma constatação marcante dos agricultores e agricultoras, que viveram ou ouviram histórias de sofrimentos com a seca no semiárido brasileiro é de que foram os governos Lula e Dilma que verdadeiramente olharam para esta região com uma perspectiva de vê-los como cidadãos, promovendo políticas públicas que efetivamente chegaram à população rural. Essa maior participação do Governo Federal na promoção da qualidade de vida no semiárido também é assim vista na fala dos agricultores e agricultoras entrevistadas.

O Sr. João Félix, morador do município de Choró/CE, é um defensor desta ideia. Para ele, as mudanças em sua vida e de todo o povo do semiárido, ocorreram a partir do governo Lula, como destaca

“Olha, eu costumo dizer que essas mudança toda veio depois do governo Lula, não teve, não teve outra história. Alguém pode até inventar outra história, mas não tem. A gente sabe que não tem. Porque assim, antes do governo Lula, eu não tinha acesso ao crédito, né? Eu não tinha acesso a uma cisterna eu não tinha acesso a nenhum desses programas. (...) E todo mundo tem que dizer isso, porque é verdade, né?” (João Félix, Choró/CE, 2022)

De modo semelhante para o Sr. Aureliano, agricultor do município de Quixeramobim/CE, que com seu olhar observador aponta que “(...) viu que o Governo é quem tava melhorando a nossa vida no sertão. Quer dizer, melhorando nossa vida se nós quiser melhorar nossa vida!”

Para Marcinha, agricultora do município de Quixadá/CE, as mudanças na sua vida começaram com as cisternas e o programa Bolsa Família, que priorizaram a participação e a prioridade para as mulheres. Com sua fala firme, Marcinha assim ressalta sobre a contribuição dos governos Lula e Dilma

“(...) Primeiro pela questão da cisterna né, que foi na administração deles e outra o Bolsa Família que foi uma grande ajuda, né, que antes era as frente de serviço era os homens e não era nem todos, né? E aí quando passou a ser esse Bolsa Família foi para a mulher” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

Com isso, os agricultores Sr. João Félix, Aureliano e Dona Marcinha, a seu modo, refletem afirmativas que estão consolidadas no meio da população do semiárido, de que os governos Lula e Dilma⁴¹ foram fundamentais para o reconhecimento e apropriação do paradigma convivência com o semiárido tendo como base na construção de políticas públicas para a região. Além das políticas públicas de Cisternas e Bolsa Família, iniciadas no governo Lula, os entrevistados também destacaram as políticas de crédito para agricultura familiar, PAA⁴², e por último, no governo Dilma, o programa Brasil Sem Miséria.

As falas dos agricultores sobre a o papel fundamental dos governos Lula e Dilma para as melhorias de vida no semiárido, dialogam diretamente com análise feita pelo estudioso Rodrigues (2016) quando afirma de forma contundente que a chegada de Lula à presidência da república foi fundamental para que o paradigma da convivência com o semiárido, em diálogo direto com a sociedade civil, pudesse ser visto e tomado como referência para ações e intervenções do território semiárido, assim ressalta.

⁴¹ Dilma Rouseff foi a primeira mulher, na história do Brasil, a ser eleita presidenta da República.

⁴² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. www.gov.br/mds/pt-br acesso em 29 de agosto de 2023.

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, possibilitou que o P1MC fosse assumido como uma das estratégias políticas de acesso à água, no contexto do Semiárido. Essa tecnologia hídrica descentralizada, validada pelas organizações da ASA – sintetizada à época nas cisternas de placas – se constituiu em uma proposta complementar à do governo do Presidente Lula, na perspectiva de combater a fome e a pobreza extrema. O Fome Zero, à época, era coordenado pelo Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), Dr. José Graziano da Silva, hoje Diretor-Geral da FAO. Em 2004, o Mesa passou a compor o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A incorporação do P1MC à agenda política do governo federal possibilitou que, em apenas dois anos de gestão (2003 a 2005), o volume de recursos destinados à implantação de cisternas aumentasse em 530%. (RODRIGUES, 2016, p. 144).”

Foi no governo Lula que a pauta da segurança alimentar e nutricional ganhou força, especialmente atrelada ao desafio colocado pelo próprio presidente de erradicar a fome no país. Ainda em seu primeiro mandato, o seu governo retoma o Conselho Nacional de Segurança e Soberania Alimentar – CONSEA, que assumiu um papel estratégico no controle de políticas públicas de segurança alimentar, como expresso em sua página oficial⁴³:

Recriado em 2003, o Conselho tem caráter consultivo. Compete ao Consea, dentre outras atribuições, propor à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com base nas deliberações das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA, 2012, p.1).

De 2003, ano do primeiro governo do presidente Lula, até 2016, último ano de governo da Presidenta Dilma⁴⁴, um conjunto de programas sociais foram responsáveis por mudar a vida de milhares de famílias que viviam na extrema pobreza, no caso deste estudo, destacamos famílias de áreas rurais do semiárido brasileiro. Tal legado é visto na expressão cotidiana de famílias agricultoras, a partir dos depoimentos destacados por agricultores e agricultoras participantes desta pesquisa, e por relatos de entidades internacionais como a FAO e a ONU, que em 2014 declarou o Brasil fora do mapa da fome.

O CONSEA (2012), no documento intitulado ‘CONSEA na seca de 2012’⁴⁵, apresenta quatro pontos relacionados aos programas sociais desenvolvidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores, avaliados como responsáveis na promoção de uma maior resiliência das populações do semiárido frente ao período de seca. O documento destaca que “está seca, no entanto, embora ainda mantenha enraizadas muitas destas mazelas e injustiças, se dá num

⁴³ <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea> - acesso em 29 de agosto de 2023.

⁴⁴ Em 2016, após um golpe político, a presidenta Dilma perde seu mandato no seu segundo ano do segundo mandato à frente da presidência da república.

⁴⁵ Documento enviado pelo CONSEA a então presidenta da República, Dilma Rousseff em 11 de junho de 2012.

contexto de algumas mudanças significativas que contribuiram para a população historicamente mais atingida tornar-se mais cidadã e empoderada em relação aos seus direitos” (CONSEA, 2012, p. 3), sendo elas,

- a) Políticas e programas governamentais e iniciativas da sociedade civil organizada;
- b) O Programa Bolsa Família, acrescido da Aposentadoria Rural, do Programa de Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Estiagem;
- c) O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- d) As linhas de crédito oficiais para a seca, anunciadas e já em implementação inicial, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- e) O Programa Água para Todo. (CONSEA, 2012, p. 3)

No último ano do governo Dilma, já se tinham sido construídas no semiárido brasileiro mais de um milhão de cisternas de primeira água, além de um leque de outras tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de chuva, propostas principalmente pela Articulação do Semiárido (ASA). Segundo dados da própria organização, a partir do Boletim Informativo nº 19 do Ministério da Cidadania, até fevereiro de 2019 haviam sido construídas 1.294.503 milhões de tecnologias de captação de água de chuva, garantindo um estoque de mais de 27.985.416 metros cúbicos de água para as famílias (ASA, 2023).

Como está explícito em seus documentos, a ASA iniciou sua ação pela água de beber, porém segue propondo novas ações a partir das experiências dos agricultores e agricultoras, construindo assim, outras estratégias de estoque de água e alimento.

A ASA começou a defender a proposta de convivência com o Semiárido pela defesa do direito à água. Alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a água tornou-se um elemento aglutinador de forças para essa rede que se formava no Semiárido. Assim, a ASA desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que hoje abriga todas as ações executadas pela rede como os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido.⁴⁶ (ASA, 2023, s/p)

O programa de segunda água, P1+2, é também conhecido como a água de produzir. Nesta iniciativa, a captação de água de chuva é destinada à produção de alimentos nos quintais e arredores de casa. Além do debate do acesso a água, o programa também estimulou mais fortemente os diálogos sobre a segurança alimentar, a produção agroecológica e o estímulo à

⁴⁶ <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> acesso em 24 de julho de 23

articulação em redes, bem como a construção de uma nova paisagem e narrativa sobre o semiárido.

Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a ASA criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa-guarda-chuva congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. (ASA, 2023, s/p)

O agricultor Sr. Aureliano, um dos participantes da pesquisa, é entusiasta ao contar das políticas públicas que acessou desde o governo Lula e Dilma, destacando com alegria suas diversas tecnologias sociais de convivência como o semiárido:

“A gente tem, por exemplo, política pública, a gente tem a cisterna, cisterna de água de beber ou cisterna de enxurrada e outros pequeno projeto que a gente tem, se a gente for falar os pequenos projetos de que a gente tem aqui, a gente vai pra tarde todinha.” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

Do mesmo modo, o agricultor Sr. João Félix, reconhece o quanto as tecnologias sociais são importantes para atravessar momentos mais difíceis.

“Tenho minha cisterna de beber, tenho minha cisterna calçadão, de cinquenta e dois mil litros. E tenho um projetinho de reuso que veio acabar de completar, a coisa mais importante, eu acho que quase todas, toda família na verdade era pra ter, porque assim mesmo dentro das pior seca que eu passei, mas e pelo menos meu cheiro verde nunca faltou.” (João Félix, Choró/CE, 2022).

Na perspectiva da convivência com o semiárido a implantação de tecnologias sociais, especialmente as cisternas de captação de água de chuvas, de forma descentralizada e perto das casas das famílias rurais, se tornou uma estratégia importantíssima na atuação governamental, inclusive, promovendo diálogos com a sociedade civil organizada. A ASA, neste processo, se firmou como grande interlocutora e proponente de políticas públicas com o viés, colhendo como resultado, durante os governos Lula e Dilma, inclusão na pauta e orçamento do governo brasileiro a previsão de recursos para efetivação dos programas de acesso à água, cisternas no semiárido. Nos estudos de Silva (2019), o Programa de Cisternas é discutido chegando à conclusão que

Constatou-se, neste estudo, que o Programa Cisternas entrou em 2003 na pauta governamental, no âmbito do Governo Federal, durante a primeira gestão do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentada como alternativa para garantir segurança hídrica, pela sociedade civil que apresenta solução testada para o período de oito meses do ano, em que há maior escassez de água nas regiões sertanejas. Com a consolidação da agenda de combate à fome, a ação cisternas tem entrada na agenda governamental, no contexto das ações de segurança alimentar nutricional para populações extremamente pobres. (SILVA, 2019, p. 88)

De modo geral, a articulação integrada entre Governo e sociedade civil ocorre em diferentes fases: Nos Governos do Presidente Lula, inicia-se o programa e a parceria com as ONGs, incorporando na política pública a proposta apresentada pela Articulação do Semiárido (ASA) de concepção, modelo de tecnologia, metodologia de implantação e ainda a execução em parceria com as entidades. No governo Dilma, se avança na estruturação do arcabouço jurídico para melhor formatação do programa com a criação da “Lei Nº 12.873/2013 que criou o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 8.038/2013.” (SILVA, 2019, p. 66).

Este conjunto de ações debatidas com a sociedade civil, especialmente com a ASA, promoveu o acesso de milhões de famílias às diversas tecnologias de convivência com o semiárido. Desenvolvidas a partir de uma metodologia de envolvimento das famílias, com processos de capacitações e formações para convivência, e a participação das famílias e comunidades em todo processo de implantação, essas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva, fizeram com que os agricultores e agricultoras se apropriarem do conhecimento sobre a convivência.

Na região semiárida brasileira, é perceptível ao se locomover para o sertão, a forte presença da tecnologia de cisternas, e ainda, a alegria das famílias agricultoras, especialmente das mulheres, com a possibilidade de acesso à água perto de suas casas. Segundo dados da ASA, “as cisternas de placas já são responsáveis pelo abastecimento diário de quase 6 milhões de pessoas, confirmando sua vocação para atender de forma rápida e segura as populações difusas.” (ASA, 2019, p. 17).

Isso corrobora com a percepção e afirmação dos agricultores e agricultoras entrevistados nesta pesquisa, e reforçado por inúmeros pesquisadores como o professor Borzarcchiello (2015), que ao fazer um percurso pelo sertão cearense, em plena seca de 2015, reafirma a importância das cisternas com a seguinte constatação: “a captação da água de chuva é uma das formas simples, viáveis e baratas para se viver bem na região.” (BORZARCCHIELLO, 2015, p. 51).

4. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA REGIÃO: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ, A PARTIR DO PERÍODO DA SECA DE 2012 A 2017.

4.1. A SECA DE 2012 A 2017: MAIOR RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO.

O período que ocorreu a primeira grande seca do século XXI, é também carregado de um complexo contexto político que atravessou o país. Neste sentido é importante localizar este momento e seu impacto na trajetória deste território, principalmente no âmbito das políticas públicas de convivência com o Semiárido que estavam sendo construídas desde 2003, durante o primeiro governo do presidente Lula. Neste sentido, sem ter a intenção de aprofundar todas as questões deste período, vamos traçar uma breve linha do tempo do semiárido olhando a travessia deste momento, onde, de forma didática, falamos de três períodos.

Em outubro de 2010 o Brasil elege Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do país que toma posse em 2011, ano em que já se anunciava a seca no semiárido. Neste período, para dar continuidade às políticas públicas de combate à extrema pobreza iniciadas com o Programa Bolsa Família pelo Governo Lula, a primeira iniciativa anunciada com foco nesta perspectiva durante o Governo Dilma foi o Programa Brasil sem Miséria.

*Brasil sem Miséria é a mais recente iniciativa adotada pelo governo federal para erradicar pobreza extrema. Combinando ações de municípios, estados e federação, a meta oficial é acabar com carências mais acentuadas até 2014. Medidas visam identificar e auxiliar 16 milhões de brasileiros miseráveis (...) no dia 2 de junho, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a intenção de tirar da indigência 8,5% da população que sobrevive com no máximo R\$ 70 mensais e tem baixo acesso a serviços públicos básicos como água e luz. Para concretizá-lo, convocou uma espécie de mutirão nacional com o qual busca envolver governadores, prefeitos e sociedade civil. “O plano tem o efeito de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria ainda existe no Brasil”, disse a presidenta, ao lançar o *Brasil Sem Miséria*. “A luta contra a miséria é (...) antes de tudo, um dever do Estado”, reforçou. (IPEA, 2011).⁴⁷*

No âmbito do Brasil Sem Miséria, o Programa Água para Todos⁴⁸ se destaca na perspectiva do semiárido, onde a meta era, naquele período, duplicar a quantidade de cisternas

⁴⁷ [Políticas Sociais - Um plano para acabar com a miséria \(ipea.gov.br\)](http://politicassociais.ipea.gov.br) acesso em 08 de agosto de 23.

⁴⁸ O Programa Água Para Todos foi instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, mantendo-se em consonância, no que for cabível, com as diretrizes e os objetivos do Plano Brasil sem Miséria (BSM, criado pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011), que o precedeu. No Plano Plurianual 2012-2015, os objetivos e as metas

já construídas (em torno de 750 mil), e assim avançar na perspectiva da universalização do acesso à água. Para atingir tal meta, o governo da Presidenta Dilma apresentou, além das tecnologias de cisternas de placas, a incorporação de cisternas de Polietileno, comumente conhecidas como cisternas de plástico.

Ainda em 2011, no mesmo período em que ocorria o lançamento do Programa Brasil sem Miséria, a ASA apresenta ao Governo Brasileiro e sociedade em geral, um documento com reflexões sobre o programa, destacando a necessidade de dar continuidade às ações de convivência com o semiárido sem abrir mão das experiências em andamento que se mostraram exitosas, como foi o caso do PIMC. Além disso, o documento apontou questões fundamentais no debate de erradicação da pobreza a partir do acesso à terra no semiárido⁴⁹. Com o chamado “O lugar da Convivência com o semiárido com combate à extrema pobreza”, a ASA inicia suas reflexões como se segue:

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), rede com mais de duas mil organizações da sociedade civil, vem tornar pública suas reflexões e proposições frente ao PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, lançado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff para erradicar a extrema pobreza no país, em que se destaca o meio rural semiárido como espaço prioritário, para além de relevante. Consideramos louvável e acertada a opção do Governo Federal em priorizar e apostar nas iniciativas locais em curso, a exemplo da construção de cisternas e tecnologias sociais voltadas para a produção de alimentos. Vemos neste movimento uma oportunidade de o Estado brasileiro pagar uma dívida social histórica. É buscando contribuir com esse Plano, na linha de colocar nossa capilaridade e capacidade operacional e política a serviço do povo do Semiárido, que explicitamos, a seguir, nossas reflexões e posicionamentos. (ASA, 2011, s/p).

A inserção do modelo de cisternas de plástico proposto pelo governo para serem distribuídas no semiárido foi amplamente criticada no âmbito dos movimentos sociais, em especial, pela ASA, que encampou uma forte incidência e mobilização contra a tecnologia. Na argumentação, ainda que os movimentos reconhecessem a importância do programa recém-lançado, o mesmo resultou na descaracterização da maior política pública de convivência com o semiárido, o Programa Um Milhão de Cisternas, como assim destaca Baptista (2013).

A ASA reconhece a atitude da Presidenta da República em buscar universalizar as cisternas de consumo humano. Porém, critica as propostas do governo federal de construção de cisternas de plástico. Olhando as estratégias dessa ação, elas descaracterizam a metodologia e a essência da proposta das cisternas.

do Água para todos estão associados ao Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://integracao.gov.br/web/guest/entenda-o-programa>. Acesso em: 30 abr. 2019. (Silva, 2019).

⁴⁹ Reflexões e proposições da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), no intuito de contribuir para a garantia plena do acesso à água para todas as pessoas no Semiárido – Documento ASA, Recife/PE, 10 de junho de 2011

Simultaneamente, há análises positivas a respeito de muitas outras ações. (BAPTISTA, 2013, p. 179).

Neste momento, também ocorre uma grande mobilização intitulada “Desarticular é retroceder”, liderada pela Articulação do Semiárido. A ação reuniu cerca de vinte mil pessoas que atravessaram a ponte Juazeiro-Petrolina reivindicando a manutenção das cisternas de placas como estratégia de convivência com o semiárido, que, além de ser mais barata economicamente, tem em seu processo de implantação o envolvimento da população e a dinamização da economia local.

Figura 5. Ato público da ASA em defesa das políticas de convivência com o semiárido, a campanha ‘Desarticular é retroceder’.



Fonte: Acervo ASA Brasil (2011)

Figura 6. Ato público em defesa das políticas de convivência com o semiárido, campanha ‘Desarticular é retroceder’.



Fonte: Acervo ASA Brasil (2011)

Junto a incidência expressa nas mobilizações, a atuação da ASA nos espaços de participação social como o CONSEA e conferências de políticas públicas acabou por retomar os diálogos da articulação e o governo brasileiro, repactuando, ainda com a permanência das cisternas de plásticos, a retomada do programa de Cisternas de Placas em parceria com a sociedade civil.

No documento intitulado Declaração sobre o atual momento de seca no Semiárido”, enviado à presidenta Dilma, no primeiro ano de seca, 2012, faz um balanço importante dos programas para a melhoria de vida das populações do semiárido, esta é uma leitura importante para compreensão do que se viveu no semiárido no período de seca em frente. Assim afirma a ASA:

“Esta seca, no entanto, embora ainda mantenha enraizadas muitas destas mazelas e injustiças, traz consigo outro viés que tem tornado a população mais capaz de resistir, de ser cidadã e deixar de ser manipulada. Efetivamente muitas políticas e programas se espalham pelo Semiárido, tornando-o, de certo modo, diferente, mais humano, mais adequado à convivência com o clima e suas intempéries. Evidentemente nem todos os programas oficiais a que nos referimos se revestem de características de convivência com o Semiárido, mas todos eles dão sua parte para a garantia mínima da dignidade das pessoas. Eis alguns exemplos:

a) O Bolsa Família, acrescido do Bolsa Estiagem, enquanto ações emergenciais, tem desempenhado papel-chave na alimentação das pessoas, sem que para isso necessitem de engordar filas de miseráveis, mendigando alimentos que, mesmo adquiridos com recursos públicos, eram distribuídos por prefeitos, vereadores e cabos eleitorais, reforçando seu (deles) poder político.

b) A extraordinária malha de captação de água construída no Semiárido através das cisternas, quer sejam elas da ASA, do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome (MDS), dos Governos Estaduais e Municipais, da Fundação Banco do Brasil e de vários outros atores e parceiros; esta malha armazena milhões de litros de água outrora literalmente desperdiçados.

c) A malha de captação e distribuição de água para produção e dessedentação de animais, cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barreiro-trincheiras, bombas d'água popular, outros, financiada quer pelo poder público, quer por várias parcerias.

d) As adutoras e processos semelhantes de abastecimento da população.

e) A decisão da Presidenta da República de universalizar o acesso à água para todos os cidadãos do Semiárido, o que implica, entre outras medidas, na construção de quase 700 mil cisternas.

f) As ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de compra da alimentação escolar (PNAE), que aos poucos estrutura propriedades, criou e enraizou bancos de sementes e processos os mais variados de armazenamento de grãos e sementes.

g) O crédito destinado à agricultura familiar e os processos de assistência técnica, aumentados significativamente nos últimos anos, embora ainda carentes de uma adequação mais radical à realidade do Semiárido e Agroecologia.

h) Os processos agroecológicos implementados especialmente devido à teimosia de organizações não governamentais e iniciativas locais.

i) O Seguro Safra.

j) As linhas de crédito oficiais para a seca, anunciados e já em implementação nas regiões e que aumentam a capacidade dos agricultores de resistir e conviver com o Semiárido, manter vivos seus animais, reestruturar suas propriedades.” (ASA, 2012, s/p).⁵⁰

Ao final deste documento, a ASA também apresentou propostas para minimizar o impacto desta seca, tanto no campo do acesso à terra; no campo da assistência técnica e crédito; da comercialização, venda de produtos e bancos de sementes, como no campo da captação da água. Neste último destacando como proposição

Continuidade imediata do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da ASA, e início imediato das ações de cisternas de consumo humano e de produção contratadas entre o MDS e os Estados. Não se justifica que, havendo recursos disponíveis, como é o caso, os Estados e consórcios municipais posterguem indefinidamente o início destas atividades que dotarão milhares de famílias de estruturas essenciais à convivência com o Semiárido. (ASA, 2012, s/p).

Seguindo seus propósitos desde sua fundação em 1999, a articulação do semiárido segue mobilizando a sociedade civil, movimentos sociais e população em geral para um outro olhar para este território na perspectiva da convivência com o semiárido, um olhar de otimismo e sobretudo de justiça. A seca de 2012, foi também mobilizadora para denunciar o uso deste fenômeno para o desenvolvimento de ações clientelista, como outrora, mas também para reafirmar um projeto de convivência com o semiárido em curso. Para tanto, a ASA logo no

⁵⁰ Diante do quadro de seca, em maio de 2012, a ASA publica documento de análise do momento, direcionado à presidenta da República, aos Governadores Estaduais, Prefeitos Municipais e à sociedade em geral.

início da seca, faz um chamado aos governos nas diferentes esferas, mas também à sociedade como um todo. Como expresso no texto abaixo, o semiárido não precisa de bondade, precisa de justiça, e direitos sociais respeitados, assim conclama:

Conclama todos os cidadãos a que, olhando criticamente o fenômeno da seca, nele não localizem miseráveis, incapazes, esmoleres e recebedores de nossa compaixão e doação do supérfluo, mas cidadãos que sempre tiveram seus direitos negados durante séculos e que, não obstante, lutaram e estão conseguindo implantar no Semiárido a política da convivência, que faz desta seca uma seca diferente. (...) O Semiárido não precisa de bondade. Precisa de justiça, solidariedade e de que os direitos de seus filhos e filhas sejam respeitados. Deste modo, o que o Semiárido quer é a continuidade e aprofundamento da política de convivência com o Semiárido e de que seja cada vez mais afastada e erradicada a política de combate à seca. (ASA, 2012)

Ao final do primeiro governo Dilma, em 2014, o semiárido atingiu a meta de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) cisternas de placas construídas. Além disso, 2014 também ficou amplamente conhecido como o ano em que a FAO (ONU) reconheceu que o Brasil havia saído do mapa da fome mundial.

Como resultado de uma série de esforços, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a insegurança alimentar grave no país caiu constantemente de 2004 (6,9%) até 2013 (3,2%), quando alcançou seu menor patamar histórico (IBGE, 2014), o que fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome das Nações Unidas. Estes e outros avanços foram registrados no Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014 (FAO, 2014). Este documento atribui os resultados brasileiros aos avanços no marco legal e institucional e aos programas e políticas públicas que foram elaborados e executados desde 2003, ressaltando a importância da participação social para estas conquistas. (ASA, 2018, p.02).⁵¹

Em 2015, buscando ampliar articulações em defesa do semiárido, a ASA estabelece diálogo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, tendo como pauta o debate da seca e reconhecendo os avanços no país a partir da parceria governo-sociedade civil. Além disso, buscando retomar de forma mais expressiva os programas de convivência com o semiárido, não somente a cisterna de primeira água, mas um leque de programas e tecnologias sociais que ao longo dos últimos anos fizeram mudar a vida de várias famílias, especialmente no meio rural.

Em 2015, é presente ainda uma história de sofrimento e dor, pois o povo do semiárido está vivendo por quatro anos seguinte, um grande período de seca na região, as consequências só não são maiores devido vários programas sociais do governo, com destaque para o Programa Água para Todos, que viabilizou a construção de

⁵¹ Documento da ASA, divulgado na Caravana do Semiárido contra a fome, realizada em 2018).

milhares pequenas obras hídricas. Políticas como o Bolsa Família, o Crédito, o PAA, o PNAE, o Seguro Safra, o Bolsa Estiagem propiciaram nova condição de vida ao povo do Semiárido. O acesso à água contribuiu diretamente com a desconstrução da imagem de um Semiárido sem vida e sem capacidade produtiva. (...) Apesar de todas as conquistas das ações desenvolvidos pela ASA, inseridas no Programa Água para Todos, em parceria com o governo, vivemos um momento de total insegurança, provocado pela crise nacional, internacional e o ajuste fiscal, provocando uma descontinuidade e uma drástica redução dos recursos aplicados, chegando à apenas 25% das nossas perspectivas para este ano de 2015. Não podemos parar, tampouco diminuir o ritmo dessas políticas, especialmente às responsáveis por garantir acesso à água e soberania alimentar. (ASA, 2015).⁵²

Em 2016, o segundo mandato do governo da Presidenta Dilma Rousseff é interrompido por um processo “oficialmente” definido como Impeachment, porém reconhecido e denunciado por movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, progressistas e democratas como um golpe. Nesta situação, assume seu vice Michel Temer, por cerca de três anos (2016 – 2018).

No âmbito das políticas públicas, o governo Temer se posicionou em uma agenda extremamente neoliberal, de redução dos gastos, e, neste caso, impactando diretamente os investimentos em políticas sociais. Foi neste governo que se aprovou a chamada EC 95, anteriormente denominada como PEC da morte. Tal emenda restringia a um teto de gastos diversas áreas essenciais, como podemos observar:

Desde que o governo Michel Temer assumiu o Poder - em razão de processo de impeachment e afastamento da Presidenta eleita - vêm sendo adotadas diversas medidas que impactam negativamente a realização de direitos econômicos e sociais e, conseqüentemente, a realização do DHANA. A Emenda Constitucional 95 (EC 95) - originariamente PEC 241 na Câmara dos Deputados e PEC 55 no Senado Federal - de iniciativa do Governo Temer e promulgada em 15 de dezembro de 2016, anuncia uma dramática inflexão na história do Estado brasileiro no que diz respeito à garantia de direitos e na trajetória de crescimento real do gasto social. A EC 95 representa uma ruptura com processos de pactuação voltados para a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade não apenas de proteção social e SAN, mas também de saúde, educação, fortalecimento da agricultura familiar, cultura, entre outros (FÓRUM 21 et al., 2016; PAIVA et al., 2016). (ASA, 2018, p.04).

Diante deste contexto, diversos movimentos sociais, liderados pela ASA, MST, e MAB, realizaram em agosto de 2018, a ‘Caravana Semiárido contra a Fome’, percorrendo todo o país denunciando o retorno da fome ao país. Como instrumento de diálogo com a população e as instâncias governamentais, parlamentares e judiciário, foi elaborado um documento no qual a Articulação do semiárido, denuncia a volta à fome no país.

⁵² Documento enviado pela ASA à CNBB, em um momento de pressão que o governo Dilma já atravessava, com a previsão de cortes no orçamento de 2015.

A Caravana do Semiárido contra a Fome é uma iniciativa da Articulação Semiárido (ASA) – rede que reúne mais de três mil Organizações da sociedade civil do Semiárido Brasileiro), juntamente com a Frente Brasil Popular e Via Campesina, de modo especial o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - o MPA - Movimento de Pequenos Agricultores, e a CONTAG -Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, assim como vários outros movimentos que, ao constatar o aumento da fome no Brasil e, em especial, na região Semiárida, se reúnem para denunciar⁵³ esta situação, chamando a atenção da sociedade brasileira e das autoridades sobre este fenômeno que viola direitos garantidos na Constituição Federal. (Documento da Caravana Semiárido conta a Fome, ASA, 2018, p,1).

Com os cortes do Governo Temer respaldados na EC 95, o cenário das políticas públicas que atingem diretamente as populações do semiárido foram drasticamente descaracterizadas e reduzidas nas leis orçamentárias anuais, como expresso no Quadro 1 abaixo (ASA, 2018). Os dados foram referência para os diálogos estabelecidos durante a Caravana Semiárido Contra a Fome, sendo o documento apresentado e dialogado junto a entidades da sociedade civil, judiciário e legislativo, à exemplo da CNBB, do STF e da Câmara de Deputados.

Os dados abaixo referem-se apenas às Leis Orçamentárias Anuais - LOAS de 2014 e 2018, sem considerar os contingenciamentos supervenientes, os dados abaixo mostram com uma perspectiva de governo que não inclui as camadas mais pobres no orçamento, não tem compromisso com programa sociais tão importantes para vida do povo mais carente. Vale lembrar que a LOA 2014 foi proposta no governo da presidenta Dilma Rousseff. e a LOA 2018 foi elaborada no governo do então Presidente Michel Temer, vejamos os números por programas.

Tabela 3. Quadro comparativo da previsão orçamentária das LOAS 2014 e 2018, com a projeção de cortes.

Programa	LOA2014	LOA 2018	CORTES
Programa de Distribuição dos Alimentos a grupos populacionais tradicionais	82 mi	*24,4 mi	70%
Programa de Aquisição de Alimentos	1, 3 bi	431 mi	67%
Programa Água para todos	643 mi	40 mi	94%

⁵³ Este documento foi elaborado por Valéria Burity (FIAN Brasil) e Grazielle David (INESC)

Inclusão Produtiva de Mulheres	32,5 mi	3,6 mi	88%
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 1 milhão de famílias da Agricultura Familiar	630 mi	185 mi	70%
Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para assentados e extrativistas	357 mi	19,7 mi	95%

Fonte: CONSEA. Documento Síntese do Encontro Nacional 5ª Conferência + 2. Brasília, fevereiro, 2018 e

*CAISAN Balanço da Execução 2016/2017 do PLANSAN

Como podemos observar, os dados expressam claramente a perspectiva de “desmonte” das políticas sociais no país, com uma linha de corte entre 67% e 95%, tornando inviável a ação de programas como o Água para todos, no qual está inserido o Programa de Cisternas no semiárido.

Apesar disso, a seca iniciada oficialmente em 2012 e que se estende até 2017, encontra uma região semiárida mais estruturada a partir do acesso à infraestrutura hídrica e cisternas de placas, que foram distribuídas de forma descentralizada no território entre 2012 e 2017. Ao todo, foram construídas cerca de 700 mil cisternas, que, segundo dados da ASA, levaram a região à casa de um milhão e duzentas mil cisternas construídas, além de outras tecnologias de captação de água de chuvas e programas sociais como Bolsa Família, Programa de Segunda Água, Crédito Rural, dentre outros. Esta situação permitiu que, mesmo com as alterações políticas, o impacto da grande seca tenha sido menor sobre as famílias que em situações semelhantes do passado, como veremos adiante.

Foi neste contexto, de avanços e retrocessos das políticas públicas no Brasil, especialmente aquelas destinadas ao público da agricultura familiar, mas também com um expressivo número de famílias com suas cisternas construídas próximo de suas casas e sobretudo com o paradigma da convivência com o semiárido apropriado e vivenciado por milhares de pessoas, que ocorreu a maior seca dos últimos trinta anos.

4.2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA REGIÃO

Afirmar o semiárido como um lugar de possibilidades representa uma imagem para além do chão rachado e, sobretudo, local de gente detentora de conhecimentos e saberes. Foi este,

desde a fundação da ASA, um dos propósitos para a construção da convivência com o semiárido.

Neste sentido, construir uma outra narrativa tem sido ao longo da história da ASA uma pauta permanente, tendo a comunicação como ferramenta em uma perspectiva de estratégia de mobilização e divulgação de novas práticas e perspectivas da região. No seu documento de fundação, em 1999, a Articulação assim destaca:

É disso que nós, da Articulação no Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles. (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, ASA, 1999).

É neste entendimento que, desde a primeira ação da ASA, a comunicação desempenha um papel central tanto nas sistematizações de experiências dos agricultores em formato de boletim impresso, a exemplo do ‘Candeeiro’, até a incidência junto às mídias tradicionais no sentido de levar outra narrativa sobre a região. Também ainda a partir da produção de material didático para formação considerando a comunicação contextualizada, na comunicação popular e com a construção de campanhas afirmativas, a exemplo da Campanha ‘Um Clima de Otimismo no Semiárido’, lançada em 2015.

Com o objetivo de informar e sensibilizar a população brasileira para o desenvolvimento de um Semiárido digno e próspero, a ASA lançou em julho de 2005, por ocasião do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural, a campanha publicitária/educativa Clima de Otimismo no Semiárido. Foram 15 peças publicitárias, entre documentário, filmes de 30", anúncios, banners e cartões-postais, com o objetivo de mostrar um Semiárido produtivo e otimista em contraposição ao imaginário da miséria, por muitos anos vendidos à população. Com isso, a ASA buscou também conquistar novos parceiros que estão população local. Todas as peças, inclusive os filmes, foram feitos com agricultores, como uma forma de valorização ao torná-los protagonistas de sua própria história ajudando a cumprir uma meta audaciosa de construir um milhão de cisternas na região semiárida brasileira. A campanha baseou-se em ações simples e em tecnologias de baixo custo, que valorizam o conhecimento da população local. (ASA, 2023, s/p)⁵⁴

A ASA traçou sua trajetória anunciando esta outra narrativa sobre a vida no semiárido, sem negar ou querer esconder as dificuldades diante da falta de políticas públicas adequadas à

⁵⁴ https://www.asabrazil.org.br/acervo/campanhas?artigo_id=289&start=5

região. Com isso, a articulação vai na sua ação mobilizando e formando famílias agricultoras, evidenciando suas experiências e recontando a história do território a partir das pessoas deste lugar.

Para ASA a comunicação sempre teve um papel estratégico para a convivência com o Semiárido. Antes mesmo do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, a comunicação já era um elemento importante da construção da narrativa do Semiárido como uma região rica, com potencialidades, lugar de pessoas habilidosas e inteligentes, em contraposição à região-problema vendida por tantos anos pela mídia. (...) A construção dessa nova narrativa não aconteceu apenas pelo desejo da ASA de que os meios de comunicação vissem o Semiárido de maneira diferente, mas, sobretudo a partir do momento que o próprio povo do Semiárido passou a se ver e ver seu território de forma diferente daquela que era mostrada pelos noticiários. (PORTO & FROEHLICH, 2020, p.45)

Foi a partir desta estratégia de comunicação que o restante do Brasil e inclusive outros países, puderam conhecer essas transformações e experiências que apresentam este semiárido com clima de otimismo. Reforçado, “(...)através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido (2002), tendo a comunicação como um dos componentes metodológicos, que a ASA consolida o Semiárido como lugar de vida aos olhos do seu povo”. (PORTO & FROEHLICH, 2020, p.46).

Entender o semiárido a partir de história e trajetórias de famílias pertencentes a este território, reconhecendo suas narrativas como centrais para o entendimento do contexto social, político e econômico, é reafirmar seus conhecimentos a partir de seus lugares de fala, como central para entender outras narrativas sobre este espaço geográfico, sobretudo como lugar de vida.

Como nos apresenta a filósofa Djamila Ribeiro, ao tratar do conceito Lugar de Fala, significa “romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, bem classificada por Derrida como violenta.” (RIBEIRO, 2019:89).

A partir de olhar sobre o presente estudo, significa também reconhecer os agricultores e agricultoras como sujeitos sociais detentores de saberes e conhecimentos, capazes de construir de forma coletiva o rumo de suas histórias, incluindo a capacidade de reivindicar e fazer acontecer políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de seus territórios e proporcionem qualidade de vida em todos os seus contextos.

Como acrescenta a socióloga Nazaré Wanderley em seus debates e reflexões sobre “a sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a

sociedade”⁵⁵, devemos entender quem são os camponeses no mundo contemporâneo, onde, para a autora

São atores sociais do mundo contemporâneo, que buscam o reconhecimento de seu papel ativo, de protagonistas, dos processos sociais, e a afirmação de seu desejo de estar presente e de garantir sua continuidade. As unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, uma maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho. (WANDERLEY, 2013:14)⁵⁶

É partindo desta perspectiva que, nas seções a seguir, apresentaremos as outras narrativas sobre a vida no semiárido, especialmente no período da seca de 2012 a 2017. São agricultores que ao longo de suas trajetórias, assim como já expressou Wanderley, foram capazes de transformar seus processos de produção. São, mais do que isso, protagonistas da afirmação social, política e econômica do paradigma da convivência com o semiárido, assim como tem afirmado historicamente a Articulação do Semiárido – expressando-se como *agricultores experimentadores* de um semiárido viável.

Retomando o conceito de Lugar de Fala, o qual tem sua base conceitual no debate do feminismo negro, partimos do entendimento como afirma Djamilia Ribeiro, de que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2013:85).

É nesta perspectiva que buscou-se construir estes lugares de fala de homens e mulheres, que têm suas histórias marcadas pela evidente destituição dos seus direitos fundamentais de acesso à água, ao alimento saudável, a permanecer com dignidade em seus territórios. São agricultores que têm seus lugares sociais de fala secularmente evidenciados como espaço de morte, miséria e fome, analfabetismo e inviável para o desenvolvimento econômico. São famílias com suas histórias que expressam as de tantas outras residentes no semiárido, e que de forma resistente e resiliente constroem mudanças de rota na trajetória de suas vidas.

⁵⁵ Texto proferido na abertura do VIII CONGRESSO DA ALASRU, em abril de 2013.

⁵⁶ <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12983230/a-sociologia-rural-na-america-latina-producao-de-alasru> acesso em 13 de agosto de 2023.

4.3. QUAL SEMIÁRIDO VIVEMOS NA SECA DE 2012 A 2017? O OLHAR E NARRATIVAS DE AGRICULTORES DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ.

A primeira seca, oficialmente registrada do século XXI foi anunciada por institutos de meteorologia, mas também através das vivências de agricultores e agricultoras por meio das observações da natureza, ainda no ano de 2011. Esta seca teve início em 2012 e se prolongou até 2017, e é sobre uma travessia diferenciada de todas as secas registradas do semiárido Brasileiro que buscaremos sintetizar e evidenciar esta seção do estudo.

Logo no primeiro ano de seca em 2012, a ASA, enquanto rede de mobilização pela a vida no semiárido, no seu papel de incidir sobre as políticas públicas chama atenção para o fato do Semiárido brasileiro naquele momento está mergulhado em uma das secas mais cruéis e devastadoras dos últimos 30 anos e que desde a chegada dos portugueses aos dias atuais, já se somam 72 grandes secas com características similares. (ASA, 2012). Esta atitude da ASA, foi uma forma de chamar atenção para os governos federal, estaduais e municipais que se planejassem para execução de ações.

Mesmo caracterizada com uma das maiores secas, assim como já afirmado anteriormente, o impacto social foi mais impactante para as cidades e para garantir alimentação para o rebanho. Os noticiários e reportagens na época, deram conta de que esta seca diferente de outras, a população rural, em especial, teve perda de rebanho, porém não se teve notícias de pobreza extrema relacionado a esta situação. Nas reportagens abaixo, na página UOL (2018), isso fica bem explícito “hoje a seca atinge menos gente do que em meados do século passado”.

Figura 7. Notícias relacionadas a seca de 2012 a 2017



 ASSINE

"Hoje a seca atinge menos gente do que em meados do século passado", explica o pesquisador. "A tecnologia, o desenvolvimento econômico e social e o aparato de assistência social são muitos mais sofisticados. As pessoas sofrem menos."

MEIO AMBIENTE

Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil



Na área rural de Quixeramobim (CE), carcaças de bois e jumentos ficam abandonadas ao sol, na pior seca enfrentada no Nordeste (8.fev.2017)
Imagem: Evaristo Sá/AFP






Aiori Rebello

Semiárido engloba 20% das cidades brasileiras



Terra fica rachada no leito de reservatório seco no NE
Imagem: Heino Kalis/Reuters

A parte do território nacional que sofre com as secas é chamada de semiárido. O perímetro foi delimitado pelo Ministério da

Fonte: UOL (2018)

Esta seca prolongada foi também a primeira intempérie climática que ocorre após a criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), bem como da implantação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do programa de acesso à água promovido pelo Estado brasileiro.

Os programas de cisternas, sejam eles o P1MC ou o P1+2, aparecem em reportagens de jornais como fundamentais para que as famílias tivessem as aflições da seca amortecidas, em comparação a secas anteriores.

Para além de estocar água, as cisternas também estimularam o processo de organização produtiva e social, como expressa Rocha (2013) ao tratar das tecnologias.

Os resultados destas inovações se expressam na vida do povo do Semiárido através de mudanças na paisagem local, com nichos de produção ao redor de casa para o consumo da família e na resiliência aos efeitos das secas periódicas da região. Isto ficou evidente na seca de 2012, considerada uma das maiores dos últimos 30 anos, que atingiu a todas as propriedades familiares. Mas aquelas que além dos programas sociais do governo federal, acessaram as implementações do P1MC e P1+2, os efeitos da seca chegaram com menor intensidade, diminuindo assim os índices de migração do campo para as cidades, bem como evitado os saques familiares como acontecia nas secas das décadas anteriores. (ROCHA, 2013, p. 116)”

De um lado, foi possível observar uma maior possibilidade de convivência com o semiárido, seja por meio de tecnologias sociais, processos de formações, mobilizações, intercâmbios ou sistematização de experiências, promovidas por uma ASA fortalecida em suas práticas e incidências políticas. Por outro, um semiárido impactado com os retrocessos políticos instalados no país desde o golpe contra a presidenta Dilma, como mencionado anteriormente, onde a população passa a comparar os avanços de um governo popular com as agendas neoliberais de direita e extrema direita.

Em sua carta política do IX Encontro Nacional da ASA, em 2016, a articulação assim afirma, “*de um milhão de mortos a um milhão de cisternas*”, fazendo referência a triste marca já registrada em secas anteriores. Para a articulação, aquela realidade de mortes de pessoas em períodos de secas decorrentes de questões hídricas, ficou pra trás, como podemos observar.

Aquela realidade ficou no passado. Vivemos hoje o quinto ano de uma estiagem ainda mais severa e nenhum ser humano teve sua vida ceifada pelos efeitos da seca. Esta nova realidade resulta de políticas de convivência com o Semiárido, pautadas nas estratégias e práticas construídas e desenvolvidas pelos muitos povos do Semiárido que se articulam na ASA. Agricultoras e agricultores, organizações e centros de pesquisa contribuíram para que estas práticas se tornassem políticas públicas, rompendo com esse ciclo de negação de direitos e de morte. Um milhão de cisternas, um milhão de famílias com acesso à água potável dão mais vida à paisagem do Semiárido. Construir a convivência com o Semiárido é romper com 500 anos de negação de direitos e com o jogo político que alimenta a indústria da seca. Essa mudança de paradigma foi construída passo a passo pela incrível força organizativa e pela criatividade dos povos do Semiárido, e só foi possível porque se estabeleceu uma nova relação entre Estado e Sociedade, na qual a sociedade civil organizada teve vez e voz, participando, em parceria, da formulação, da execução e do controle de políticas públicas. (ASA, 2016)⁵⁷

Se para a Articulação do Semiárido este foi o entendimento, de que forma ocorre a percepção de agricultores e agricultoras diretamente impactados por políticas públicas de acesso à água nas últimas décadas? Atualmente, como a população do semiárido enxerga as conquistas e os desafios relacionando o passado e o presente em suas vidas? Esse é o assunto do próximo tópico a seguir.

4.3.1. O SEMIÁRIDO DE MARCINHA, JOÃO E AURELIANO: SUAS NARRATIVAS SOBRE A VIDA NA TRAVESSIA DA SECA DE 2012 A 2017

⁵⁷ <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-do-IX-EnconASA.pdf> acesso em 15 de agosto de 2023.

Na contramão da visão historicamente construída sobre a região semiárida, como espaço de pobreza e escassez de esperança nos momentos de seca, as três entrevistas realizadas evidenciam em suas afirmativas que o semiárido é lugar de vida do qual não querem sair, tendo no acesso a políticas públicas nos últimos 20 anos os levados para a compreensão de que é possível conviver com o semiárido.

O senhor João Félix, por exemplo, expressa o orgulho de viver no semiárido. Para ele, aprender a conviver foi também aprender a amar seu lugar, suas diversidades climáticas, natureza, animais e tudo em seu entorno. Como o mesmo diz, não troca a morada do sertão pela vida na cidade.

“Eu sempre digo assim, eu não troco o campo pela cidade, eu gosto da cidade, gosto do povo da cidade, gosto do que tem na cidade, mas pra mim morar não. Porque aprendi a conviver aqui, aprendi a amar isso aqui que tô, aprendi a amar a natureza, aprendi a respeitar o ser humano mais, como a gente é pra ser respeitado, aprendi a conviver com os animais que a gente só determinava, só eliminava, né.” (João Felix, Choró/CE, 2022).

A Sra. Marcinha, ao lembrar do que a família já atravessou em períodos de secas, reafirma que o momento atual é de satisfação e esperança. Mesmo reconhecendo os desafios ainda postos ao povo do semiárido – como a falta de terra para produzir, a agricultora traz na sua fala a narrativa de que é possível ter esperança de dias melhores, destacando a implantação de tecnologias sociais como base para construção de suas afirmativas.

“Hoje, no momento atual, depois que surgiram as tecnologias sociais para o agricultor do semiárido, é um prazer, uma satisfação e que a gente tem esperança que um dia. Após o outro, as coisas só vêm a melhorar, porque o semiárido já está dizendo, ele é uma parte muito quente, não tem água suficiente, a maioria das pessoas não tem terra para trabalhar, a gente trabalha no que é dos outros, muitas vezes não pode nem plantar porque não existe, os donos de terra não liberam a terra para a gente plantar” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022).

De forma semelhante podemos observar nas falas do Sr. Aureliano e Sra. Liduina. Para eles, as vivências dos projetos de assessoria técnica proporcionaram a compreensão sobre o viver e conviver com o semiárido.

“Com os projeto que a gente foi acompanhado pelo semiárido e os projetos de ATER, a gente, na discussão que se tinha, a gente aprendeu muito mais, a conviver e a viver com o semiárido, quer dizer, o nosso semiárido, semiárido que é um semiárido rico. Inclusive, a gente vê várias comunidades aí, vários, sertões aí, que a gente fica é até com inveja. Mas infelizmente o que eles tem lá e o que a gente tem aqui eles não tem lá, poque o nosso Sertão central seco, a gente mostra muito mais que outros sertão por aí” (Sr. Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022).

O casal que vive no município de Quixeramobim, e até a seca de 1999 afirma ter acompanhado movimentos de flagelos na seca, especialmente os saques aos depósitos públicos de alimentos, bem como no comércio local diante da falta de comida, relatam felizes que essa não é mais a realidade de seu território. O agricultor Sr. Aureliano sintetiza em sua fala a convivência com o semiárido, evidenciando a consciência que hoje tem de sobreviver no território.

“A vivência e a convivência com semiárido é você não matar o que tem na natureza, é você preservar a natureza, preservar tudo aquilo que você tem na natureza. (...) E hoje a gente se orgulha muito de a gente fazer o que a gente faz hoje, o trabalho que a gente tem, a consciência que se tem. Quer dizer, a gente hoje dizem que é rico, mas não rico de dinheiro, mas rico de consciência. Quer dizer, isso é uma coisa que marcou muito e a gente hoje lembra muito isso.” (Sr. Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

Atualmente, a família do Sr. Aureliano e Sra. Liduina festeja a diversidade de tecnologias sociais que tiveram acesso nos últimos anos através de políticas públicas, as quais têm possibilitado maior capacidade de estoque de água, de alimentos, de sementes, produção e partilha de conhecimentos.

Os dois listaram sete tecnologias sociais de captação de água de chuva, reutilização de águas e estocagem de sementes existentes na unidade familiar.

“A cisterna que são duas tecnologia também, porque a água de beber, água para plantar no quintal, temos o projeto reuso de água cinza, temos o projeto mandala. Temos o projeto recebido em noventa e quatro, que é um projeto também de canteiros de hortaliças. Temos o canteiro, que é o canteiro econômico também, Né? E a casa de sementes.” (Sr. Aureliano e Sra. Liduina, Quixeramobim/CE, 2022)

A casa de sementes é uma tecnologia social, geralmente de uso coletivo, também implementada pela Articulação do Semiárido através do programa Sementes do Semiárido⁵⁸. A agricultora Dona Liduina ressalta com alegria a importância da casa de sementes no estoque e na autonomia para a produção.

“As pessoas não tinha conhecimento dessa semente crioula, que hoje a gente tem aqui na nossa casa de semente, né? E tem várias outras coisas, né? Porque antes

⁵⁸ Para ampliar a proposta de convivência com o Semiárido, a ASA lançou em 2015 um programa que reforça a cultura do estoque, desta vez, das sementes crioulas. Além de infraestrutura para estocar água para beber e produzir, as famílias serão apoiadas na sua prática de guardiães das sementes crioulas. <https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido> acesso em 18 de agosto de 2023.

a gente plantava uma semente, que você plantava, se passasse quinze dia sem chover, ela vai morrer. Morrer porque ela, a semente, né? Como que se diz? A seca, ela num aguenta mais. (...) e hoje a gente tem o orgulho de dizer que a gente tem distribuído semente, não só pra nossa região, mas até pras regiões fora da, da nossa região daqui, a gente tem distribuído semente, né?” (Liduina, Quixeramobim/CE, 2022)

Para seu Aureliano e Dona Liduina, outra questão em destaque é o fato da promoção do trabalho em comunidade, que para eles é coletivo, ao relatarem que “O nosso trabalho não é o trabalho mesmo da nossa família, é um trabalho com a comunidade”. Hoje, as famílias desenvolvem suas atividades sociais, produtivas e ambientais não mais como algo penoso, mas um trabalho orientado a partir de uma agricultura agroecológica em seus quintais que lhes traz alegria e realização.

Deste modo, emerge um sentimento de pertencimento ao lugar, a certeza que dali não precisarão arredar o pé, como bem lembrou Marcinha ao falar que tempos atrás as famílias do semiárido precisavam ficar de mala sempre na cabeça em busca de um bom lugar para viver.

As secas que historicamente tiveram como expressão o êxodo rural - forte movimento de saída de pessoas, de famílias do meio rural em direção aos centros urbanos, em busca de sobrevivência, está dando lugar a uma nova perspectiva. Anteriormente, segundo Wanderley, o êxodo rural representava “uma ruptura dos laços sociais locais e das tradicionais redes de solidariedade, ao mesmo tempo em que significa a experiência de situações limites de miséria e insegurança.” (WANDERLEY, 2013, p. 15)

Muitas famílias do semiárido tem em suas trajetórias de vida no sertão marcas desta ruptura de laços sociais e familiares em decorrência do êxodo rural. Este fenômeno social está na memória de agricultores e agricultoras. Contudo, nesta última seca, a cena do êxodo rural foi mais rara, como afirma o senhor João Félix quando perguntado sobre o tema,

“Na nossa comunidade não, na nossa comunidade não teve muita gente não, mas na cidade teve pessoas. Eu costumo dizer que aquelas pessoas que vão, são aquelas sementes fracas, são as sementes transgênicas, aquelas que se afastam, pq as crioulas permanecem, morrem alí, mas não sai dali, essas que permanecem fica ali, mas tem, não teve muita gente na comunidades, mas na cidade sempre ouviu falar que família foi pra tal lugar, foi pra outra cidade, foi não sei pra onde”. (Sr. João Félix, Choró/CE, 2022).

O agricultor reafirma um fenômeno no percurso inverso, quando relata que “hoje a gente percebe que tem muita gente voltando da cidade pro campo.”

Para o estudioso do semiárido Malvezzi, assim como o agricultor João Félix, a diferença de secas anteriores para a de 2012 a 2017, é expressa em situações onde "não houve nenhum

registro nem de mortes e nem de grandes processos de êxodo rural, frente de emergência e muito menos de saques nas cidades do sertão.” (MALVEZZI, 2016).

Como lembra seu João Félix, “olhe nós peguemos muitas secas, você sabe que de 2010 a 2017 foi anos secos”, mas o que concretamente aconteceu no semiárido no período recente para não acontecer o mesmo do passado?

Para as três famílias entrevistadas, as Cisternas de Placas foram um elemento imprescindível para estas afirmativas de uma nova vida no semiárido.

“Eu tava dizendo, a gente passou esses seis anos de seca (2010-17), mais de seis anos por que foi de 2010 até quase 2018, a gente teve só seca mesmo todo mundo sabe, mais ai a gente já não sofreu muito porque já tinha as cisternas, e ai mudou muito a vida da gente.” (Sr. João Félix, Choró/CE, 2022).

Os agricultores Sr. João Félix e Dona Helena atribuem a existência de programas governamentais, a redução do sofrimento do povo com as secas. Segundo eles, “porque aí quanto mais pra trás não existiu um programa de governo, não existia nada, mas esse povo sofria, né?”

Para a agricultora Marcinha, as cisternas também contribuíram para que as famílias tivessem maior resiliência para atravessar o longo período de seca.

“Graças a deus que teve uma grande mudança para o melhor da gente aqui do semiárido, porque só em a gente ter, eu acho que quase... 99 % das famílias, não sei, porque vai surgindo mais gente, né, tem a sua água limpa, a sua água própria de beber”. (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

A cisterna que a agricultura destaca acima tem capacidade de estocar 16 mil litros de água para o consumo humano das famílias. Mas o agricultor Sr. Aureliano lembra que ainda que a água secasse, as famílias tinham onde colocar a água que vinha do carro pipa,

“Antes dessa cisterna, o sofrimento que a gente tinha, eu lembro que aqui, que aqui a gente tinha umas, um, uma cisterna que a gente fez comunitária na igreja e quando a gente não tinha essa cisterna aqui, todas as famílias daqui buscavam lá, era obrigado buscar, porque não tinha outro canto pra botar, o carro pipa botava lá e todo mundo tinha que ir buscar lá. Por que não tinha outro canto.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

De forma semelhante é a percepção de Sra. Liduina, esposa do Sr. Aureliano quando perguntada sobre as cisternas, quando categoricamente afirma

“É muito, muito importante ter a diferença, é muito, muito diferente, né?”
 (...) “A gente passou a ter uma cisterna, naquela época, a gente aparava a água em lata de vinte litros. em um potinho. Só tinha uma água boa de chuva, quando chovia. Passava uns oito dia, ainda com aquela aguinha ali, pronto. Hoje você tem água o ano todo, os anos, né” (Sra. Liduina, Quixeramobim/CE, 2022)

Além das cisternas de primeira água, implantadas pelo Programa Milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação do Semiárido, também é expressiva a presença de Cisternas Calçadão ou de Enxurrada, denominadas de ‘segunda água’ e também implantadas pela ASA por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Esta segunda cisterna é uma tecnologia social com capacidade de estoque de 52 mil litros, sendo a água destinada à produção de alimentos em quintais das unidades familiares.

“Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a ASA criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa-guarda-chuva congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Os objetivos do P1+2 são promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro.” (ASA, 2023, s/p)⁵⁹

Como relata a agricultora Marcinha, “quase toda casa residência aqui, tem uma cisterna de primeira água e muita família tem uma cisterna de segunda água. Graças a Deus”, festeja. Para ela os programas de cisternas contribuíram para que em plena seca, famílias pudessem produzir alimentos em seus quintais, para o consumo familiar e até para comercializar o excedente,

“Com os programas de cisterna, e muitas têm a sua cisterna para fazer o seu plantio de hortaliça, até para o seu consumo, e o excedente a gente vende e ganha um dinheirinho. Portanto, para mim é um prazer muito grande, nasci e me criei no semiárido e quero continuar nele, com a graça de Deus.” (Sra. Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

A agricultora Marcinha, também destaca a importância de produção e de comercialização, ela conta que participa de um grupo de comercialização coletiva, o que

⁵⁹ <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2> acesso em 18 de agosto de 2023.

fortalece a proposta de convivência com o semiárido. Ela também evidencia a participação de organizações de assessoria no incentivo aos processos coletivos.

“E aí em 2012 eu já fazia parte desse grupo na época Antônio Conselheiro⁶⁰, né. Do cetra⁶¹ a gente começou em 2013 e mais em 2012 era o Antônio conselheiro e aí nós já tinha um apoio. Eu já tinha feito o treinamento das feirinhas e aí a gente já saía vender na nossa produção, que tinha água do cacimbão e tinha venda na sede do distrito e a venda cada aí já melhorava, porque eu já tinha minha autonomia do meu ganho, né? Dava já era uma boa ajuda para casa.” (Sra. Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

O agricultor Sr. Aureliano também destaca a importância das cisternas de segunda água e no caso de sua experiência, também o sistema de Reuso de Águas Cinzas.

“Tenho minhas cisternas de beber, tenho minha cisterna calçadão, de cinquenta e dois mil litros. E tenho um projetinho de reuso que veio acabar de completar. A coisa mais importante, eu acho que quase todas, toda família na verdade era pra ter, porque assim mesmo dentro da pior seca que eu passei, pelo menos meu cheiro verde nunca faltou. Então, a gente nessa seca a gente tinha uma fruta, tinha um limão, tinha uma laranja, tinha uma carambola (...). Então, ela, ela vem só fortalecer as vidas da gente, né?” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022).

As cisternas para os agricultores entrevistados possibilitaram ver o semiárido numa outra perspectiva, um semiárido cheio de possibilidades e que os mostrou com diz o estudioso do tema, Baptista (2022), no trecho que segue:

“(...) Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação.” É esta perspectiva que é possível identificar em cada relato dos agricultores entrevistados a alegria de que quanto mais famílias tiverem suas cisternas, mais desenvolvimento se tem no semiárido. (BAPTISTA, 2022, p.53).

Como afirma o agricultor João Félix, a cisterna trouxe muitas mudanças porque dentro dela vinha mais do que material concreto, mas também conhecimento que possibilitou conhecer outras dimensões da vida, tais como preconceitos, questões de gênero e agroecologia com a produção sem veneno e de forma equilibrada com o meio ambiente.

“Então houve uma mudança, eu acho que eu digo o sim que quem trouxe isso foi a cisterna, porque dentro da cisterna ela não trazia todos esses curso, todas essas formações, com as pessoas. Embora que não foi todo mundo, mas aí como a gente consegue a maior parte, o resto é mais fácil da gente. Tem gente ainda preconceituoso?”

⁶⁰ Instituto Antonio Conselheiro (IAC), é uma ONG que atua no Sertão Central do Ceará, com sede em Quixeramobim. Filiado à Articulação do Semiárido.

⁶¹ CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – Ong de atuação no semiárido cearense, filiada à Articulação do Semiárido.

Tem, a gente sabe que ninguém nunca vai acabar, né.” (...) Ninguém nunca vai acabar, quem usa veneno no mundo, ninguém nunca vai acabar com a questão do racismo, quem nunca vai acabar com o preconceito, mas diminuir é pra noventa e cinco por cento ou noventa e nove, ou noventa e oito é muita coisa, é muita coisa. (João Felix, Choró/CE, 2022).

Agregado a importância do acesso a água por meio dos programas de cisternas, os agricultores entrevistados também reafirmam a importância de outras políticas públicas que contribuíram para que o cenário de 2012 a 2017 não tenha se transformado em expressão de fome e miséria como outrora.

“A gente era visto numa porta do banco como um bandido, porque gente pobre entrar na porta dum banco, entrar num banco, né? Hoje todo mundo tem acesso a um crédito, todo mundo tem acesso, né? É as políticas públicas tá mais fácil, mas é porque já foi criado também de um Governo que era do povo, né?” (João Félix, Choró/CE, 2022)

“O Bolsa Família que foi uma grande ajuda, né, que a que antes o as frente de serviço era os homens e não era nem todos, né? E aí quando passou a ser esse Bolsa Família foi para a mulher” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022)

“A gente tem, por exemplo, política pública, a gente tem a cisterna, cisterna de água de beber ou cisterna de enxurrada e outros pequeno projeto que a gente tem, se a gente for falar os pequenos projetos de que a gente tem aqui, a gente vai pra tarde todinha.” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

Os três agricultores entrevistados afirmaram a importância de políticas públicas e ações governamentais como os já citados, Bolsa Família, Cisternas, Acesso a Crédito, dentre outros. Ao mesmo tempo que reafirmam as políticas públicas, também reconhecem que foram os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma quem mais avançaram em políticas que fizeram a diferença neste período de seca.

A metodologia desenvolvida pela ASA tem como princípio a afirmativa que os agricultores são produtores de conhecimento a partir de suas experimentações e observações da natureza. A promoção de troca de experiências entre agricultores têm construído uma rede de agricultores experimentadores do semiárido. Os intercâmbios têm contribuído para visibilizar o protagonismo dos agricultores familiares como protagonistas de suas ações na unidade familiar e coletiva.

Os agricultores Sr. Aureliano e dona Liduina estão neste perfil de agricultores experimentadores que têm trocados conhecimento por meio de intercâmbio com outros agricultores e técnicos que visitam a unidade familiar. Para eles, o intercâmbio é um momento de aprendizagem.

"O intercâmbio é uma troca de ideias, de experiência, quer dizer, ali, porque o agricultor, doutor, doutor com o agricultor, isso é uma questão. Professor com

agricultor, quer dizer, isso é uma questão que a gente faz, mas é não é ensinar as pessoas fazer a coisa, é a gente aprender muito mais com as pessoas.”(Sr. Aureliano e Sra. Liduina, Quixeramobim/CE, 2022)

Os agricultores João Félix e Aureliano também reafirmam em suas falas a importância do intercâmbio para a convivência com o semiárido.

“Eu costumo dizer que os intercâmbio, eles talvez possam ser uma das coisas mais interessante que existe. Os intercâmbio eles jogam pra gente, assim, eh, é uma bola cheia, vamos dizer assim, porque é uma troca de experiências, não é uma assim, não é um povo que vem pra comunidade só pra ouvir, né? Mas é um povo que vem pra compartilhar, né?” (...) “Aquilo que a gente vezes, acha que tá fazendo certo, chega uma pessoa, alguma comunidade lá e diz, não, esse que eu faço assim é assim, é bem mais fácil, quando você vai fazer, com certeza é mais fácil. Então, é uma troca de experiência, é uma troca de ideias, é um os intercâmbio eu, digo sempre o povo onde eu vou, que a maior parte do que eu aprendi foi exatamente nos intercâmbios, porque os intercâmbios é onde vê, é aonde você aprova de verdade, né? A realidade.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

“Principalmente a gente vai ver se as pessoas intercâmbio, pois é que a gente não conhece a nossa comunidade, mas a gente vê na outra comunidade. Pessoas que nos visita, que não tem na comunidade, desde mais vezes, na nossa comunidade. Quer dizer, isso é uma troca de experiência, uma vivência e uma convivência, consume essa que eu digo, é uma vivência e a convivência conciliada.” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

O semiárido sob o olhar e o fazer de agricultores é o lugar da produção agrícola baseada nos princípios da agroecologia, do olhar sistêmico, do desenvolvimento de estratégias que ampliem a capacidade de resiliência e resistência das unidades produtivas para tempos de intempéries climáticas.

Seu João Félix conta com orgulho que,

“Nós temos um grupo que trabalha diretamente, somos os que trabalha a certificação orgânica. E mais nós somos doze que somos certificado, só que o a maior parte trabalha da mesma forma nossa, porque também eu acho que num tinha muita reunião, o pessoal às vezes não quer participar, mas aderir essa questão de diminuir as queimada, veneno de jeito nenhum” (...) “a gente, tem quem usa o veneno na é que eu não tô dizendo, ninguém nunca no mundo vai acabar. já chegemo aqui, noventa e nove por cento de pessoas não usar veneno.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

As práticas de queimadas e desmatamento para fazer para preparar a terra ao plantio que culminaram na devastação do entorno de rios e riachos, não é hoje a prática de manejo realizada por estes agricultores, como afirma Sr. Aureliano ao explicar sua relação saudável com a natureza.

“A vivência com tudo ser vivo que tem na natureza, interessante, o agroecológico é isso. É você viver, viver. Quer dizer, quando você vive com a coisa, você convive com ele. Quer dizer, a gente sempre fala o seguinte, a gente sempre diz as pessoas desse jeito, quando a natureza não vem a gente, a gente traz a natureza nos nossos quintais.” (...) E hoje a gente tem o nosso quintal que a natureza tá no nosso quintal, é o excedente que a gente tem, leva pra lá, mas também tem trazer pra cá também.” (Aureliano, Quixeramobim/CE, 2022)

A agricultora Marcinha também fala com satisfação desta outra forma de manejar a natureza e produzir sem prejuízos para o meio ambiente, e destaca o fato de hoje ser possível possuir as condições necessárias para construir esta boa relação de convivência.

“Bom, conviver com o semiárido antes, há 20 anos atrás, era um desafio, era um desafio porque não oferecia nenhuma condição para que a gente permanecesse, (...) hoje, no momento atual, depois que surgiram as tecnologias sociais para o agricultor do semiárido, é um prazer, uma satisfação e que a gente tem esperança que um dia após o outro, as coisas só vêm a melhorar.” (Marcinha, Quixadá/CE, 2022).

Para o Sr. João Felix, aprender com a natureza é organizar melhor o trabalho e ainda ter tempo para o descanso. Ele relata como a convivência com a natureza lhe trouxe mais qualidade de vida.

“O semiárido ele é assim, agora tá tudo verdim, mas tarde a gente vai saber que tá tudo sequim, eu sempre digo para as pessoas, o tempo da gente não perder nenhum minuto é agora, eu faço assim: no agora não perco mais tempo, numa hora dessa se eu não tiver fazendo nada, eu estou no meu roçado, vou preparar para quando chegar o verão, que nós chamamos de verão durante de junho em diante, vai tá seco, a tarde é muito quente. Eu armo minha rede e passo a tarde deitado ai, do meio dia pra tarde só dá pra ficar deitado. Então eu aprendi a conviver.” (João Félix, Choró/CE, 2022)

O semiárido hoje através destas três experiências demonstra a inteira conexão como o conceito de *território saudáveis*, que tem como centralidade a perspectiva do pertencimento ao lugar, ações comunitárias e políticas públicas, sendo um conceito trabalhado pela FIOCRUZ, e assim sistematizado.

Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) podem ser definidos como: espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais. (MACHADO JMH ET AL. 2017, p.246).

O semiárido viável e possível de nele permanecer ainda que em período prolongado de seca, como entre 2012 e 2017, é sobretudo um território com a expressiva incidência de políticas

públicas com o recorte da convivência com o semiárido. É o território das tecnologias sociais que estimularam a prática milenar da estocagem de água e alimentos.

Os protagonistas dessas mudanças são os agricultores, sendo eles os sujeitos centrais para se compreender as novas dinâmicas no território. O semiárido também é o lugar de permanente mobilização em defesa dos direitos conquistados. É o território de práticas familiares, mas é sobretudo resultado de ações coletivas especialmente lideradas pela Articulação do Semiárido Brasileiro.

A convivência até aqui expressa através dos agricultores entrevistados, é expressão real desta proposição construída a partir das ações da ASA, afirmando que conviver é mais que empregar tecnologias sociais.

Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas. (BAPTISTA, 2013, p.56).

Hoje o semiárido já é poetizado e cantado nesta outra narrativa, o do semiárido vivo e possível, onde as dificuldades existentes não são mais o motivo para sair em busca de outros espaços. É o lugar onde a geração do século vinte e um passa a olhar com expressões de narrativas relacionadas a perspectiva de vida e do bem viver. À exemplo dos compositores Lucas Santtana e Duda Beat, nordestinos, naturais da Bahia e de Pernambuco, respectivamente, que na música *Meu Primeiro Amor* (2019), retratam um outro semiárido, onde a falta d'água não é mais a razão do sair de seu lugar. Vale a pena ouvir esta canção e sentir este novo semiárido que já é realidade para muitos.

“Nasci menina na cidade grande
A maior da América do Sul
Comia hambúrguer, via filme gringo
Falava inglês e ouvia Blur
Um belo dia já adolescente
No Remelexo conheci forró
E desde então é coração saudade
Foi, foi, foi
Foi meu primeiro amor

Foi, foi, foi
E até hoje eu danço esse calor
(...)

No semiárido lá do sertão
Não tinha água tão pouco comida
Até que Lula veio e deu a mão
Um belo dia já adolescente
No Remelexo fui fazer forró
E conheci uma galeguinha linda
Foi, foi, foi
Foi meu primeiro amor
(...)

E uma menina classe média, sim
Juntar os trapos, romper as barreiras
De um país que ainda pensa assim
Hoje moramos na cidade grande
Mas nossa casa é do interior
E nossos filhos cada vez mais lindos
Foi, foi, foi
Foi meu primeiro amor”

Trechos da Música Meu Primeiro Amor de Lucas Santana e Duda Beat
Álbum O Céu é velho há muito tempo. (2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas neste estudo, podemos afirmar que o semiárido não é mais o mesmo de antes. Essa mudança na realidade pôde ser observada através das falas dos agricultores e agricultoras entrevistados, que agora trazem uma outra narrativa sobre a região e suas vidas, a qual parece ser bem diferente das tristezas relacionadas aos períodos de seca no século vinte.

Conforme também foi observado, as políticas públicas de convivência com o semiárido, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à água – e implementadas nos Governos Lula e Dilma -, foram fundamentais para essa mudança. Com isso, se percebe a importância destas ações, através de governos e entidades, na melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na região.

De modo geral, olhar para ‘dentro’ do semiárido tornou-se uma relevante estratégia de desenvolvimento em nosso País, deixando ensinamentos e legados, inclusive para iniciativas adaptadas a outros biomas que também sofrem com diferentes problemáticas socioeconômicas e ambientais.

Esta narrativa foi contada pela memória de histórias vividas por suas famílias ao longo de suas trajetórias no território. A falta d’água fez com que, especialmente as mulheres, tivessem que caminhar quilômetros para levar água para casa. É a história de famílias que viram crianças, especialmente os meninos, sem poder frequentar a escola pois tinham que trabalhar e ajudar os pais nas chamadas frentes de serviço por um trocado de dinheiro e/ou uma cesta básica. É expressivo nestas memórias a narração da situação em que agricultores e agricultoras agiram de forma extrema fazendo saques de alimentos, por exemplo, em depósitos de armazenamento de alimentos do governo e em comércios nas sedes de municípios.

Neste sentido esta narrativa traz como base não somente a escassez d’água, mas também a falta de políticas públicas que efetivamente amenizassem o sofrimento imediato e a longo prazo destas famílias. É a expressão de vivências de secas identificadas por eles até a seca de 1998-1999, sendo uma a narrativa de um semiárido sob o olhar e o fazer do paradigma do Combate à Seca.

Vimos ainda que, é sobretudo a partir do surgimento da Articulação do Semiárido, em 1999, que começa a mudar o olhar daqueles que vivem no semiárido para pensar no seu próprio lugar. E é a tecnologia social Cisterna de Placas a grande responsável para a construção de

narrativas diferentes de períodos de secas anteriores. Para as três famílias entrevistadas, foi a cisterna que garantiu a possibilidade de permanência tão necessária no campo.

Um outro elemento presente nas falas foi a afirmação de que os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma promoveram políticas públicas que mudaram suas vidas, à exemplo do Programa Cisternas, Bolsa Família e Crédito Rural. Para todos os entrevistados, as mudanças no semiárido começaram com Lula e seguiram com Dilma, em suas respectivas gestões.

Além disso, o pertencimento ao seu território parte da clareza de que é possível viver no semiárido, e nos ensinam que é preciso conhecer para conviver. As secas são inevitáveis, porém as condições para atravessar com mais autonomia e resiliência devem ser construídas a partir de políticas públicas que sejam verdadeiramente contextualizadas com o paradigma da convivência com o semiárido. É este o novo paradigma estabelecido, que hoje baseia as falas e as práticas destes agricultores e de tantos outros no semiárido.

Por fim, sobre a seca de 2012 a 2017, a mais prolongada dos últimos anos, vimos os baixos impactos sociais como em outrora, mostrando a importância e a necessidade de avançar nas ações de convivência com o semiárido. A incidência política da sociedade civil junto ao governo federal, ao CONSEA e outros espaços, como tem feito a ASA nos seus vinte e três anos de história, se mostrou imprescindível para o alcance dos bons resultados neste período de seca.

Uma outra imagem do semiárido só acontece através das experiências dos agricultores e agricultoras, e, como reafirma a ASA, são estes os protagonistas desta história da convivência com o semiárido. Por isso, a grande lição que estes agricultores nos trazem é de que as respostas para os problemas do semiárido, estão em grande parte no próprio território. A cisterna de placas é hoje uma tecnologia espalhada pelo semiárido, e com ela chegou conhecimento, mobilização e sobretudo, fortalecimento do saber popular, sendo uma lição para a promoção do desenvolvimento sustentável nas mais diversas regiões do Brasil.

A memória de um Semiárido de fome, escassez e morte não mais condiz com a realidade do século XXI, graças à consolidação de políticas de combate à seca em prol das políticas de convívio com o clima local. Essas novas políticas abandonaram a visão simplista da seca como propulsor de miséria e, com uma abordagem sistêmica, junto à participação popular, permitiram um novo olhar sobre os lugares antes considerados inóspitos e sem condições de serem habitados.

O conhecimento das populações locais, associado às tecnologias populares, provaram que é possível a convivência das populações com o ambiente pode desenvolver, trazer vida e

esperança para todos. O grande teste desta rede de tecnologias populares foi o grande período seco entre 2012 e 2017, que apesar de não diferir das condições ambientais de grandes secas anteriores, foi superado sem que houvesse registro de mortes por inanição ou falta de água, nem um grande fluxo migratório como outrora nas grandes secas da região.

As tecnologias populares, quando absorvidas como parte de uma política pública voltada para os seus desenvolvedores podem ter uma amplitude ainda maior. Elas não apenas garantem a sobrevivência das famílias, mas também criam um senso de responsabilidade e de identidade com a Política Pública, permitindo melhores resultados em pouco tempo.

As experiências da ASA, pulverizadas em todo o território, permitiram transformar a vida de inúmeras famílias a partir do olhar de um agricultor imigrante da seca cujo olhar foi difundido e ampliado em toda a região. Tais tecnologias de enfrentamento à falta d'água e de produção de alimentos são exemplos de como outras regiões também podem enfrentar as intempéries em um contexto de mudanças climáticas e escassez desses bens naturais fundamentais à vida.

Ao realizar esta pesquisa, é importante lembrar, que o Brasil vivenciava um dos piores momentos de ataques à Democracia, desde o processo de redemocratização do país, o governo Bolsonaro, que dentre outras coisas no seu primeiro ato de governo extinguiu os conselhos de políticas públicas e participação popular, à exemplo do CONSEA, ignorou o semiárido e não executou políticas efetivas para a região. Estimulou o ódio ao povo que aqui vive, instigou o fascismo e sobretudo caminhou na contramão da garantia de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Mas é com alegria que finalizo esta dissertação num clima de otimismo e esperança com o retorno em primeiro de janeiro de 2022, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nordestino, da classe trabalhadora, e do Partido dos Trabalhadores, à presidência da República do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Articulação Semiárido Brasileiro. **Caderno de Debates Semiárido**. Propostas da sociedade civil para a garantia do acesso à água às populações rurais do Semiárido. Caderno 01. Recife: abril /2019.
- Articulação Semiárido Brasileiro. **Boletim Candeeiro**, nº896 – ASA. Disponível em: www.asabrasil.org.br/component/search/?searchword=candeeiros&searchphrase=all&Itemid=482 acesso em 29 de agosto de 2023.
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). **Caminhos para a convivência com o Semiárido**. 5 ed. Recife, 2009.
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). IX Encontro Nacional da ASA. **Carta política**. Mossoró, 2016. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). **Declaração do semiárido**. 1999. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>
- Articulação Semiárido Brasileiro. **Semiárido – É no semiárido que a vida pulsa**. Disponível em: www.asabrasil.org.br/semiarido acesso em 29 de agosto de 2023.
- Articulação Semiárido Brasileiro. **Declaração do Semiárido**. 1999. Disponível em: www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf acesso em 29 de agosto de 2023.
- Articulação Semiárido Brasileiro. **A experiência da ASA na construção de uma comunicação libertadora no semiárido**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/98-imprensa/asa-na-midia/1401-a-experiencia-da-asa-na-construcao-de-uma-comunicacao-libertadora-no-semiarido> acesso em 29 de agosto de 2023.
- Articulação Semiárido Brasileiro. **ASA**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/> acesso em 29 de agosto de 2023.
- ASSARÉ, Patativa do. “Vida Sertaneja”. Cante lá que eu canto cá. 14 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004
- ASSARÉ, Patativa do. “Vaca estrela e boi fubá”. <https://www.letras.mus.br/patativa-do-assare/893616/>
- BAPTISTA, Naidison de Q. CAMPOS, Carlos H. Caracterização do Semiárido Brasileiro, in: / CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.
- BARBOSA, Antônio G. **Sociedade civil na construção de políticas de convivência com o semiárido**. Recife: ASA, 2010.

CAMPOS, Nivalda A. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). São Carlos/São Paulo. UFSCar, 2004. 174 p.

CONSEA. Documento Síntese do Encontro Nacional **5ª Conferência + 2**. Brasília, fevereiro, 2018.

CONSEA. Documento **Consea na seca de 2012**. Brasília, junho, 2012.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. 14ª. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Gilmar; SANTANA, Tiago. **Patativa do Assaré**: o sertão dentro de mim. 1.ed. Fortaleza-Ceará: Tempo d'imagem; São Paulo: SESC SP, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Bioma Caatinga**. Disponível em: www.embrapa.br/agencia-de-informacaotecnologica/tematicas/bioma-caatinga acesso em 10 de julho de 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Água**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga/agua> - acesso em 10 de julho de 2023.

FAO. **The state of food insecurity in the world**. Roma: FAO, 2014.

FONSECA, Wéverson Lima et al. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **Formatação Econômica do Brasil**. 32. ed. — 51o Ed. Companhia Nacional, 2003.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONZAGA, Luiz. A volta da asa branca. Música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/> acesso em 29 de agosto de 2023.

GONZAGA, Luiz. **Asa Branca**. Música. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/> acesso em 29 de agosto de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39 acesso em 29 de agosto de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais – Um plano para acabar com a miséria. Disponível em: www.ipea.gov.br acesso em 08 de agosto de 23.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil municipal**. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml> , acesso em 29 de agosto de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil regional**. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>, acesso em 29 de agosto de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasileiro. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> acesso em 29 de agosto de 2023.

LIMA, Marcelino. **Convivência com o Semiárido**: mobilização social, políticas públicas e agricultura familiar. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

MACHADO, J M H, ET AL. **Territórios saudáveis e sustentáveis**: Contribuição para a saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Com. Ciência Saúde. 2017.

MARTINS. Mônica Dias. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume ed., Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MALVEZI. Roberto (Gogó). **De 1 Milhão de mortos para 1 Milhão de cisternas**. 2016. CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/3539-de-1-milhao-de-mortos-para-1-milhao-de-cisternas>

MALVEZI. Roberto (Gogó). Água de chuva. <https://robertomalvezi.com.br/albuns/pachamama/>

MALVEZZI. Roberto (Gogó). **D e 1 Milhão de mortos para 1 Milhão de cisternas**. EcoDebate, 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br> Acesso em agosto de 2023.

MALVEZZI, Roberto. **Água de Chuva** (Música), Álbum Pachamama, 2000.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: **Território Sertão Central** – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011. Disponível em: <http://projects.mcrit.com/ceara/attachments/article/187/PTDRS%20Sert%C3%A3o%20Central.pdf>

POMPEU SOBRINHO, T. **História das secas**: século XX. 2. ed. Mossoró: Esam, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI).

PORTO, Silvio Isoppo. FROEHLICH, Graciela. **Articulação Semiárido Brasileiro**: Sistematização da experiência de convivência com o Semiárido. Recife, ASA, 2020.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 105ª ed. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala/** Djamila Ribeiro – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RODRIGUES, Rafael Sousa. **O caminho das águas: tecnologias de convivência com o semiárido e transições sociotécnicas no sertão brasileiro.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 180f. 2016.

ROCHA, J. C. Soberania e segurança alimentar no semiárido. in: / CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social.** Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

RUANO, Onaur; BAPTISTA, Naidison Q. Acesso à Água como Fator de Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Brasileiro. In.: **Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – FOME ZERO – Uma história brasileira – Vol. II** 117-134. Brasília, 2010.

SAMPAIO, Levi Furtado: —**As águas, e a seca e o estado**, in: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tercia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (org.), **Ceará: Um olhar geográfico.** Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2005. Pág. 463.

SILVA, Francisca Rocicleide Ferreira de. **Seca e políticas públicas no semiárido: análise do programa cisterna no Ceará de 2006 a 2016.** São Paulo: FLACSO/FPA, 2019.

SILVA, José Borzacchiello da. **Convivência com o Semiárido: Terra.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Assembleia Legislativa/ Sistema de Transmissão Nordeste, 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate com a Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate com a Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese de Doutorado. Brasília, DF, 2006.

SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de C. (org.). **Seca.** Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2015. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

SOBRAL, Luis Eduardo. **Projeto Sertão Agroecológico.** Fortaleza- Ceará: CETRA, 2014.

SÃO JOSÉ, Rafael Vinícius de, COLTRI, Priscila Pereira, GRECO, Roberto , SOUZA, Ivonice Sena de & SOUZA, Ana Paula Sena de . **Seca no semiárido brasileiro: um desastre natural.** 8º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade. Rio de Janeiro ,2019.

SANTTANA,Lucas; BEAT, Duda. **Meu Primeiro amor** (Música). Álbum O Céu é velho há muito tempo. 2019.

TEÓFILO, Rodolfo. Introdução de Lira Neto. **A Fome.** Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2015. (Coleção Clássicos Cearenses).

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. **A Sociologia rural na América Latina: Produção de conhecimento e compromisso com a sociedade.** VIII Congresso da ALASRU. 2013.